REVOLUÇÕES DO SÉCULO 20

Isabel Loureiro

A Revolução Alemã [1918-1923]

Direção da Coleção
EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

Isabel Loureiro

A Revolução Alemã [1918-1923]

Direção da Coleção
EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

A Revolução Alemã

A Revolução Alemã 1918-1923

COLEÇÃO REVOLUÇÕES DO SÉCULO XX

DIREÇÃO DE EMILIA VIOTTI DA COSTA

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

L929r

Loureiro, Isabel Maria, 1953-

A Revolução Alemã, 1918-1923 / Isabel Loureiro. – São Paulo: Editora UNESP, 2005. il. – (Revoluções do Século XX)

Inclui bibliografia
ISBN 85-7139-627-2

1. Alemanha – História - 1918-1923. 2. Alemanha – Política e governo, 1918-1923. 3. Socialismo - Alemanha – História – Século XX. I. Título. II. Série.

05-3189 CDD 943.085
CDU 94(43)"1918/1923"

Editora afiliada:

Apresentação da coleção

O século XIX foi o século das revoluções liberais; o XX, o das revoluções socialistas. Que nos reservará o século XXI? Há quem diga que a era das revoluções está encerrada, que o mito da Revolução que governou a vida dos homens desde o século XVIII já não serve como guia no presente. Até mesmo entre pessoas de esquerda, que têm sido através do tempo os defensores das ideias revolucionárias, ouve-se dizer que os movimentos sociais vieram substituir as revoluções. Diante do monopólio da violência pelos governos e do custo crescente dos armamentos bélicos, parece a muitos ser quase impossível repetir os feitos da era das barricadas.

Por toda parte, no entanto, de Seattle a Porto Alegre ou Mumbai, há sinais de que hoje, como no passado, há jovens que não estão dispostos a aceitar o mundo tal como se configura em nossos dias. Mas quaisquer que sejam as formas de lutas escolhidas é preciso conhecer as experiências revolucionárias do passado. Como se tem dito e repetido, quem não aprende dos erros do passado está fadado a repeti-los. Existe, contudo, entre as gerações mais jovens, uma profunda ignorância desses acontecimentos tão fundamentais para a compreensão do passado e a construção do futuro. Foi com essa ideia em mente que a Editora UNESP decidiu publicar esta coleção. Esperamos que os livros venham a servir de leitura complementar aos estudantes da escola média, universitários e ao público em geral.

Os autores foram recrutados entre historiadores, cientistas sociais e jornalistas, norte-americanos e brasileiros, de posições políticas diversas, cobrindo um espectro que vai do centro até a esquerda. Essa variedade de posições foi conscientemente buscada. O que perdemos, talvez, em consistência, esperamos ganhar na diversidade de interpretações que convidam à reflexão e ao diálogo.

Para entender as revoluções no século XX, é preciso colocá-las no contexto dos movimentos revolucionários que se desencadearam a partir da segunda metade do século XVIII, resultando na destruição final do Antigo Sistema Colonial e do Antigo Regime. Apesar das profundas diferenças, as revoluções posteriores procuraram levar a cabo um projeto de democracia que se perdeu nas abstrações e contradições da Revolução de 1789, e que se tornou o centro das lutas do povo a partir de então. De fato, o século XIX assistiu a uma sucessão de revoluções inspiradas na luta pela independência das colônias inglesas na América e na Revolução Francesa.

Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras candentes e profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados. Portanto, cabia a estes derrubar o governante quando ele deixasse de cumprir sua função de defensor dos direitos e resvalasse para o despotismo.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França. Se a Declaração de Independência das colônias americanas ameaçava o sistema colonial, a Revolução Francesa viria pôr em questão todo o Antigo Regime, a ordem social que o amparava, os privilégios da aristocracia, o sistema de monopólios, o absolutismo real, o poder divino dos reis.

Não por acaso, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembleia Nacional da França, foi redigida pelo marquês de La Fayette, francês que participara das lutas pela independência das colônias americanas. Este contara com a colaboração de Thomas Jefferson, que se encontrava na França, na ocasião como enviado do governo americano. A Declaração afirmava a igualdade dos homens perante a lei. Definia como seus direitos inalienáveis a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão, sendo a preservação desses direitos o objetivo de toda associação política. Estabelecia que ninguém poderia ser privado de sua propriedade, exceto em casos de evidente necessidade pública legalmente comprovada, e desde que fosse prévia e justamente indenizado. Afirmava ainda a soberania da nação e a supremacia da lei. Esta era definida como expressão da vontade geral e deveria ser igual para todos. Garantia a liberdade de expressão, de ideias e de religião, ficando o indivíduo responsável pelos abusos dessa liberdade, de acordo com a lei. Estabelecia um imposto aplicável a todos, proporcionalmente aos meios de cada um. Conferia aos cidadãos o direito de, pessoalmente ou por intermédio de seus representantes, participar na elaboração dos orçamentos, ficando os agentes públicos obrigados a prestar contas de sua administração. Afirmava ainda a separação dos poderes.

Essas declarações, que definem bem a extensão e os limites do pensamento liberal, reverberaram em várias partes da Europa e da

América, derrubando regimes monárquicos absolutistas, implantando sistemas liberal-democráticos de vários matizes, estabelecendo a igualdade de todos perante a lei, adotando a divisão dos poderes (legislativo, executivo e judiciário), forjando nacionalidades e contribuindo para a emancipação dos escravos e a independência das colônias latino-americanas.

O desenvolvimento da indústria e do comércio, a revolução nos meios de transporte, os progressos tecnológicos, o processo de urbanização, a formação de uma nova classe social - o proletariado - e a expansão imperialista dos países europeus na África e na Ásia geravam deslocamentos, conflitos sociais e guerras em várias partes do mundo. Por toda a parte os grupos excluídos defrontavam-se com novas oligarquias que não atendiam às suas necessidades e não respondiam aos seus anseios. Estes extravasavam em lutas visando a tornar mais efetiva a promessa democrática que a acumulação de riquezas e poder nas mãos de alguns, em detrimento da grande maioria, demonstrara ser cada vez mais fictícia.

A igualdade jurídica não encontrava correspondência na prática; a liberdade sem a igualdade transformava-se em mito; os governos representativos representavam apenas uma minoria, pois a grande maioria do povo não tinha representação de fato. Um após outro, os ideais presentes na Declaração dos Direitos do Homem foram revelando seu caráter ilusório. A resposta não se fez tardar.

Ideias socialistas, anarquistas, sindicalistas, comunistas, ou simplesmente reformistas apareceram como críticas ao mundo criado pelo capitalismo e pela liberal-democracia. As primeiras denúncias ao novo sistema surgiram contemporaneamente à Revolução Francesa. Nessa época, as críticas ficaram restritas a uns poucos revolucionários mais radicais, como Gracchus Babeuf. No decorrer da primeira metade do século XIX, condenações da ordem social e política criada a partir da Restauração dos Bourbon na França fizeram-se ouvir nas obras dos chamados socialistas utópicos como Charles Fourier (1772-1837), o conde de Saint-Simon (1760-1825), Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), o abade Lamennais (1782-1854), Étienne Cabet (1788- 1856), Louis Blanc (1812-1882), entre outros. Na Inglaterra, Karl Marx (1818-1883) e seu companheiro Friedrich Engels (1820-1895) lançavam-se na crítica sistemática ao capitalismo e à democracia burguesa, e viam na luta de classes o motor da história e, no proletariado, a força capaz de promover a revolução social. Em 1848, vinha à luz o Manifesto comunista, conclamando os proletários do mundo a se unirem.

Em 1864, criava-se a Primeira Internacional dos Trabalhadores. Três anos mais tarde, Marx publicava o primeiro volume de 0 capital. Enquanto isso, sindicalistas, reformistas e cooperativistas de toda espécie, como Robert Owen, tentavam humanizar o capitalismo. Na França, o contingente de radicais aumentara bastante, e propostas radicais começaram a mobilizar um maior número de pessoas entre as populações urbanas. Os socialistas, derrotados em 1848, assumiram a liderança por um breve período na Comuna de Paris, em 1871, quando foram novamente vencidos. Apesar de suas derrotas e múltiplas divergências entre os militantes, o socialismo foi ganhando adeptos em várias partes do mundo. Em 1873, dissolvia-se a Primeira Internacional. Marx faleceu dez anos mais tarde, mas sua obra continuou a exercer poderosa influência. O segundo volume de O capital saiu em 1885, dois anos após sua morte, e o terceiro, em 1894. Uma nova Internacional foi fundada em 1889.0 movimento em favor de uma mudança radical ganhava um número cada vez maior de participantes, em várias partes do mundo, culminando na Revolução Russa de 1917, que deu início a uma nova era.

No início do século XX, o ciclo das revoluções liberais parecia definitivamente encerrado. 0 processo revolucionário, agora sob inspiração de socialistas e comunistas, transcendia as fronteiras da Europa e da América para assumir caráter mais universal. Na África, na Ásia, na Europa e na América, o caminho seguido pela União Soviética alarmou alguns e serviu de inspiração a outros, provocando debates e confrontos internos e externos que marcaram a história do século XX, envolvendo a todos. A Revolução Chinesa, em 1949, e a Cubana, dez anos mais tarde, ampliaram o bloco socialista e forneceram novos modelos para revolucionários em várias partes do mundo.

Desde então, milhares de pessoas pereceram nos conflitos entre o mundo capitalista e o mundo socialista. Em ambos os lados, a historiografia foi profundamente afetada pelas paixões políticas suscitadas pela guerra fria e deturpada pela propaganda. Agora, com o fim da guerra fria, o desaparecimento da União Soviética e a participação da China em instituições até recentemente controladas pelos países capitalistas, talvez seja possível dar início a uma reavaliação mais serena desses acontecimentos.

Esperamos que a leitura dos livros desta coleção seja, para os leitores, o primeiro passo numa longa caminhada em busca de um futuro em que liberdade e igualdade sejam compatíveis e a democracia seja a sua expressão.

Para Iná Camargo Costa

Sumário

Império alemão na época da República de Weimar

CIA
LITUÂNIA
MAR BÁLTICO
Konigsberg
PRÚSSIA ORIENTAL
Danzig
Poznan
Varsóvia
Oder
POLÔNIA
Dresden
Praga
TCHECOSLOVÁQUIA
ÁUSTRIA
Fronteiras do Império alemão a partir de 1919/1921
Fronteiras do Império alemão até 1918
Fronteiras internas
Fronteiras da ocupação na região do Reno
Prússia
Zonas de ocupação na região do Reno
Zonas cedidas ou adquiridas em plebiscito

Lista de abreviaturas

BVP: Partido Popular Bávaro

Central (*Zentrale*): central, direção do partido comunista

Comitê central (*Zentral-Ausschuss*): organismo mais amplo de direção do partido comunista que compreendia os representantes das diferentes regiões

DDP: Partido Democrata Alemão

DNVP: Partido Nacional Popular Alemão

DVP: Partido Popular Alemão

IC: Internacional Comunista (ou Terceira Internacional)

KPD: Partido Comunista Alemão

NSDAP: Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães

SA: (*Sturmabteilung*): Divisões de Assalto do Partido-Socialista

SPD: Partido Social-democrata Alemão

SS: (*Schutzstaffel*): Tropas de Proteção, encarregadas primeiramente da proteção do *Fuhrer*, dedicaram-se principalmente aos campos de concentração e extermínio e à espionagem

USPD: Partido Social-democrata Alemão Independente

Lista de organizações políticas

1918

ESQUERDA

Partido Social-democrata Alemão (SPD): liderado por Ebert, Scheidemann, Landsberg, Hermann Müller.

Partido Social-democrata Alemão Independente (USPD): ala direita liderada por Haase, Dittmann, Kautsky, Bernstein, Breitscheid; ala esquerda: Ledebour, Dumig, Luise Zietz, Eichhorn, Eisner (na Baviera).

Liga Spartakus, membro do USPD até 30 de dezembro de 1918, quando forma o Partido Comunista Alemão (KPD). Líderes: Karl Liebknecht, Rosa Luxemburg, Franz Mehring, Clara Zetkin, Wilhelm Pieck, Otto Rühle, Hugo Eberlein, Ernst Meyer, Hermann Duncker, Paul Levi.

Delegados revolucionários (Revolutionãre Obleute): liderados por Richard Müller, Barth, Scholze. Organismo nascido nas fábricas de Berlim nos primeiros anos da guerra.

CENTRO

Centro (Zentrum): partido católico, fundado em 1870. Principal líder: Erzberger.

Partido do Progresso Alemão (Deutsche Fortschrittspartei): fundado em 1870, representava sobretudo a ala esquerda dos liberais. Líderes: von Payer, Haussmann.

CENTRO-DIREITA

Partido Nacional-liberal (Nationale-liberale Partei): fundado em 1867. Líder: Stresemann.

A PARTIR DE 1919

DIREITA

Partido Nacional Popular Alemão (Deutschnationale Volkspartei - DNVP): principal partido em 1919. Seus membros são monarquistas,

antissemitas, representam os grandes proprietários de terras, os altos funcionários, oficiais, alguns industriais e, sobretudo, no Leste, uma parte das classes médias.

Partido Popular Alemão (Deutsche Volkspartei - DVP): substitui em parte o Partido Nacional-liberal. Representa os interesses do grande capital (bancos e indústria pesada). Líderes: Stresemann, H. Schacht e Thyssen.

CENTRO

Zentrum (Centro): tem uma fração democrática, liderada por Erzberger e Wirth, que exprime sobretudo os interesses dos operários católicos e dos pequenos camponeses da Renânia e da Alemanha do Sul. Mas aos poucos é dominado pela ala direita.

Partido Popular Bávaro (Bayerische Volkspartei - BVP): denominação local do Zentrum católico.

Partido Democrata Alemão (Deutsche Demokratische Partei - DDP): resultado de uma fusão entre o Partido do Progresso e uma parte do Partido Nacional-liberal. Representa os interesses da burguesia liberal e da pequena burguesia. Cada vez menos importantes, são a favor da República. Líderes: H. Preuss, A. Weber (irmão de Max Weber), Theodor Wolff, redator-chefe do Berliner Tageblatt.

EXTREMA DIREITA

Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães ou Partido Nazista (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei - NSDAP): fundado em 1920, refundado em fevereiro de 1925. Líder: Adolf Hitler.

Introdução

> Nós, alemães, compartilhamos das restaurações das nações modernas sem que tenhamos participado de suas revoluções.

(Marx, 1975, p.ll)

> Na Alemanha havia na verdade melhores condições para uma revolução que na Rússia, onde não existiam senão terras planas com camponeses, e aqui havia cidades e indústria, e um operariado educado e organizado. Por que não aconteceria na Alemanha o que aconteceu na Rússia?
>
> (Dóblin, November 1918, v.4, Karl und Rosa, p.254)

De 1918 a 1923, a Alemanha foi palco da primeira revolução numa sociedade industrial desenvolvida. Depois da Revolução Russa em 1917, pela primeira vez pareciam possíveis as perspectivas de uma vitória do socialismo no Ocidente. Mas, contrariamente ao que ocorreu na Rússia, a Revolução Alemã fracassou, e a vitória das forças conservadoras acabou por pavimentar o caminho para a queda da República e a ascensão do nazismo.

Poucos períodos históricos no século XX suscitaram tanto interesse por parte dos estudiosos quanto os anos que precederam a vitória de Hitler, a chamada República de Weimar (1919-1933). Foram tempos de grande efervescência cultural e política, em que a Alemanha imperial passou por profundas transformações, que não bastaram, porém, para liquidar os resquícios do antigo regime. A sociedade alemã precisou de duas guerras mundiais e da barbárie nazista para finalmente abandonar o Sonderweg (caminho particular) e entrar no círculo das democracias ocidentais, o que o historiador H. A. Winkler denominou "longo caminho para o ocidente". Não vai aqui nenhum juízo de valor, no sentido de transformar em modelo a democracia parlamentar - hoje mais que nunca apenas uma máscara para a acumulação do capital -, embora seja perfeitamente compreensível que a experiência do nazismo tenha tornado desejável, por parte dos alemães, a aceitação dos valores democráticos do Ocidente.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os historiadores alemães

procuraram responder a estas perguntas cruciais: como tinha sido possível a chegada de Hitler ao poder e se o caminho da catástrofe poderia ter sido evitado. Uma das pesquisas mais esclarecedoras, para dar resposta a essas questões, feita a partir dos anos 1960 por historiadores como E. Kolb e o próprio Winkler, diz respeito ao papel dos conselhos na chamada Novemberrevolution de 1918-1919 (Revolução de Novembro). Ela mostra, a partir de exaustivas fontes primárias, que apesar das peculiaridades da formação social do país, a ascensão de Hitler não era, para retomarmos o título do livro de E. Niekisch, "uma fatalidade alemã" Eis uma boa razão para revisitar essa revolução derrotada.

Mas, se ela não bastasse, ainda haveria uma outra. Esse período mostra em filigrana de que modo as divergências teóricas e práticas no campo da esquerda alemã - que culminaram no assassinato dos dois líderes da extrema esquerda, Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, no dia 15 de janeiro de 1919 - deram origem a uma guerra civil perversa, que abriria um abismo insuperável entre socialistas "moderados" e "radicais", levando ao fortalecimento e à vitória da contrarrevolução nazista.

Lembrar não só os vitoriosos, mas também, como quer o historiador inglês E. P. Thompson, os "becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores", é um modo de recuperar as esperanças do passado. Delas fazem parte os conselhos de operários e soldados, que Hannah Arendt considerava o "tesouro perdido" da tradição revolucionária. Após a queda do Muro de Berlim e o colapso dos países comunistas, quando grande parte da esquerda mundial aderiu alegremente à Realpolitik, vale a pena refletir sobre um momento da história em que a utopia socialista ainda não tinha sido atirada ao depósito das coisas inúteis.

Sem querer (nem poder) entrar no campo minado das controvérsias historiográficas, não resta dúvida de que o século XX alemão, e em particular o período que vai do imediato pós-Primeira Guerra Mundial até a derrota definitiva do movimento revolucionário em outubro de 1923, só pode ser entendido se retrocedermos à segunda metade do século XIX, quando são criadas as estruturas da Alemanha moderna.

Comecemos com um lugar-comum que tem livre circulação desde o século XVIII e que em seguida é retomado por Marx e por um número considerável de estudiosos da história da Alemanha: o tema

do atraso econômico, político e intelectual do país em comparação com a Inglaterra e outras nações da Europa continental que tinham feito a revolução burguesa. A servidão predominava, a ponto de alguns príncipes ainda venderem seus súditos a países estrangeiros como soldados mercenários; uma censura severa reprimia qualquer sinal de resistência. A burguesia alemã, dispersa em cerca de trezentos territórios com interesses divergentes, não tinha força para unificar em torno de seu programa as outras camadas sociais que se opunham a uma nobreza arrogante, detentora de privilégios grotescos já eliminados nas nações do outro lado do Reno pelas revoluções burguesas. A nobreza reinava sem oposição.

Era contra a "brutal mediocridade" dessa sociedade estamental, "abaixo do nível da história", que Marx defendia, em 1843, uma solução radical. Na sua análise, o descompasso do país com o presente apresentava uma oportunidade histórica rara. Não se tratava de repetir o modelo moderado das revoluções democrático-burguesas limitadas à mudança política, precisa mente porque na Alemanha não existia uma burguesia capaz de ser sujeito dessa revolução, mas de investir em uma revolução social que seria levada a cabo pelo proletariado nascente. Essa era a única alternativa ao cortejo de misérias decorrentes do capitalismo que começava a implantar-se na Alemanha.

0 prognóstico de Marx pareceu em vias de realizar-se em duas ocasiões: a primeira durante a vaga revolucionária que agitou a Europa em 1848 e se encarnou na Alemanha num forte movimento liberal e democrático reivindicando um Estado democrático-parlamentar, direitos e liberdades civis, tudo isso ligado à palavra de ordem de unificação do país. No interior desse movimento protagonizado pela burguesia, uma fração mais radical advogava, além da soberania do povo, a igualdade social; em outras palavras, mudanças sociais profundas, visando a abolir a sociedade de classes, origem da miséria do proletariado que começava a surgir. A questão social era, já nessa época, motivo de inquietação. Mas a alta burguesia, temendo o radicalismo do povo (operários e burguesia democrata), abandonou seus antigos aliados. No primeiro semestre de 1849, os soldados prussianos aniquilaram os revolucionários que tinham esperado criar, no verão de 1848, uma nação democrática.

A segunda ocasião em que o prognóstico de Marx parecia prestes a realizar-se surgiu no final da Primeira Guerra Mundial, no período que vai de 1918 a 1923. Porém, mais uma vez, venceu o "partido da ordem" contra as forças da democracia radical. As razões dessa

derrota, que deixou marcas indeléveis na esquerda do século XX, são o que o leitor verá a seguir.

1. O *Kaiserreich*:

ECONOMIA, POLÍTICA E CULTURA

Na Alemanha da segunda metade do século XIX, existiam dois projetos políticos em disputa: um liberal e democrático, o outro militarista e reacionário. Com a derrota em 1849 do ideal de uma Alemanha democrática, as elites conservadoras da Prússia, que haviam participado com a Áustria da repressão à revolução - nobreza, burocracia, militares -, lideradas por Bismarck (ministro-presidente da Prússia a partir de 1862 e chanceler do Reich desde 1871), passam a comandar militarmente o processo de unificação nacional. A maior parte da burguesia alemã une-se em torno de Bismarck, inimigo declarado do liberalismo desde 1848, para que ele realize a unidade do país tornada indispensável pelo desenvolvimento das forças produtivas. De 1850 a 1870, a Alemanha, principalmente a Prússia (mas também os pequenos principados e cidades livres que em seguida formariam o Estado alemão), experimenta um desenvolvimento econômico rápido, o que permite criar condições para a unificação nacional. Esta, por sua vez, favorece o desenvolvimento econômico. Só que agora, em vez de ser fruto de um movimento liberal e democrático, a unificação é feita pelo alto, pela diplomacia e pela guerra.

De 1862 a 1871, a Prússia anexou principados e cidades livres e obteve algumas vitórias militares contra a Áustria, a Dinamarca e a França (1870-1871). Com isso, a Alemanha se tornou rapidamente a principal potência da Europa continental, na forma de uma confederação sob a hegemonia da Prússia conservadora. Depois da vitória sobre a França, nascia, da guerra e do sangue, o Estado nacional alemão, o Kaiserreich, fortemente marcado pelo espírito militar e autoritário da aristocracia agrária prussiana. Isso ocorreu no dia 18 de janeiro de 1871, quando Guilherme (1797-1888), rei da Prússia, aceitou em Versalhes o título de "imperador alemão".

Desde então, a política alemã tornou-se claramente belicista, não se limitando mais a defender as fronteiras nacionais, mas exigindo a anexação de territórios, começando pela Alsácia-Lorena, eterno espinho na garganta dos franceses. Em outras palavras, os Junker prussianos, nobres proprietários de terras, conseguiram impor à sociedade alemã seu modelo político-institucional militar e autoritário - apoiados por parte da burguesia liberal -, que internamente não oferecia condições para o enraizamento de uma tradição

revolucionária democrática, e externamente representava uma ameaça para seus vizinhos europeus.

Esse compromisso entre nobreza agrária prussiana e burguesia deu uma configuração peculiar à Alemanha moderna. 0 diagnóstico de Marx em 1867, no "Prefácio" à primeira edição do primeiro volume de 0 capital, ao retomar o tema do desenvolvimento "desigual e combinado", resume de modo preciso a configuração social alemã:

> Onde a produção capitalista se implantou plenamente entre nós, por exemplo, nas fábricas propriamente ditas, as condições são muito piores do que na Inglaterra, pois falta o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas tortura-nos - assim como em todo o resto do continente da Europa Ocidental - não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a carência do seu desenvolvimento. Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrónicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos. (1983, p.12)

O predomínio da Prússia no processo de unificação da Alemanha também teve sérias consequências no plano cultural. Em contraste com os países do outro lado do Reno, a socie dade alemã se formou num ambiente dominado pela tradição militar de comando e obediência - e pela glorificação da força. O Exército era um organismo privilegiado e seus membros, cidadãos que gozavam de prerrogativas, como a que dava a um subtenente prussiano o direito de exigir que um civil lhe cedesse o lugar na calçada. A virtude primeira do soldado, a disciplina, se estendia a todos os cidadãos. Um exemplo gritante da mentalidade militar do Segundo Império era o das confrarias estudantis universitárias (Burchenschaft), impregnadas de espírito semifeudal. 0 estudante candidato à confraria precisava passar pela prova do duelo, demonstração de honra e coragem, em que cada concorrente sofria um corte no rosto, cujo resultado, visto como uma distinção de classe, era uma cicatriz ostensiva e permanente. Na passagem do século, até mesmo as confrarias estudantis liberais viraram adeptas dessa prática ridícula. Fazer parte de uma confraria significava uma adesão ao espírito aristocrático e conservador do império.

0 Kaiserreich era assim uma sociedade formada de indivíduos disciplinados, treinados para obedecer às ordens do alto sem

questioná-las, como exigia o imperador Guilherme II (1859-1941) em 1891, em Potsdam, dirigindo-se aos recrutas na hora do juramento:

> Os senhores) .uraram-me fidelidade; isso significa que os senhores são meus soldados ... Dada a agitação socialista atual, é possível que eu lhes ordene que atirem em membros da sua família, irmãos ou até mesmo pais. Mas mesmo então, será preciso que os senhores executem minhas ordens sem um murmúrio. (Badia, 1975, p.50)

Não por acaso, os estudiosos da época são unânimes ao apontar no alemão médio traços de submissão e servilismo em relação aos de cima, compensados pela agressividade com os de baixo. É com essa matéria-prima psíquica que será moldada mais tarde a massa amorfa dos "pequenos nazistas".

Além disso, a Alemanha imperial tinha também os traços de uma sociedade patriarcal - pelo código civil, as mulheres e os filhos eram subordinados ao marido. Com muita luta - o movimento feminista organizado data do fim do século XIX -, as mulheres conseguiram, desde o começo do século XX, ter acesso ao ensino superior científico e ao mercado de trabalho, embora recebessem salários 30% a 40% inferiores aos dos homens. Uma das peculiaridades do movimento feminista consistia em que a luta pela igualdade de direitos civis e políticos não se separava de uma certa imagem da mulher, fundamentada na feminilidade e no sentimento materno. Aliás, a grande época do movimento feminista burguês, representado pela Federação Feminina Alemã (Bunddeutscher Frauenverein), fundada em 1894, acabou com a Revolução de 1918, quando as mulheres obtiveram o direito de votar e ser votadas. No caso do movimento feminista proletário, liderado pela militante social-democrata (e mais tarde comunista) Clara Zetkin, com sua crítica à estrutura familiar patriarcal, as coisas eram bem mais complicadas. A libertação das mulheres estava vinculada à abolição do capitalismo, o que implicava uma luta visando à transformação estrutural da sociedade, não apenas a mudanças formais.

A modernização rápida do país revelava outra peculiaridade do comportamento local: o alemão, numa atitude compensatória, via a si mesmo como um ser superior, portador da "Cultura", identificado com os valores elevados do espírito e contra o materialismo da "civilização" ocidental, percebido como destruidor da pacata vida tradicional. Thomas Mann, no seu primeiro romance, Os Buddenbrook, ao fazer a crônica da decadência de uma família da alta burguesia do norte da

Alemanha, simboliza no artista Hanno, o ultimo varão da linhagem, a recusa do mundo pragmático encarnado na ideia de progresso material do Ocidente. Essa suposta superioridade germânica, que exaltava a "comunidade" tradicional, "orgânica", em contraposição à "sociedade" composta de indivíduos alienados, produto da modernização capitalista, acabou se traduzindo, na época do nazismo, na oposição entre Estado autoritário e democrático, o primeiro sendo visto como o único capaz de proteger a "cultura" germânica da decadente "civilização" ocidental.

Em 1890, Guilherme II inaugurou uma fase de política expansionista. A fim de concorrer com a Inglaterra, aumentou a frota naval com o objetivo de conquistar mercados para a economia alemã, o que ficou conhecido como Weltpolitik (política mundial ou imperialista). Teve apoio entusiástico da direita, que se organizou na Liga Pangermanista (Alldeutscher Verband), fundada em 1891, que contava entre seus membros numerosos industriais, professores universitários, generais, jornalistas, políticos, e cuja tarefa era difundir entre o povo as ideias de conquista. Acreditava-se que as virtudes de um povo que se considerava superior, dotado dos melhores generais e dos maiores homens de cultura, lhe davam o direito de aumentar seu "espaço vital" por meio de conquistas. Essa ideologia, difundida pelos discursos do imperador e os cursos do historiador nacionalista (e antissemita) Von Treitschke, penetrou fundo na população. 0 nacionalismo exaltado, beirando o chauvinismo, aliado a um antissemitismo difuso (os judeus sendo identificados como grosseiros acumuladores de dinheiro), deitou profundas raízes na sociedade alemã.

Em resumo, a Alemanha do Kaiserreich, desde sua criação (1871) até a Primeira Guerra Mundial (1914), enfrentava todos os problemas de uma sociedade industrial-capitalista pouco desenvolvida, e tentava resolvê-los nos limites das estruturas de poder herdadas do passado, de tal maneira que os privilégios das antigas elites não eram questionados. Na verdade, os grupos dirigentes queriam a industrialização sem as inovações políticas correspondentes: a Alemanha do Segundo Império era um Estado moderno industrializado numa velha casca política autoritária e semifeudal.

Daí resultaram as enormes dificuldades para a formação da Alemanha moderna e que estão na origem dos acontecimentos posteriores. Para a social-democracia, essa formação social peculiar representava um problema complicado. Democratizar um país no qual as estruturas repressivas eram um obstáculo implicava que toda

revolução política tendia a ser também uma revolução social. Ao mesmo tempo, os conflitos entre capital e trabalho acabavam mascarados como problemas de participação política.

A questão social, como já observamos, era um problema da Europa industrializada do século XIX. A social-democracia nasceu e se desenvolveu tendo como alvo de suas críticas a pobreza crescente dos trabalhadores. Bismarck, para combater a social-democracia que via como força desestabilizadora - costumava dizer que "contra os social-democratas só servem os soldados" -, usou todas as armas ao seu alcance, de medidas de política social, ainda que limitadas, para a classe trabalhadora (seguro contra doença, acidentes, amparo à velhice), até a lei de exceção contra os socialistas (1878-1890). Sua política ilustra bem o dito de Lampedusa: é preciso "mudar alguma coisa para que tudo continue igual".

Em uma palavra, a Prússia marcou a Alemanha com seu rosto de Jano bifronte: uma burguesia triunfante, mais voltada para o lucro que para os "estéreis" debates parlamentares, e os grandes proprietários de terra a leste do Elba, cuja arrogância e força militar a Europa temia desde os anos 1860.

A Constituição do país exprimia essa duplicidade. O Kaiserreich era um Estado federal, formado por 25 Linder: desde a Prússia, com mais da metade da população e quase a totalidade dos recursos naturais e da metalurgia, até pequenos principados de cinquenta mil habitantes, passando pela Baviera, Saxônia e Wurttemberg, com alguns milhões de habitantes, mais as três "cidades livres" de Hamburgo, Bremen e Lubeck. Cada um desses Estados conservou sua Constituição. A Prússia tinha seu rei, que era também imperador da Alemanha. A Baviera, a Saxônia e Wurttemberg tinham reis; Baden e Hesse, grão-duques; e as cidades livres tinham seu Senado. Cada um desses Estados tinha um sistema eleitoral próprio e elegia um Parlamento local, o Landtag. 0 da Prússia era eleito por um sistema de três "classes", divididas segundo os bens dos eleitores. O exemplo clássico é dado por um fabricante de salsichas e único eleitor de primeira classe na 58a seção eleitoral de Berlim, que em 1903 constituía sozinho uma classe.

0 poder executivo estava nas mãos do imperador (Kaiser) e do chanceler, que respondia somente ao imperador. 0 poder legislativo era exercido na esfera do Reich pelo Conselho Federal (Bundesrat), formado por delegados dos 25 Ldnder, mas na prática dominado pela Prússia e pelo Parlamento (Reichstag), eleito pelo sufrágio universal

masculino. Os poderes do Reichstag eram limitados - não podia propor leis, não podia votá-las sem a concordância do Bundesrat e não podia destituir o chanceler, mesmo que o pusesse em minoria, uma vez que este só respondia ao imperador.

Embora o Reichstag fosse aparentemente democrático, os deputados, na prática, tinham pouco poder, e no limite podiam apenas expressar suas opiniões. Além disso, na medida em que não eram remunerados, só quem possuía meios financeiros era atraído por essa carreira. Como enfatizou o sociólogo alemão Max Weber, quem quer que aspirasse de fato ao poder desdenharia o Parlamento.

A verdade é que nada era possível no Reich sem o acordo do governo da Prússia, eleito pelo voto das três classes, o que significava, na prática, o domínio da aristocracia militar Junker, com seu arrogante espírito de casta que se estendia às Forças Armadas e à burocracia estatal. Os funcionários federais eram na maioria prussianos, dotados do mesmo espírito autoritário e orgulhoso dos chefes militares. Não por acaso, Marx, numa fórmula epigramática, assim caracterizava o Kaiserreich:

> um Estado que não passa de um despotismo militar, com uma armadura burocrática e blindagem policial, adornado de formas parlamentares, com misturas de elementos feudais e de influências burguesas. (Crítica ao Programa de Gotha, 1875)

Essa estrutura política era um anacronismo em relação ao desenvolvimento social do país, que, de 1871 a 1914, sofrera uma série de mudanças que o transformaram radicalmente. A população passou de 41 milhões para 67 milhões de habitantes, enquanto na França a população aumentou de 36 milhões para 40 milhões. Ao mesmo tempo, ocorreu um acelerado processo de urbanização: enquanto em 1841 um terço da população vivia nas cidades, em 1910 essa proporção tinha aumentado para dois terços. Os jovens abandonavam o campo em busca de oportunidades nos centros industriais. A capital do Reich, Berlim, passou de setecentos mil habitantes em 1867 para quatro milhões em 1913. Num total de 44 milhões de pessoas, a grande maioria (66%), segundo dados de 1913-1914, pertencia à classe trabalhadora. O aumento da população e o crescimento industrial levaram à formação de uma classe operária concentrada em indústrias de ponta, como siderurgia, química e eletricidade. A cidade cresceu rapidamente e se encheu de edifícios pomposos, de gosto duvidoso, e de prédios populares, com pátios internos mal iluminados onde brincavam os filhos dos operários.

Embora alguns projetos habitacionais oferecessem acomodações razoáveis para a classe trabalhadora, o fato é que a maior parte vivia em péssimas condições.

Os historiadores são unânimes em reconhecer que a Alemanha se transformou, no espaço de algumas décadas, numa das maiores potências industriais do mundo. Porém, como alerta Arno Mayer, não se pode esquecer o peso da agricultura (apesar de seu irrefutável declínio econômico perante o crescimento da grande indústria) na sociedade alemã anterior à Primeira Guerra Mundial. Segundo ele, a Europa como um todo (com exceção da Inglaterra), e a Alemanha em particular, ainda era, no início do século XX, predominantemente rural e agrária, mais do que urbana e industrial.

Embora a Alemanha estivesse à frente do restante da Europa no tocante à industrialização e à urbanização, 40% da população alemã, em 1907, ainda morava em aldeias e vilas com menos de dez mil habitantes, e 40% da força de trabalho dedicava-se à terra, produzindo 20% da renda nacional. Os pequenos proprietários concentravam-se no oeste e no sul do país, enquanto nas grandes propriedades a leste do rio Elba o grosso da população camponesa era constituído de trabalhadores sem-terra, assalariados ou arrendatários da nobreza agrária. Era basicamente entre os camponeses e a classe média-baixa que a Igreja Católica recrutava seus fiéis. A terra e a agricultura forneciam sua base material, a maioria das paróquias concentrando-se nas aldeias e vilas de província. A influência da Igreja Católica na Baviera, em que predominavam os pequenos proprietários, era notória.

A modernização capitalista na Europa criava tamanha desigualdade que até a Igreja Católica foi obrigada a pronunciar-se sobre a questão social. 0 papa Leão XIII (1878-1903), na encíclica Rerum Novarum (1891), criticava os excessos do liberalismo econômico (em particular a usura, os grandes lucros e as grandes fortunas) e lamentava a miséria e a superexploração dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, atacava o socialismo e os sindicatos, exortando a classe trabalhadora a não entrar em greve e a revitalizar as corporações artesanais como forma de enfrentar os abusos do capitalismo.

Para não incorrer na ira do Vaticano - sobretudo sob o papado conservador de Pio X (1903-1914) -, na Alemanha o partido do centro (Zentrum, criado em dezembro de 1870) e os sindicatos católicos procuravam de forma bem moderada melhorar a existência dos

trabalhadores católicos. A propaganda socialista era combatida por meio de clubes apolíticos que se dedicavam a tarefas assistencialistas, religiosas, culturais, mas não conseguiam competir com os centros culturais e esportivos criados pela social-democracia. 0 pavor do socialismo fazia, inclusive, que em algumas regiões do país os patrões se unissem aos sindicatos católicos contra os sindicatos dominados pela social-democracia.

A Igreja Católica, perseguida na época de Bismarck, era menos intimamente ligada ao império que a Igreja Protestante, cujos vínculos ancestrais com os príncipes remontavam à Reforma de Lutero. Tanto que Guilherme 1 passou a ser visto como "o iniciador de uma nova história, o fundador do Império Evangélico de nação germânica" Em particular na Alemanha do norte e do leste, o protestantismo apegava-se à unidade do trono e do altar, à ideia do príncipe concebido como summus episcopus. Quando o edifício institucional da monarquia desmoronou no final de 1918, os protestantes (mas também a alta hierarquia da Igreja Católica) enveredaram por um caminho nacionalista e reacionário, em clara hostilidade à República.

Como vemos, apesar da rápida e crescente modernização, a sociedade alemã era ainda predominantemente conservadora - ou seja, avessa a mudanças radicais.

SOCIAL-DEMOCRACIA E MOVIMENTO OPERÁRIO

A integração de grande parte da burguesia ao sistema dominante fez que a classe operária e suas organizações se tornassem o centro da oposição. A social-democracia aglutinou à sua volta um conjunto de forças e setores sociais que por razões diversas rejeitavam o Kaiserreich. No entanto, é preciso matizar essa caracterização lembrando o que disse Norbert Elias, importante estudioso da formação da sociedade alemã:

> o hábito de muitos séculos tinha produzido uma tradição de atitudes e crenças que estava afinada com um forte governo de cima para baixo, com pouquíssima participação de todos os governados. (1997, p.300)

Numa situação histórica em que a impotência das forças populares foi o principal obstáculo para uma configuração democrática da vida política, não é de estranhar que as tendências gerais do desenvolvimento do país repercutissem sobre o movimento operário alemão e suas organizações, como veremos no decorrer desta

exposição.

Para começar, tracemos um quadro rápido das origens e do desenvolvimento da social-democracia alemã.

Em 1863, Ferdinand Lassalle (1825-1864) cria a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein, ADAV). Em 1869, August Bebel (1840-1913) e Wilhelm Liebknecht (1826-1900) fundam em Eisenach o Partido Operário Social-democrata Alemão (Sozialdemokratische Arbeiterpartei Deutschlands, SDAP), cujos programa e estatutos foram elaborados por Bebel em bases marxistas. Porém, o nome de Partido Social-democrata Alemão (Sozialdemokratische Partei Deutschlands, SPD), com que entrou para a história, só foi adotado em 1890.

Lassale tinha uma concepção estatista da política vivamente criticada por Marx e Engels. Os principais objetivos da sua organização eram, na esfera política, o sufrágio universal, e na esfera econômica, a criação de cooperativas de produção financiadas pelo Estado, visto como um organismo acima dos interesses privados. 0 fim da propriedade privada não estava no horizonte. Lassalle era a favor da unificação alemã sob a direção da Prússia e defendia uma organização operária centralizada.

Em contrapartida, o partido de Bebel e Liebknecht (que tinham convivido com Marx e Engels) era socialista, internacionalista, criticava a unificação alemã sob hegemonia da Prússia e defendia uma organização política constituída de baixo para cima, com órgãos de direção colegiados e uma grande comissão de controle, com o fim de impedir o exercício pessoal do poder. 0 programa aprovado no Congresso de Eisenach, proposto por Bebel, defendia posturas "marxistas": a luta da classe operária não visava a nenhum tipo de privilégio, mas à abolição da dominação de classe; a emancipação dos trabalhadores era obra dos próprios trabalhadores.

Em 1875, no Congresso de Gotha (56 delegados "marxistas" e 73 lassaleanos, que obtiveram a maioria na presidência), as duas organizações se uniram e adotaram um programa reformista, centrado nas reivindicações imediatas: sufrágio universal, voto secreto, liberdades democráticas e melhoria das condições de vida dos trabalhadores pela via parlamentar. Para grande aborrecimento de Marx e Engels, o programa de Gotha, com uma série de concessões aos lassaleanos, não fazia referência à revolução, ao caráter de classe do Estado, nem à análise de Marx do desenvolvimento capitalista.

Nas eleições gerais de 1877, a social-democracia obteve quinhentos mil votos, e com seus 12 deputados eleitos para o Reichstag, tornou-se o quarto partido político do Reich. Contra o perigo representado pela social-democracia, Bismarck fez promulgar a lei de exceção (21 de outubro de 1878), que proibia o funcionamento das associações e a publicação dos jornais socialistas. Apenas um exemplo: na Prússia, de outubro de 1879 a novembro de 1880, mais de 11 mil pessoas foram presas por motivos políticos. Foi a fase heroica da social-democracia alemã, que, apesar da repressão e das medidas de política social com o objetivo de afastar os operários do socialismo, sobreviveu e cresceu camuflada em associações eleitorais e culturais diversas. De 1887 a 1890, a social-democracia duplicou seus votos, levando 35 deputados ao Reichstag. Quando Bismarck quis prorrogar a lei de exceção e fortalecê-la, o Reichstag recusou, e o partido voltou à legalidade, com 1,5 milhão de eleitores (18% do total).

Em 1891, no Congresso de Erfurt, foi adotado um novo programa, em vigor até o início da Primeira Guerra Mundial. Esse programa exprimia claramente o compromisso entre revolucionários e reformistas que desde o início caracterizou o SPD. O programa de Erfurt foi elaborado principalmente por Karl Kautsky, ex-secretário de Engels e teórico oficial da social-democracia alemã e internacional. Com seus objetivos revolucionários a longo prazo (conquista do poder político para realizar o socialismo) e os objetivos imediatos (reformas políticas, econômicas e sociais), que visavam a consolidar o poder político e econômico do movimento operário elevando a consciência de classe dos trabalhadores, o programa de Erfurt criava uma dicotomia entre reforma e revolução que acompanharia a teoria e a prática da social-democracia durante décadas.

Embora no plano teórico os marxistas ortodoxos defensores dos objetivos revolucionários tenham levado a melhor, o fato é que, na prática, o reformismo dominava o partido. A primeira vez que ele veio conscientemente à tona foi por ocasião do debate suscitado em 1898 pelas teses "revisionistas" de Eduard Bernstein, amigo de Engels e organizador da imprensa ilegal na época das leis antissocialistas. Fazendo uma análise empírica do desenvolvimento capitalista na Europa, Bernstein mostrava que as dificuldades econômicas anteriores (período que ficou conhecido como a Grande Depressão) haviam sido superadas graças ao progresso tecnológico, à expansão do mercado mundial e ao fim da repartição das colônias entre os países europeus. E concluía dessa análise que a nova fase do capitalismo mostrava a inadequação da velha estratégia baseada na iminência do colapso do

sistema, e também a necessidade de rever a dialética marxista. Nessa linha de raciocínio, o SPD devia dedicar-se a lutar pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores no âmbito parlamentar - e deixar de lado a ideia de insurreição.

Em defesa da ortodoxia marxista contra o revisionismo ergueram-se "moderados" como Kautsky, criador e editor (1883- 1917) da revista teórica do partido, Die Neue Zeit (A Nova Época), e "radicais" como Rosa Luxemburg, jovem revolucionária judia polonesa, recém-chegada a Berlim para militar no SPD, o partido socialista mais importante da Europa. O revisionismo foi derrotado formalmente em 1903, no Congresso de Dresden, embora, na prática, apesar do apego à retórica revolucionária, passasse a dominar crescentemente o partido.

A Revolução Russa de 1905, que coincidiu com uma grande greve de mineiros na região do Ruhr, levava a crer que a insurreição voltara à ordem do dia. Rosa Luxemburg, que tendo participado ativamente dos eventos revolucionários em Varsóvia em 1906 havia se convencido de que a greve de massas era uma arma essencial para a politização do movimento socialista, passa a defender veementemente essa ideia em brochuras, artigos de jornal e comícios. Seu entusiasmo não é acompanhado pela direção do partido - é nessa época que começa a esboçar-se uma tendência radical no interior do SPD, em divergência com o centro representado por Kautsky, que utilizava o marxismo como ideologia justificadora da adaptação àquela sociedade.

A partir de 1906 começa o processo de burocratização do SPD e dos sindicatos ligados a ele, com a nomeação de funcionários permanentes, exigência surgida por conta do crescimento do aparelho e da imprensa partidária e sindical. Desde essa época cresce a dicotomia entre o "radicalismo oficial" (Rosenberg, 1983) do SPD e a sua prática, processo que se acentua com a eleição de pragmáticos para a direção, homens que tinham por objetivo principal fortalecer a máquina partidária, aumentar a difusão da imprensa socialista e do número de sindicalizados. Observemos de passagem os números relativos à imprensa, que são impressionantes: em 1914 são publicados noventa jornais diários, dois hebdomadários e dois bi-hebdomadários. A revista teórica do partido, Die Neue Zeit, tinha em 1908 8.500 assinantes, e o Vorwãrts (Avante), órgão central do partido, 143 mil assinantes.

Em 1913, a social-democracia era o primeiro partido do Reich:

possuía 110 de um total de 397 deputados no Reichstag, 220 nos parlamentos locais e 12 mil vereadores. Em 1914, tinha cerca de um milhão de filiados, trinta mil militantes profissionais, dez mil funcionários, 203 jornais com 1,5 milhão de assinantes, dezenas de associações esportivas e culturais, movimentos de juventude e a central sindical mais poderosa - com 2,5 milhões de filiados, era dirigida pelos social-democratas. Embora fosse, a partir de 1912, o partido mais forte do Reichstag, o SPD tinha pouco peso político numa Alemanha com um sistema de representação arcaico, como vimos, dominado pelos nobres prussianos nas Câmaras Altas (Landtag/ Bundesrat).

Um social-democrata não tinha nenhuma possibilidade de chegar a ministro, nem no Reich nem em qualquer dos Lãnder. Por isso mesmo, a social-democracia alemã, com sua poderosa organização que enquadrava a classe operária no plano sindical, político e cultural, constituía um partido diferente dos que existiam em países de democracia parlamentar. Contemporâneos observaram que ela era uma espécie de contrassociedade, uma maneira de viver que penetrava nos hábitos cotidianos do trabalhador, dando sentido e significado à sua vida, de tal modo que seu comportamento e ideias resultavam da integração nessa coletividade, configurando uma espécie de simbiose entre a social-democracia e grande parte dos trabalhadores alemães.

Também grande número de judeus, sobretudo intelectuais, fazia parte dessa contras sociedade: teóricos (E. Bernstein, A. Braun, J. Stern, S. Katzenstein, Bruno Schõnlank, Rosa Luxemburg), jornalistas (K. Eisner, Gradnauer, J. Bloch) e deputados (A. Stadthagen, P. Singer, E. Wurm, H. Haase). De acordo com o sociólogo Robert Michels, aluno de Max Weber, isso acontecia tanto em virtude do forte sentimento antissemita difundido entre o povo alemão, como também de uma política de Estado que restringia as oportunidades de carreira para os judeus: eles eram excluídos das funções administrativas e judiciárias, e não podiam obter o grau de oficial do Exército. Sobrava o campo da esquerda, que com sua aversão a qualquer preconceito de raça, estava aberto ao talento dos intelectuais judeus (1982, p.149-50). Aliás, o movimento operário alemão foi marcado desde o início, com Karl Marx, pela simbiose entre judeus e trabalhadores. No movimento operário eles se encontravam razoavelmente integrados.

Além disso, embora a Alemanha não fosse um país democrático, a existência de uma certa tolerância política, bem como de melhorias econômicas aliadas a reformas sociais, ainda que limitadas,

contribuíam para o que foi chamado, numa fórmula feliz, de "integração negativa" dos trabalhadores nessa sociedade. Daí a ambivalência da situação - numa sociedade economicamente desenvolvida estão dadas as condições objetivas para a transição ao socialismo, mas ao mesmo tempo a melhoria da situação econômica leva ao enfraquecimento da vontade revolucionária.

O SPD foi a encarnação perfeita desse dilema até 1914, o que pode ser explicado pelo próprio desenvolvimento interno do partido. Com todo esse sucesso eleitoral, o SPD acabou se tornando uma agremiação puramente eleitoreira, e a maioria dos socialistas via nas reformas sociais e no direito de voto o objetivo mais importante da organização, unilateralismo que acabou se vingando na Revolução de 1918.

Friedrich Ebert é quem melhor representa o novo espírito burocrático que toma conta do SPD. Seleiro de profissão, militante desde a juventude, dotado de grande talento organizativo, torna-se secretário em 1906, aos 36 anos, e em 1913, com a morte de Bebel, é eleito presidente do partido. Desde sua eleição para a secretaria central, defende a introdução no SPD de métodos modernos de organização, o que na época significava telefone, estenógrafas, datilógrafas, relatórios e questionários, fichários e circulares. Pela sua sensaboria, frieza, determinação, capacidade de trabalho e forte espírito prático, chegou a ser comparado a Stalin por Carl Schorske, no seu clássico estudo sobre o SPD. Embora não fosse muito querido dentro do partido, era respeitado. Queria o melhor para o SPD, o que para ele significava mais poder para o Reichstag e sufrágio universal também na Prússia. Com isso a social-democracia se tornaria partido do governo e poderia implementar reformas sociais para melhorar a vida dos trabalhadores. Ebert não queria ir além disso, é o que veremos no decorrer da Revolução Alemã.

Funcionários como Ebert e os deputados Scheidemann e Noske - cujo papel será crucial na Revolução de 1918 - eram homens pragmáticos distantes dos apaixonados debates intelectuais sobre o socialismo, que projetavam na imprensa do partido talentos teóricos e literários como Rosa Luxemburg. Se eles puderam alcançar posições de direção, isso se devia, em parte, à própria organização interna do partido. O comitê executivo (Parteivorstand), fortalecido na época da luta contra o revisionismo a pedido dos radicais, que - ironia da história - posteriormente seriam totalmente marginalizados, é dominado por quadros permanentes sobre os quais não há praticamente nenhum controle. Ele designa os secretários locais e

regionais, os candidatos às eleições, desloca funcionários, técnicos e jornalistas, e dirige as campanhas eleitorais como se fossem manobras militares. Esse controle dos dirigentes sobre o restante do partido fez que, sistematicamente durante a guerra, fossem afastados dos jornais social-democratas os redatores que se opunham à política de união nacional. Caso exemplar é o do Vorwãrts, até outubro de 1916 o órgão da oposição em Berlim. Por isso, nos futuros enfrentamentos na época da revolução, a retomada do jornal era tão importante para a esquerda radical. Convém observar que a massa moderada dos membros do partido, a maioria dos funcionários e os sindicatos seguiam o "radicalismo formal" (Rosenberg, 1983) da direção. Trocando em miúdos, isso significa que a ala radical do partido, liderada por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, foi ficando cada vez mais isolada a partir de 1914.

Porém, não podemos esquecer que o aparelho da social-democracia alemã foi construído entre 1906 e 1909, num período de refluxo do movimento operário. A liderança social-democrata canalizava todos os seus esforços para aumentar o número de votos e de eleitos, procurando evitar que os conflitos internos enfraquecessem o impacto eleitoral do partido, e que o discurso revolucionário da ala esquerda assustasse os eleitores moderados da pequena burguesia democrata e das camadas operárias mais conservadoras. 0 reformismo de Bernstein e dos dirigentes sindicais não tinha caído do céu, como às vezes levava a crer a crítica a eles endereçada por Rosa Luxemburg. Ele estava ancorado numa conjuntura econômica de calma relativa que justificava até certo ponto a crença num progresso contínuo e pacífico em direção ao socialismo.

0 conservadorismo do SPD também tinha raízes na sua composição social. Uma análise das estatísticas publicadas para a organização da grande Berlim em 1907 mostra que, do número total de membros, 9,8% são "trabalhadores independentes", entre os quais se encontravam donos de albergues ou tabernas, barbeiros, artesãos, comerciantes e pequenos industriais. 0 peso dessa massa pequeno-burguesa era considerável, pois era para ela que o partido se orientava a fim de ganhar eleitores. Em contrapartida, apenas 14,9% dos militantes figuravam nas estatísticas como simples "trabalhadores", ou seja, trabalhadores não qualificados (cf. Broué, 1971, p.33-4).

Isso significa que a maioria dos membros do SPD era composta de trabalhadores qualificados. Nessa camada eram recrutados os quadros permanentes do aparelho: alguns milhares de funcionários privilegiados, uma "burocracia operária" com interesses próprios e

definidos - e sem nenhuma simpatia pelo debate teórico. Essa casta oriunda da classe trabalhadora, tendo obtido uma considerável promoção social como funcionária do partido, tinha interesse em preservar sua situação privilegiada. Para isso controlava com mão de ferro os eleitos e os representantes do partido. Carl Schorske, no estudo já mencionado sobre a social-democracia alemã, confirma esse diagnóstico ao dizer:

> 0 funcionário do partido queria, acima de tudo, a paz e a unidade na organização. 0 que na situação cindida do partido fez dele um adversário natural da crítica e da mudança. E como a pressão pela mudança vinha cada vez mais da esquerda, o funcionário se identificava cada vez mais com a direita. (1983, p.127)

O controle rigoroso das bases aparecia claramente na preparação dos congressos. Por exemplo, no congresso do Land de Wurttemberg em 1911, 8.659 membros de Stuttgart (operários radicais) são representados por 43 delegados, enquanto 723 membros de minúsculas comunidades rurais são representados por 49 delegados. Assim, os comitês executivos dos Ldnder apoiam-se em maiorias de delegados de organizações semirrurais mais permeáveis às pressões do Estado e das classes dirigentes. A análise da composição do órgão supremo do partido, o Congresso Nacional, mostra o mesmo fenômeno. Em 1911, 52% dos militantes, provenientes dos meios operários, são representados por apenas 27% dos delegados. 0 proletariado industrial se encontrava sub-representado nos órgãos decisórios, o que explica, em parte, as consecutivas derrotas da ala radical nos congressos do partido a partir de 1905.

Como se pode notar, várias são as causas da integração da social-democracia à sociedade imperial: a estrutura centralizada da organização, o controle das bases pela burocracia dos funcionários permanentes e o fato de ter crescido num período de grande desenvolvimento econômico e de paz social. Todos esses fatores explicam, embora não justifiquem, o imobilismo do SPD diante da política imperialista de Guilherme II.

2. Revolução de 1918-1919:

A fase moderada

A imagem-símbolo do início da Revolução Alemã se condensa em dois de seus atores mais significativos: Philipp Scheidemann e Karl Liebknecht. No dia 9 de novembro de 1918, Scheidemann, deputado social-democrata moderado desde 1903, ministro do último governo imperial e do primeiro governo republicano, por volta das duas horas da tarde proclama a República alemã do balcão do Reichstag. Perto dali, duas horas mais tarde, do balcão do Palácio Imperial abandonado pela família real, Karl Liebknecht, filho do legendário fundador da social-democracia alemã, deputado radical saído da prisão havia 15 dias, proclama a República Socialista Alemã.

Essa dupla imagem sintetiza o percurso da revolução: no início, amplo movimento popular com objetivos moderados (movimento pela paz, queda da monarquia, democratização política etc.) que, em reação à falta de iniciativa e ao conservadorismo do governo liderado pelos social-democratas Ebert e Scheidemann, se radicaliza rapidamente no período de janeiro de 1919 a março de 1920. Porém, o que ganha em radicalismo perde em amplitude. A passagem de uma fase moderada para uma fase radical se traduz claramente no movimento conselhista desde seu surgimento espontâneo em novembro de 1918 até seus estertores no outono de 1919. Voltemos a 1914 para entender esse desfecho.

AGOSTO DE 1914 UMA IMPLACÁVEL PAREDE DIVISÓRIA

0 assassinato do arquiduque Francisco Fernando, príncipe herdeiro do trono da Áustria no dia 28 de junho de 1914, foi o pretexto inesperado que desencadeou a Primeira Guerra Mundial. O frágil equilíbrio europeu, assentado em dois blocos hostis de nações (França, Inglaterra e Rússia versus Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia), entra, a partir de 1905, num processo de deterioração progressiva, a ponto de a guerra aparecer como inevitável ao público informado. 0 desenvolvimento desigual dos diversos países capitalistas, cujo exemplo candente é a Alemanha, última a chegar ao seleto grupo das grandes potências, explica a luta por uma nova partilha do mundo que se traduz na Primeira Guerra Mundial. Todas as nações eram movidas por um ânimo expansionista e conquistador estimulado pelas necessidades de acumulação do capital. Tanto que, em 1914, qualquer incidente pouco significativo levaria ao confronto.

Já se disse muitas vezes: a Europa estava sentada sobre um barril de pólvora.

Em 25 de julho de 1914, a social-democracia alemã afirmava solenemente em um manifesto:

> 0 proletariado consciente da Alemanha, em nome da humanidade e da civilização, protesta veementemente contra os que promovem a guerra. ... Nem uma gota de sangue de um soldado alemão pode ser sacrificada à sede de poder do grupo dirigente austríaco, aos apetites imperialistas do lucro. (apud Broué, 1971, p.56)

Porém, uma vez posta em marcha a máquina de guerra, todos assistiram estarrecidos à vaga de delírio patriótico que submergiu as populações da civilizada Europa. Rosa Luxemburg descreveu de maneira sombria, mas precisa, o que se passava na época:

> a população de cidades inteiras transformada em populaça, pronta a denunciar qualquer um, a molestar mulheres, a gritar hurra! e a atingir o paroxismo do delírio lançando ela mesma boatos absurdos; uma atmosfera de crime ritual, um clima de pogrom em que o único representante da dignidade humana era o policial da esquina. (1987, p.51)

A declaração do Kaiser Guilherme II, de que não conhecia mais nenhum partido, somente alemães, fez a vaga de patrio tismo atingir todas as camadas da população. Milhares de jovens se apresentavam todos os dias como voluntários. Superestimando as próprias forças e iludidos pela euforia do início, o Kaiser, o governo e o alto-comando do Exército estavam convencidos de que, levando a guerra em duas frentes, em poucos meses a Alemanha seria vitoriosa. Até mesmo a social-democracia alemã, que historicamente se opunha à guerra, foi apanhada de surpresa e absorvida pela atmosfera de união nacional que tomou conta de todo o país, incluindo o proletariado.

No dia 4 de agosto, a bancada social-democrata no Reichstag votou unanimemente os créditos de guerra solicitados pelo governo, inclusive os 14 deputados (entre eles Hugo Haase, Georg Ledebour, Karl Liebknecht, Otto Ruhle) que se opunham à maioria (78 deputados) e que concordaram depois de muita discussão em respeitar a disciplina partidária.

O dia 4 de agosto de 1914 tornou-se uma data histórica para a

esquerda mundial. A partir daí, a social-democracia converteu-se à política da união nacional (Burgfrieden), abandonando o princípio marxista da luta de classes tanto no plano prático - o que não era novidade - quanto no plano teórico. A Internacional Socialista, Kautsky passará a explicar, era um instrumento adequado a tempos de paz, não a tempos de guerra. Ou como disse ironicamente Rosa Luxemburg: "Proletários de todos os países, uni-vos na paz, e degolai-vos na guerra" (1987, p.25).

MAJORITÁRIOS, SPARTAKISTAS E INDEPENDENTES

Desde o início da guerra, a social-democracia alemã divide-se em três tendências bem definidas: direita, centro e esquerda - os futuros majoritários, independentes e spartakistas.

A origem da Liga Spartakus (que no início se chamava Grupo Internacional) encontra-se no movimento de oposição à guerra, vista pela esquerda como uma guerra imperialista pela partilha de mercados. Esse movimento foi iniciado pelo pequeno grupo em torno de Rosa Luxemburg (Karl Liebknecht, Leo Jogiches, Franz Mehring, Clara Zetkin, Paul Levi, entre outros) na noite de 4 de agosto de 1914, logo após o grande trauma que representou a votação unânime dos créditos de guerra por parte da bancada social-democrata no Reichstag. Entretanto, a data simbólica do nascimento da oposição é o dia 2 de dezembro de 1914, quando Karl Liebknecht, deputado da ala esquerda no Reichstag, quebrando a disciplina partidária, vota sozinho contra uma nova concessão dos créditos de guerra. A partir desse momento, o SPD começa efetivamente a rachar.

No dia 7 de janeiro de 1917, o conjunto da oposição, em resposta à crescente pressão popular a favor da paz, realiza uma conferência nacional rejeitando energicamente a continuidade da guerra e opondo-se assim, publicamente, ao apoio do SPD à política do governo imperial. A direção do SPD, liderada por Ebert e Scheidemann, em nome da disciplina partidária, expulsa a oposição em bloco e sem discussão. Nos dias 6 e 7 de abril, em Gotha, esta funda o Partido Social-democrata Independente Alemão (Unabhãngige Sozialdemokratische Partei Deutschlands, USPD). A partir daí, os membros do SPD passam a ser chamados de majoritários, e os da oposição, de independentes.

Basicamente, a oposição criticava a ala majoritária por ter traído os princípios fundamentais da social-democracia. Trocando em miúdos, significava que tinha abandonado a tática da luta de classes

perante o governo e os partidos burgueses, o internacionalismo, e apoiado uma guerra sangrenta que não poderia ser vencida pela Alemanha - e cujo caráter imperialista era cada vez mais claro. A maioria dos fundadores do USPD via-se como defensora do verdadeiro ideário socialista internacional.

O USPD era uma organização flexível, um conjunto de diferentes correntes de esquerda no interior do movimento operário, que tinha como denominador comum a oposição à política da ala majoritária. No interior do USPD havia dois grupos revolucionários: o primeiro, a Liga Spartakus, dirigida por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, que decide aderir ao novo partido, mantendo, entretanto, a autonomia organizativa e linha política própria. A Liga Spartakus, apesar das divergências em termos táticos e de princípios, permanece no USPD até o final de dezembro de 1918, quando, aliada aos "radicais de esquerda" de Bremen (que se recusam a entrar no USPD), funda o Partido Comunista Alemão (KPD).

O outro grupo radical que compunha o USPD eram os delegados revolucionários (revolutionãre Obleute). Agrupamento nascido em 1914 para fazer oposição à política de apoio à guerra dos majoritários e dos sindicatos oficiais, era composto originalmente por alguns funcionários do sindicato dos metalúrgicos de Berlim que rejeitavam a política de união nacional e que aos poucos foram ganhando adeptos em outras cidades. Eram dirigidos por Richard Muller, líder da oposição radical no sindicato dos metalúrgicos de Berlim. No verão de 1918, Ernst Dãumig assumiu a liderança. Embora fossem membros dos sindicatos e do USPD, eles seguiam uma política independente. Não formavam uma organização de massa, mas um pequeno grupo adepto da conspiração, formado por funcionários disciplinados e rigidamente organizados, tendo permanecido clandestino durante a guerra. 0 núcleo principal não tinha mais de cinquenta militantes - daí a grande surpresa que causou quando, depois do fim da guerra, sua existência e atividades se tornaram conhecidas.

0 MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO À GUERRA

Já no início de 1916, o descontentamento da população alemã se alastrava, provocado por medidas draconianas de racionamento. A situação foi se agravando rapidamente: falta de carvão, de roupas, de moradias; frio, fome, aumento de preços, mercado negro para os ricos, racionamento para a maioria, e a espantosa quantidade de baixas na frente de batalha tinham arrefecido consideravelmente o entusiasmo de agosto de 1914, quando os soldados partiam alegremente para o

front, acreditando que no Natal estariam de volta. Três Natais haviam passado e a guerra parecia longe do fim: imobilizada nas trincheiras desde novembro de 1914, levando à morte milhares de jovens e evidenciando a falta de sentido do massacre.

Rosa Luxemburg, em A crise da social-democracia, balanço escrito na prisão e publicado no início de 1916 na Suíça, descreve com amargura o clima sombrio da época:

> A cena mudou completamente. A marcha de seis semanas sobre Paris transformou-se num drama mundial; o imenso massacre tornou-se um negócio quotidiano, de uma cansativa monotonia, sem nenhuma solução à vista. A política burguesa está paralisada, presa na sua própria armadilha e já não pode exorcizar os espíritos que invocou.
>
> Acabou-se a embriaguez. Acabou-se o alarido patriótico nas ruas, ... acabaram-se os excessos da multidão farejando espiões por todos os lados; acabaram-se os tumultos nos cafés, onde se ensurdecia com música e cantos patrióticos ... 0 espetáculo terminou. Há muito tempo que os intelectuais alemães, esses "lêmures vacilantes", ao primeiro assobio voltaram aos seus buracos. A alegria barulhenta das moças correndo ao longo das plataformas já não acompanha os trens de reservistas; estes deixaram de saudar a multidão debruçando-se das janelas dos vagões, com um sorriso alegre nos lábios; silenciosos, pastas embaixo do braço, caminham rapidamente pelas ruas onde uma multidão carrancuda se entrega às suas ocupações quotidianas.
>
> Na atmosfera insípida destes dias pálidos ressoa um outro coro: o grito rouco dos abutres e das hienas no campo de batalha. Dez mil tendas, garantia total! Cem mil quilos de toucinho, cacau em pó, café artificial, entrega imediata, pagamento à vista! Granadas, tornos, cartucheiras, anúncios de casamento para viúvas de soldados, cintos de couro, intermediários que garantem contratos com o Exército - todas ofertas sérias! A carne para canhão, embarcada em agosto e setembro repleta de patriotismo, apodrece agora na Bélgica, nos Vosgos, na Masúria, em cemitérios onde o lucro cresce vigorosamente. Trata-se de guardar rapidamente a colheita. Sobre esse oceano, milhares de mãos se estendem, ávidas para arrancar a sua parte.
>
> Os negócios prosperam sobre as ruínas. Cidades

transformam-se em montes de escombros, aldeias em cemitérios, regiões inteiras em desertos, populações em tropas de mendigos, igrejas em estábulos ... (1987, p.51-3)

De fevereiro a dezembro de 1916, 240 mil soldados alemães morrem em Verdun, na maior carnificina de toda a guerra. No fim de dezembro de 1916, as tropas da Entente contra-atacam. Os generais alemães, Hindenburg, chefe do alto-comando do Exército, e seu adjunto Ludendorff, impõem aos dirigentes civis, contra sua vontade, a guerra submarina sem trégua (anunciada em 29 de janeiro de 1917), esperando assim derrotar a Inglaterra, o que terá como consequência a entrada dos Estados Unidos no conflito. Apesar de algumas vitórias iniciais, a partir de abril de 1917 o fracasso dessa tática salta aos olhos.

Depois de três anos de guerra, a população alemã estava exausta. O inverno de 1916-1917 ficou conhecido como o inverno das rutabagas, raiz semelhante ao nabo normalmente usada para alimentar o gado. Com a falta de víveres provocada por problemas de abastecimento, os jornais publicavam receitas de sopas, pudins, saladas e pães feitos com rutabagas, indicando-as até como substitutas do café! Nessa atmosfera, e à medida que a esperança de uma vitória rápida desmoronava, solapada pelos testemunhos sobre a situação real que apareciam apesar da censura rígida, a aprovação unânime da política imperial e da guerra, a que fazia coro a maioria dos jornalistas e intelectuais, começava a desaparecer.

De um lado miséria, de outro lucros fabulosos das indústrias de material bélico (Krupp, Thyssen, Stinnes): mergulhada nesse clima, a Alemanha toma conhecimento da revolução de fevereiro de 1917 na Rússia, a manifestação mais espetacular da crise que abalava o conjunto dos países beligerantes. Tanto por parte da direita quanto da esquerda, por razões opostas evidentemente, a comoção foi enorme. 0 ano de 1917 representou, assim, uma guinada na Primeira Guerra Mundial, que se traduziu na Alemanha nas importantes greves de abril em Berlim e Leipzig, e na já mencionada cisão da social-democracia que levou à criação do USPD.

Em 16 de abril de 1917, 250 mil trabalhadores, de mais de trezentas empresas, entram em greve em Berlim. O movimento é dirigido pelos delegados revolucionários que, como veremos, terão um papel importante na revolução de 1918-1919. Estes tinham grande simpatia pelos bolcheviques: alguns de seus dirigentes (sobretudo Dãumig), e muitos de seus seguidores, interessavam-se pelos métodos

revolucionários russos, em particular pelo que consideravam a base de uma nova forma de democracia, os conselhos de operários e soldados. Entre os delegados revolucionários e a Liga Spartakus havia grandes tensões: os primeiros rejeitavam o que consideravam a "ginástica revolucionária" dos spartakistas, ou seja, a tática das manifestações de rua visando à radicalização do movimento de massas. Os delegados revolucionários, cuja maioria estava em Berlim, bem mais próximos do USPD que os spartakistas, foram os mais importantes defensores do pensamento conselhista na Alemanha, e embora não se deva superestimar o significado de sua atuação na Revolução Alemã, a história do pensamento conselhista na Alemanha é impensável sem eles.

Da mesma forma que em Berlim, também no dia 16 de abril, trinta mil operários entram em greve em Leipzig. 0 importante aqui é que, além das costumeiras e compreensíveis reivindicações de aumento das rações alimentares e do carvão, há também uma série de reivindicações de ordem política: declaração do governo por uma paz sem anexações; supressão do estado de sítio e da censura; libertação dos prisioneiros políticos; abolição da lei do trabalho obrigatório; sufrágio universal igual e direto em todos os níveis.

É nesse momento que se constitui, pela primeira vez na Alemanha, um conselho operário com funções (determinadas e transitórias) de comitê de greve: a assembleia dos trabalhadores elege uma comissão com a tarefa de entregar ao chanceler, em Berlim, a lista das reivindicações.

Esse início de uma maior mobilização das massas chama a atenção por algumas razões: em primeiro lugar, pelo papel dos delegados revolucionários; em segundo lugar, pelo surgimento da palavra de ordem de conselhos operários que começa a ser divulgada, em parte inspirada no exemplo da revolução de fevereiro na Rússia - a proclamação da paz pelo soviete (tradução russa de conselho) de São Petersburgo era algo que impressionava uma população cansada da guerra. No entanto, deve-se deixar registrado que somente nove meses mais tarde, a partir das greves de janeiro de 1918 em Berlim, é que o pensamento conselhista começa a se difundir. E por último, pela atuação dos social-democratas independentes (mais próximos dos operários nos grandes centros urbanos que os majoritários), que adquirem grande prestígio, sendo vistos por vastas camadas da população como campeões da luta pela paz.

Ainda em abril de 1917, os Estados Unidos entram na guerra; em

julho, o gabinete Bethmann Hollweg é substituído pela ditadura militar de Hindenburg e Ludendorff. Nesse mesmo ano, o SPD, o Zentrum e os liberais do Partido do Progresso formam a "comissão intergrupos" do Reichstag, com o objetivo de instaurar a monarquia parlamentar e uma paz sem vencedores nem vencidos. Esse programa constitui a base da resolução de paz votada pelo Reichstag em julho de 1917, em resposta ao cansaço da guerra que toma conta da população. Os partidos da maioria (incluindo o SPD) defendem uma paz honesta, "sem anexações e sem indenizações" Contra eles entra em ação uma ala nacionalista exacerbada, pangermanista e anexionista, que apoia a continuação do conflito até a vitória. Apesar da possibilidade de uma paz moderada na virada de 1917-1918, o alto-comando do Exército e os anexionistas continuam com seus planos megalômanos, acreditando que os conflitos internos só podem ser resolvidos, e o socialismo derrotado, pelas conquistas territoriais. Essa ilusão foi ainda mais encorajada pelo tratado de paz de Brest-Litovsk, que retirava a Rússia da jogada.

0 COMEÇO DO FIM

A revolução de outubro de 1917 na Rússia, que leva os bolcheviques ao poder, tem fortes repercussões na Alemanha. Os bolcheviques vitoriosos apressam-se a começar negociações de paz no início de dezembro. A delegação alemã, chefiada pelo general Hoffmann, finge aceitar a proposta de paz sem anexações feita por Trotski, chefe da delegação russa. Mas em janeiro de 1918 os alemães passam a fazer pesadas exigências; os bolcheviques acabam por assinar, em 3 de março de 1918, forçados pelas circunstâncias, um tratado de paz em separado com a Alemanha, extremamente oneroso para eles do ponto de vista das perdas territoriais.

Na Alemanha, as informações sobre as negociações de paz de Brest, com as exigências absurdas feitas pelos alemães, bem como o exemplo da vaga de greves que explode a partir de 14 de janeiro na Áustria-Hungria, levam à ideia de uma greve geral com um claro objetivo político: impor a paz.

A greve começa em Berlim no dia 28 de janeiro: quatrocentos mil operários, na grande maioria trabalhadores das fábricas de munição, param o trabalho; em assembleias elegem 414 delegados, que por sua vez elegem um comitê de greve de 11 membros, todos provenientes do núcleo dos delegados revolucionários. Além desses 11 membros, o comitê, dirigido por Richard Muller, é composto por três membros do USPD (Haase, Ledebour e Dittmann) e três do SPD (Ebert,

Scheidemann e Braun), o que evidentemente gera tensões e conflitos.

No dia seguinte a greve se alastra, atingindo mais de um milhão de trabalhadores em várias cidades. Mas as negociações entre as autoridades e uma delegação extraída do comitê de greve são malsucedidas - o comitê é declarado ilegal; no dia 30 de janeiro o Vorwãrts é proibido sob a alegação de ter exagerado o número de grevistas. Como em todos os movimentos grevistas, neste também os sindicatos são passivos, coniventes com o poder público. E os social-democratas majoritários, Ebert à frente, entram no movimento com o objetivo declarado de controlá-lo. Na impossibilidade de vencer, Richard Muller e companheiros reconhecem a derrota e propõem a volta ao trabalho no dia 3 de fevereiro. A repressão é brutal: são feitas prisões em massa, cinquenta mil grevistas de Berlim são mobilizados para a frente de batalha. Leo Jogiches, um dos líderes spartakistas que participou da greve, é preso em março; a Liga Spartakus fica decapitada, pois Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht também estavam encarcerados.

O que podemos concluir de todo esse movimento grevista de oposição à guerra? Enquanto antes de 1914 os trabalhadores seguiam as lideranças social-democratas, sindicais e do próprio partido, nos dois últimos anos da guerra, o número e o caráter das greves mostram claramente que os trabalhadores, com frequência cada vez maior, se auto-organizam ou seguem os líderes da oposição (USPD e delegados revolucionários, e em menor escala os spartakistas).

A derrota violenta da greve de janeiro de 1918 ficou na memória dos trabalhadores alemães. Aliás, o movimento revolucionário de novembro não pode ser entendido sem esse lento acúmulo de desilusão e cólera contra os chefes militares e seus porta-vozes políticos. Até então eles tinham vencido. Após as greves de janeiro e o tratado de paz de Brest-Litovsk, Hindenburg e Ludendorff estão no auge do seu poder, são apoiados por uma parte da população e agem como verdadeiros ditadores. Mas a entrada dos Estados Unidos na guerra ao lado da Entente acaba não compensando a paz com os russos, e os alemães, na nova guerra de movimento que se anuncia, apesar de alguns sucessos iniciais, são obrigados a reconhecer a derrota. De março a novembro de 1918 o saldo é desastroso: 192.447 mortos, 421.340 desaparecidos e prisioneiros, 860.287 feridos; trezentos mil civis mortos a mais que em 1917 e o dobro da taxa de mortalidade infantil de 1917.

UMA VAGA IRRESISTÍVEL

O tratado de paz com a Rússia, além de garantir as riquezas da Ucrânia, permite aos alemães retirar a maioria de suas tropas da frente oriental e transferi-las para o Ocidente. A ofensiva na frente ocidental, que começa em 21 de março de 1918, obtém no início algumas vitórias locais, mas não atinge seu objetivo: destruir os exércitos inimigos para forçar os franceses e os ingleses a pedirem a paz. Ludendorff, cujo poder militar e político cresce constantemente, a ponto de fazer e desfazer chanceleres, reconhece em meados de agosto, a portas fechadas, ser impossível obter a vitória militar e só estar à espera de um momento propício para propor a paz aos países da Entente.

Somente um armistício rápido poderia salvar a Alemanha da capitulação. Mas os responsáveis não tomam nenhuma medida nesse sentido: em vez de aproveitar a oportunidade para salvar o que ainda podia ser salvo, Ludendorff e Hindenburg insistem em manter o exército em solo francês, pensando assim forçar a Entente a ceder. De um lado, a miopia do Kaiser prisioneiro dos chefes militares, de outro, a falta de senso de oportunidade dos partidos, sobretudo os social-democratas e liberais, que não propõem a monarquia parlamentar, leva paulatinamente a panela de pressão ao ponto máximo. Quando em outubro essa medida é adotada, já é tarde demais para evitar a explosão.

Do lado da população, o clima também muda radicalmente. Até o verão de 1918, grande parte do povo alemão acredita na vitória, ilusão provocada pelos comunicados oficiais e pela imprensa censurada. A partir daí a situação é outra: a imprensa não pode mais esconder as más notícias da frente de batalha, a falta de alimentos, o aumento dos preços. Os sonhos de vitória começam a desfazer-se, embora na época fosse desconhecido o pessimismo do alto-comando do Exército em relação a uma vitória militar.

Com a oferta de paz da Áustria-Hungria (14 de setembro) e o armistício da Bulgária (30 de setembro), o alto-comando é forçado a admitir que a guerra está perdida e que a catástrofe militar só pode ser evitada por meio de um rápido armistício. Com esse objetivo, o alto-comando pressiona para que o governo seja formado a partir de uma maioria parlamentar constituída pelos social-democratas, os liberais e os representantes do Zentrum. A intenção é agradar ao presidente Wilson, dos Estados Unidos, que em 4 de julho havia apresentado um programa em 14 pontos para um eventual armistício.

Sob a pressão constante do alto-comando, é negociada a

formação do novo governo, que passa a ser presidido pelo príncipe Max de Bade, primo do imperador, que não se havia notabilizado por sua adesão ao regime parlamentar. Nomeado chanceler em 3 de outubro, forma um gabinete com os partidos que tinham votado a resolução de paz de julho de 1917: Erzberger, do Zentrum, dois social-democratas majoritários, Scheidemann e Bauer, e os liberais. A Alemanha se torna uma monarquia parlamentar e reformas constitucionais são introduzidas. Elas incluem a reforma do sufrágio (inclusive a abolição do sistema censitário prussiano das três classes), a responsabilidade do ministério perante o Parlamento, e o controle das Forças Armadas pelo governo civil, não pela monarquia.

Usando a tática de perder os anéis para conservar os dedos, o governo imperial derrotado abre a porta do poder aos partidos políticos, tornando-os ao mesmo tempo responsáveis pelo fim da guerra. Foi uma jogada de mestre das velhas elites militares prussianas, que assim descarregavam nas costas dos civis toda a responsabilidade pela derrota, mantendo seu próprio prestígio intacto. Ocultou-se da opinião pública que o novo governo parlamentar foi coagido pelo alto-comando a propor a paz. Apesar da derrota, a arrogância dos militares era tal que ainda no dia 16 de outubro o alto-comando ordena que a imprensa "evite a qualquer preço dar a impressão de que o pedido de paz provém dos militares. 0 chanceler e o governo resolveram tomar essa atitude. A imprensa não deve destruir essa impressão" (apud Kolb,1962, p. 17). Para a opinião pública, o governo parlamentar era responsável pela decisão que levou à capitulação da Alemanha.

O ponto de partida do movimento revolucionário de novembro se dá no dia 5 de outubro, quando se torna pública a oferta de paz aos Aliados. A população, enganada pela propaganda oficial durante os quatro anos de guerra, acreditando piamente na vitória, fica aturdida com o pedido de armistício. Todo o sacrifício daqueles anos terríveis tinha sido em vão. A partir desse momento, para as massas saturadas, só havia um objetivo: obter a paz imediatamente, tão rápido quanto possível - e a qualquer preço.

No decorrer de outubro, o movimento pela paz se espalha como lava de vulcão, radicalizando-se crescentemente e pressio nando o governo e os partidos a partir da base. Os grupos revolucionários, com poucos adeptos até então, e enfraquecidos pelas medidas repressivas impostas no período de guerra, começam a ganhar força.

A tentativa de canalizar o descontentamento popular por meio

da instituição da monarquia parlamentar não tem sucesso. Cresce cada vez mais na opinião pública a ideia de que o Kaiser é um obstáculo à paz, que ele tem de abdicar - Wilson deixara claro, em sua Nota de 23 de outubro, que os Estados Unidos só negociariam com um governo eleito pelo povo - para que se possa obter um armistício em condições favoráveis à Alemanha.

No dia 28 de outubro, os marinheiros da frota de alto-mar, no norte do país, resistem a uma ordem de zarpar, temendo, com razão, uma batalha desesperada contra a frota inglesa para salvar a honra nacional e o prolongamento a qualquer preço de uma guerra perdida. Mil homens são presos e desembarcados em Wilhelmshaven e Bremerhaven, enquanto cinco navios são conduzidos a Kiel, aonde chegam em 31 de outubro. No dia 3 de novembro, nova manifestação em Kiel pela libertação dos presos é brutalmente reprimida. Saldo: nove mortos e 29 feridos. No dia seguinte, Kiel está nas mãos dos marinheiros e soldados insurgentes. Nos navios e nas fábricas são eleitos conselhos de operários e de soldados que se espalham por todo o país.

A partir de então assiste-se a uma gigantesca paralisia do poder estatal. Os aparatos militar e policial do antigo regime capitulam por todo lado, sem resistir à insurreição que se espalha a partir de Kiel. Os prisioneiros políticos são libertados, a bandeira vermelha tremula nos prédios públicos. Conselhos de operários e soldados são improvisados; os funcionários locais do SPD, do USPD e dos sindicatos passam a dirigir as ações, sem esperar ordens das centrais dirigentes: no dia 6 de novembro em Hamburgo, Bremen, Wilhelmshaven, Lubeck; no dia 7 em Hannover; no dia 8 em Colônia, Braunschweig, Dusseldorf, Leipzig, Frankfurt, Munique. Nesse mesmo dia, o Conselho de Operários, Soldados e Camponeses de Munique proclama a República Socialista da Baviera. Não se trata de uma ação revolucionária planejada, mas de um movimento espontâneo das massas cansadas da guerra, que exigem o fim imediato do conflito. Mas ao mesmo tempo, esse amplo movimento espontâneo também faz brotar o desejo, até então latente em vastas camadas da população, de uma profunda transformação política e social, que se articula claramente nos meses seguintes e adquire dinâmica própria.

Em face da nova situação, as forças políticas moderadas e de direita saem de cena - durante algum tempo ficam invisíveis, mudas, incapazes de agir, deixando a iniciativa nas mãos dos majoritários, que, extremamente hábeis e empenhados num processo de transição pacífica, querem impedir a todo custo que a Alemanha siga o modelo

russo. Para eles, a atmosfera insurrecional que se espalha pelo país exige a abdicação do Kaiser, a fim de evitar que as massas passem para o campo dos revolucionários. É o que diz Ebert no dia 6 de novembro, numa reunião de majoritários e sindicalistas com o general Groener (que havia substituído o demissionário Ludendorff no dia 26 de outubro). Os majoritários insistem até o último momento em salvar a monarquia, propondo que o Kaiser passe a regência a um dos filhos. No dia 7, nova reunião de Ebert e do deputado social-democrata majoritário David com o príncipe Max de Bade. Quando este pede garantias de que a social-democracia não criará dificuldades enquanto ele tenta convencer o Kaiser a abdicar, Ebert teria dito a famosa frase, reportada pelo próprio príncipe nas suas memórias: "Se o Kaiser não abdicar, a revolução social é inevitável. Eu não quero essa revolução: odeio-a como odeio o pecado".

BERLIM, 9 DE NOVEMBRO

Mas o movimento é irresistível. No dia 9 de novembro de 1918, a onda revolucionária atinge Berlim, capital do Império. Por volta do meio-dia, manifestações gigantescas coroadas de milhares de bandeiras vermelhas enchem as ruas da capital. Muitos estão armados com pistolas, fuzis e granadas. Os sol dados nas casernas aderem ao movimento e o príncipe Max de Bade, ao ver que a situação foge ao controle, anuncia, mesmo sem estar autorizado, a abdicação do imperador, transferindo o cargo de chanceler a Ebert e propondo a convocação de uma Assembleia Nacional com poderes constituintes. Pela primeira vez, um "homem do povo" estava no comando do Reich.

O governo que Ebert assumia era o antigo governo: todos os secretários de Estado conservavam seus postos, inclusive o ministro da Guerra prussiano, Von Scheuch. Só uma coisa mudara: o chanceler se chamava Ebert e não Max de Bade. Sua primeira declaração como chanceler foi um apelo aos manifestantes: "Cidadãos! Peço-lhes insistentemente: deixem as ruas! Mantenham a paz e a ordem!". Mas ninguém prestou atenção.

Há décadas o objetivo de Ebert, da maioria da direção e da maioria dos membros do SPD, era o sistema parlamentar alcançado em outubro de 1918. Ao participarem do governo, todos eles acreditavam ter atingido suas metas: a democracia parlamentar e a igualdade de direitos do movimento operário. Viam a revolução não só como um equívoco - felizmente transitório -, mas também como um perigo a conjurar: ela só podia trazer anarquia e miséria. Mas em novembro de 1918, a situação tinha ido longe demais para que essa

solução fosse satisfatória. O pragmatismo do SPD já não correspondia totalmente aos anseios daquela parte da população em que o partido tinha até então se apoiado, pois o fato é que o movimento operário no final da guerra era diferente daquele anterior a 1914. A guerra acentuou os conflitos de classe, movimento que se traduziu, como vimos, na criação de novos agrupamentos políticos à esquerda do SPD, dispostos a combater a política moderada do velho partido e a iniciar uma revolução visando transformar radicalmente o antigo Estado.

Uma vez as massas na rua, a grande preocupação dos líderes do SPD, e de Ebert em particular, que nesses meses se torna a figura dominante não só do SPD como do governo, é liderar o movimento revolucionário para contê-lo dentro das vias legais, bem como levá-lo das ruas às urnas. Com esse objetivo convidam o USPD a participar do novo governo. Na efervescência desses primeiros dias de novembro, Ebert argutamente leva em conta a aspiração das massas populares, que desejam a unificação dos partidos operários. Esse gabinete de transição governaria até a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita num futuro próximo, a qual decidiria que forma de governo o Estado deveria adotar. Daí a indignação de Ebert ao saber que seu companheiro de partido, Scheidemann, havia proclamado a República do balcão do Reichstag. A verdade é que o SPD (assim como os outros partidos políticos) foi apanhado de surpresa pelo movimento revolucionário. Tanto que não tinha ideias precisas do que fazer - até mesmo a proposta de eleições para a Assembleia Nacional não veio dele, mas do príncipe Max de Bade, tendo sido pensada, a princípio, como uma reação contra o irrefreável impulso de participação democrática das massas.

Os grupos revolucionários em Berlim também entram em ação no dia 9 de novembro. Os delegados revolucionários, no dia 4, sem saber o que se passava em Kiel, haviam marcado a insurreição para o dia 11, já tendo distribuído armas e feito planos para derrubar o governo. Porém, uma vez atropelados pelos acontecimentos como todos os grupos políticos, não queriam perder o controle da situação. Numa assembleia de soldados, reunida no Reichstag no dia 9, conseguem aprovar uma resolução, propondo que na manhã seguinte, domingo, fossem eleitos conselhos de operários e soldados nas empresas e nos quartéis de Berlim. Seria um representante por batalhão e também um por mil trabalhadores - que deviam realizar na mesma noite, no Circo Busch, uma assembleia geral dos representantes dos conselhos de Berlim, bem como instituir um governo provisório: um Conselho dos Comissários do Povo (Rat der Volksbeauftragten). Os conselhos de soldados berlinenses, que desde a

tarde do dia 9 de novembro detinham o poder de fato, reivindicavam assim a colaboração dos conselhos na formação do novo governo.

A revolução em Berlim praticamente não fez vítimas: trabalhadores e soldados contaram 15 mortos. Milhares de pessoas iam e vinham, inundavam as ruas com suas bandeiras vermelhas - e, surpresa, não havia repressão. A festa era geral e enorme a esperança de uma sociedade essencialmente melhor, que compensasse os sacrifícios do tempo da guerra. 0 dia 9 de novembro tinha chegado ao fim: a monarquia acabara mas, por enquanto, a vitória da revolução era uma incógnita.

0 NOVO GOVERNO

0 professor Ernst Troeltsch, uma das glórias da Universidade de Berlim desde 1914, assim descreveu o comportamento dos berlinenses no dia 10 de novembro de 1918:

> No domingo de manhã, depois de uma noite angustiosa, era clara a imagem mostrada pelos jornais matutinos: o Kaiser na Holanda, a revolução vitoriosa na maioria das cidades, os príncipes alemães em vias de abdicar. Ninguém morreu pelo Kaiser nem pelo Reich! Os funcionários públicos a serviço do novo governo! Garantida a manutenção de todos os compromissos, nenhum ataque aos bancos! Domingo, 10 de novembro, um maravilhoso dia de outono. Como de costume, os berlinenses foram em massa passear em Grunewald. Nada de roupas elegantes, nem de gente barulhenta, muitos intencionalmente vestidos de maneira simples. Era tudo um pouco apagado, como pessoas cujo destino será decidido em algum lugar bem distante, embora estejam tranquilas e despreocupadas pelo fato de tudo ter-se passado tão bem. Bondes e metro funcionavam como antes, garantia de que tudo estava em ordem em relação às necessidades imediatas da vida. Em todos os rostos estava escrito: os salários continuarão a ser pagos. (apud Haffner, 1988, p.94)

A relativa tranquilidade da população era contrabalançada pela agitação do governo. Temendo perder a posição alcançada até aí, Ebert e seus aliados planejam uma coalizão dos partidos socialistas e burgueses, buscando um entendimento direto com os líderes do USPD, a fim de que fosse um fato consumado antes da assembleia dos conselhos. No dia 10, no começo da tarde, SPD e USPD concordam em formar um novo governo paritário - composto por Ebert,

Scheidemann, Landsberg (ma joritários), e por Haase, Dittmann, Barth (independentes) -, encarregado do poder executivo. Karl Liebknecht, convidado, recusa-se a participar do governo. Com isso, na prática, a Liga Spartakus passa a ser uma terceira direção, em oposição formal à linha seguida pelos outros dois partidos.

0 Vorwãrts do dia 10 de novembro, em sua edição matutina, num artigo intitulado "Não à guerra civil!", defendia com grande veemência a unidade da classe operária: "Quando um grupo trabalha contra outro, uma seita contra outra, nasce o caos russo, a decadência geral, a miséria em vez da felicidade" (Muller, 1979, p.34). Nesse primeiro momento, a alegria pelo fim do império era tanta que mesmo os trabalhadores, que antes viam os majoritários como inimigos, agora esqueciam a política belicista com suas consequências nefastas, a união sagrada com a burguesia e se recusavam a considerar qualquer discurso que questionasse essa unidade. Richard Muller conta que, em algumas fábricas, funcionários do SPD, que ainda na véspera tinham apanhado por não querer participar das manifestações, no dia 10 eram eleitos para os conselhos operários.

Um bom exemplo desse desejo de unidade é dado pela assembleia dos conselhos convocada para o dia 10 de novembro, a partir das 17 horas, no Circo Busch, com cerca de três mil pessoas (mais de 1.500 delegados eleitos). Karl Liebknecht, o terceiro orador a discursar - Ebert toma a palavra primeiro, fala contra a "velha luta fratricida" e é vivamente aplaudido -, enfrenta uma assembleia tumultuada e surda (sobretudo os soldados) a qualquer discurso que aponte os majoritários como inimigos da revolução. A assembleia aprova calorosamente a união SPD/USPD, ratifica o Conselho dos Comissários como governo provisório e elege ao mesmo tempo, de acordo com as intenções dos radicais de esquerda, uma espécie de contragoverno, um Comitê Executivo dos Conselhos (Vollzugsrat), cuja função, que nunca conseguiu exercer, era controlar o Conselho dos Comissários do Povo.

Após tempestuosos enfrentamentos, os majoritários e os representantes dos soldados, contra os delegados revolucionários e seus simpatizantes, forçam a composição paritária do Comitê Executivo dos Conselhos. Isso não é nada democrático, uma vez que os independentes têm nas fábricas uma representação maior que os majoritários. Os spartakistas e a ala esquerda dos independentes, contra a paridade, acabam derrotados. Resumo da ópera: os majoritários, graças à pressão dos soldados e ao desejo de unidade da assembleia, evitam a eleição de um comitê executivo revolucionário

que agiria no sentido oposto ao governo dos Comissários do Povo. No final, a assembleia, fazendo de seu desejo realidade, proclama que a Alemanha se tornou "uma república socialista", e que o "poder é exercido pelos conselhos de operários e soldados".

Na verdade, havia profundas divergências entre esses dois órgãos. 0 governo, embora paritário, era dominado pelos majoritários - na verdade, por Ebert. Os independentes eram na prática figuras de segundo plano. O Comitê Executivo dos Conselhos instala-se no dia 11 de novembro no prédio do Landtag da Prússia. Diferentemente do Conselho dos Comissários do Povo, estava constantemente submetido à pressão das ruas; os trabalhadores confiavam nele. Porém, era um organismo excessivamente numeroso para agir eficazmente, constituído por 28 membros (sete delegados revolucionários, sete majoritários e 14 representantes de soldados), em sua maioria elementos heteróclitos e politicamente inexperientes. Os representantes eram eleitos um pouco ao acaso, em geral os que falavam mais e que muitas vezes não eram os mais competentes, com exceção dos membros da ala esquerda dos independentes, homens como Richard Muller (presidente do Comitê Executivo), Ledebour e Dãumig (líderes da facção operária). Segundo o próprio Richard Muller, o Comitê Executivo, em contraposição ao Conselho dos Comissários do Povo, era um organismo que falava e não agia, sendo desde o início um "junco a balançar ao vento tempestuoso da revolução" (1979, p.56).

A campanha sistemática da imprensa, a hostilidade do governo e da burocracia, a sabotagem da administração, que lhe envia incessantemente todas as reclamações e o priva de recursos, fazem com que o Comitê Executivo afunde rapidamente na desordem, e que no fim de novembro esteja reduzido à mais total impotência. A luta pelo poder é decidida a favor do Conselho dos Comissários do Povo, que fixa para 19 de janeiro de 1919 a data das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

E por fim, para termos um panorama completo desse período de transição, não podemos esquecer a questão militar.

No dia 10 de novembro, o general Groener oferece a Ebert o apoio do Exército para "combater o bolchevismo"; em troca, Ebert suprimiria os conselhos mais radicais. Groener esperava assim afastar o perigo que os radicais representavam e continuar mantendo pelo menos uma parte do poder nas mãos do Exército e do oficialato, para ele o elemento mais representativo do velho prussianismo que devia

ser preservado na nova Alemanha. Ebert, por sua vez, acreditava ser absolutamente necessário o apoio do alto-comando, sobretudo para resolver os problemas militares decorrentes do armistício e da desmobilização. Essa polêmica aliança foi possível, sobretudo, porque havia entre os dois homens uma completa harmonia em relação a questões políticas fundamentais: o desejo de restabelecer o mais rápido possível o império da lei, e a rejeição total do bolchevismo e do sistema conselhista.

Mas o general Groener exagerou nas promessas de ajuda: das dez divisões oferecidas para "proteger" Berlim, só restaram 1.800 homens. Os soldados, exaustos, logo que atingiam o solo alemão, abandonavam suas unidades e voltavam para casa. Na prática, o orgulhoso Exército do Império alemão havia deixado de existir no Natal de 1918. Os soldados não obedeciam mais às ordens dos superiores. Nesse vácuo surgia uma oportunidade histórica para introduzir reformas que poderiam ter levado à constituição de um exército republicano, iniciativa que teria sido apoiada por grandes parcelas da população, fortemente ressentidas com o militarismo prussiano. Só para dar uma ideia, basta mencionar que, no início da revolução, oficiais caminhando pelas ruas tinham suas insígnias arrancadas pela população. No mês de dezembro, como veremos adiante, o 1° Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados fez reivindicações para democratizar o Exército. Tudo isso foi ignorado por Ebert, que preferiu manter o acordo com Groener. E, como o velho Exército não era mais confiável, tratava-se de criar milícias de voluntários, os corpos francos (Freikorps), com os elementos mais fiéis do Exército que se desmobilizava.

A primeira dessas milícias, o corpo de caçadores (Landesjägerkorps) do general Maercker, foi sancionada pelo governo no dia 16 de dezembro; em seguida, muitos outros se formaram rapidamente. Financiados pela indústria, os corpos francos, famosos pela truculência, eram formados por oficiais conservadores e monarquistas que, por causa da revolução, voltavam do front sem nenhuma perspectiva de futuro; por soldados que viam nesse "trabalho" bem remunerado uma saída para o desemprego, e por estudantes universitários prussianos. Estes acorreram em tal quantidade que os cursos tiveram de ser suspensos. Um ideário profundamente antirrevolucionário e antidemocrático era o denominador comum que unia os quatrocentos mil membros dos corpos francos que posteriormente constituíram o núcleo do Exército alemão e foram, como queria Groener, uma força poderosa no novo Estado.

O fim da monarquia no Reich e nos diversos Lõnder, bem como a instalação dos novos governos, aconteceram com o fim da guerra. No dia 6 de novembro, uma delegação alemã, chefiada - em concordância com o alto-comando - pelo político do Zentrum, Erzberger, partiu para negociar o armistício com a Entente, que impunha à Alemanha condições extremamente duras. Mais uma vez, os militares se esquivavam da responsabilidade pela capitulação, jogando-a nas costas dos "civis". A nova República assumia assim a pesada herança da derrota, e pior: os políticos, sobretudo os de esquerda, eram postos sob suspeição - a famosa lenda da "punhalada pelas costas` - pelas forças reacionárias, que, com seus objetivos anexionistas, tinham sido de fato as verdadeiras culpadas pela desastrosa evolução da guerra e pelo colapso final. A versão de Paul Baecker, publicada no jornal conservador Deutsche Zeitung no dia 10 de novembro de 1918, dá bem ideia do clima que dominava na época os setores reacionários da sociedade alemã (apud Haffner, 1988, p.106):

> Palavras não bastam para expressar a indignação e a dor ... A obra pela qual nossos pais lutaram com seu precioso sangue - apagada pela traição de dentro das fileiras de seu próprio povo! A Alemanha, ainda ontem invicta, foi abandonada aos seus inimigos por homens que trazem o nome de alemão; por felonia, foi demolida de dentro de suas próprias fileiras de forma criminosa, de forma vergonhosa!
>
> Os socialistas alemães sabiam que a paz estava a caminho e que apenas semanas, talvez dias seriam necessários para mostrar ao inimigo umfront sólido, fechado, a fim de lhe arrancar condições toleráveis. Nessa situação eles ergueram a bandeira branca.
>
> É um crime que nunca poderá ser nem nunca será perdoado. É uma traição, não somente à monarquia e ao Exército, mas ao próprio povo alemão, que carregará durante séculos as consequências da derrota e da desgraça.

CONSELHOS E PARTIDOS

Em poucos dias, quase sem combate, a Alemanha mudava de regime - adormeceu sob o Império, acordou sob a República. O poder imperial, como madeira carunchada, se desfez. No dia 7 de novembro, ainda existia um imperador e um príncipe chanceler; no dia 10 havia um Conselho dos Comissários do Povo e um Comitê Executivo dos

Conselhos. Para um observador menos avisado, parecia que o poder estava nas mãos dos partidos operários, e que a cisão entre eles havia sido superada. Mas será que era isso mesmo? Qual a posição das forças políticas perante a revolução e, por conseguinte, perante os conselhos?

A primeira vez que essa forma política de organização democrática das classes subalternas, os conselhos, surgiu no Ocidente, foi com a Comuna de Paris de 1871. Na época, era uma tentativa de superar a crise do Estado moderno decorrente das desigualdades da ordem capitalista e da pouca influência dos indivíduos nas decisões que os afetavam. Os conselhos visavam a criar uma nova forma de soberania popular, pretendendo, assim, substituir (ou complementar) o Estado de direito burguês (com sua separação dos poderes) por um novo princípio estatal. Numa democracia conselhista, o povo se organiza de baixo para cima, em pequenas unidades: fábricas, comunidades, bairros, escolas etc. Os representantes nos conselhos são eleitos para cumprir tarefas precisas e seu mandato é imperativo, ou seja, pode ser revogado a qualquer momento. A ideia é que o controle dos representantes pelos representados impede a criação de uma casta de políticos autônoma, bem como a burocracia e a corrupção.

Os conselhos sempre surgiram em momentos de ruptura da ordem estabelecida. Assim foi com a Revolução Russa de 1905, com a de 1917, e com a Revolução Alemã de 1918. Os conselhos alemães (Rãte) foram em grande parte criação espontânea dos trabalhadores alemães: surgiram de forma improvisada, independentemente de iniciativas partidárias, como expressão da auto-organização das massas e representavam o movimento no seu conjunto. Eram na maioria compostos por social-democratas majoritários e independentes, e muitos conselhos de soldados elegiam até mesmo representantes oriundos da burguesia.

Na medida em que eram dominados por uma maioria de social-democratas moderados e de sindicalistas, os conselhos não se viam como adversários, mas como administradores do governo de coalizão SPD/USPD, lutando por uma genérica política socialista e para destruir o Estado autoritário. Embora nas primeiras semanas da revolução tivessem poder político e militar, não souberam utilizá-lo para pôr em prática suas reivindicações sociais e políticas, tais como: reforma do Exército, socialização das indústrias "maduras para isso" (minas, sobretudo), "democratização da administração", isto é, ocupação de altos cargos administrativos por partidários do novo governo. Ficaram à espera de que o governo dos Comissários do Povo

tomasse a iniciativa das reformas, porque viam como sua tarefa principal manter a ordem e a segurança públicas, reprimir a contrarrevolução, assegurar o abastecimento do país e a desmobilização do Exército (Kolb, 1984, p.311-2). Nessas primeiras semanas, os conselhos exerceram o poder sob a forma de um maior ou menor controle sobre os funcionários civis e militares, o que frequentemente acarretou tensões entre conselhos e governos locais. Essas tensões decorriam antes da falta de clareza no tocante às atribuições de cada órgão que do desejo dos funcionários dos conselhos de se oporem ao governo.

Os conselhos chegaram a ser oficialmente reconhecidos, o que poderia ter dado início à sua institucionalização. Tal fato não aconteceu porque nesses dois meses, a grande maioria dos seus membros não os via como instituições duradouras, mas apenas como fenômenos transitórios que dariam lugar à República Parlamentar, encarada como a mais importante "conquista" da revolução. É fato sobejamente conhecido que grande parte dos membros dos conselhos não queria uma ruptura radical; seu programa não era a revolução socialista, a ditadura do proletariado, a continuidade da revolução. Seus objetivos eram extremamente moderados, como veremos pelo resultado do 1° Congresso dos Conselhos.

Qual a posição dos partidos e grupos políticos de esquerda perante esse movimento espontâneo das massas trabalhadoras?

A Liga Spartakus defendia uma Alemanha conselhista em aliança com a Rússia soviética. 0 que fora alcançado até 10 de novembro não passava de meias medidas; sua palavra de ordem era "avanço da revolução" Nesse sentido, a Liga Spartakus exigia: dissolução do Conselho dos Comissários do Povo, tomada imediata do poder pelos conselhos, desarmamento da polícia, dos oficiais e dos "soldados não proletários", formação de uma milícia de trabalhadores, desapropriação das terras dos grandes e médios proprietários, desapropriação das minas, das fundições e das grandes empresas industriais e comerciais além de se opor à convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Os partidários de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht apoiavam decididamente a revolução, mas eram poucos, no máximo alguns milhares no começo do movimento. Diferentemente do que aparecia para os contemporâneos e do que afirmaram (por razões inversas) muitas análises posteriores da revolução, provenientes de historiadores de direita ou comunistas, a extrema esquerda, mal

organizada e com poucos partidários, estava isolada no interior do movimento revolucionário de novembro/dezembro de 1918. Os ardorosos defensores da palavra de ordem "todo o poder aos conselhos", ou seja, como nova forma de poder estatal, quase não tinham representantes nos conselhos operários (e muito menos nos de soldados). Por isso, faziam agitação nas ruas, com o objetivo de mostrar uma força que de fato não tinham, esperando com o tempo convencer a maioria. "Ginástica revolucionária", ironizavam os delegados revolucionários de Berlim, próximos do programa da Liga Spartakus, mas que rejeitavam a tática dos spartakistas. Embora essa tática não tenha tido sucesso nas jornadas de novembro/ dezembro, acabou gerando consequências negativas para os grupos de esquerda, sobretudo para os próprios spartakistas. Grande parte da opinião pública temia que a convocação da Assembleia Nacional (desejada pela burguesia, pela social-democracia e pela maioria dos conselhos) fosse prejudicada, e muitos viam a "anarquia bolchevique" a caminho.

Já o USPD entrou na revolução internamente dividido: os funcionários e os membros do partido tinham ideias muito diferentes sobre as questões básicas da política revolucionária e da nova forma do Estado e da sociedade, o que impediu uma estratégia unificada. Embora o USPD tivesse um considerável número de membros (em outubro cerca de cem mil, em janeiro mais de trezentos mil; os majoritários tinham, em março de 1919, cerca de um milhão de membros), a nítida oposição, desde dezembro, entre as alas esquerda e direita, prejudicou fortemente o partido em sua capacidade de ação.

A ala esquerda do USPD simpatizava com o programa de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, era contra as eleições para a Assembleia Nacional e a favor de um sistema conselhista, mas apoiando-se na ação disciplinada dos operários radicais nas empresas, rejeitava a tática da Liga Spartakus, voltada para a agitação e as manifestações de rua. Richard Muller e Dãumig faziam parte desse grupo.

A ala direita do USPD (o presidente Haase, Kautsky, Dittman, Bernstein), que nesse momento ditava a linha do partido, era a favor da eleição para a Assembleia Nacional, no que estava próxima da social-democracia majoritária. Mas desejava retardar as eleições para que, nesse espaço de tempo, pudessem ser assentadas as bases para uma democracia social - e nisso se distinguia dos Comissários do Povo majoritários. No entanto, só seria possível realizar a concepção da ala direita do USPD se a direção da social-democracia majoritária estivesse disposta a defendê-la, o que não era o caso, como ficou cada vez mais claro desde meados de novembro.

A direção dos majoritários considerava os conselhos como órgãos transitórios que deviam ceder lugar o mais rápido possível à Assembleia Nacional Constituinte, única fonte de poder legítimo. Como dissemos, o parlamentarismo de outubro tinha realizado seus desejos. Para eles, a revolução de novembro era não só supérflua como também prejudicial, dificultando a solução dos difíceis problemas nascidos com o fim da guerra e a derrota: repatriamento dos exércitos no curto prazo imposto pelas condições do armistício, garantia do abastecimento, transformação de uma economia de guerra em uma economia de paz, reintegração dos soldados à produção, manutenção da unidade do Reich, assinatura do armistício e preparação das negociações de paz. Todas essas tarefas precisavam ser resolvidas ao mesmo tempo e, segundo os majoritários, só poderiam ser levadas a bom termo se a administração funcionasse, se não houvesse perturbações da ordem pública e da vida econômica, se a disciplina nos quartéis fosse mantida.

Por isso, os dirigentes do SPD consideravam vital o apoio das elites dirigentes do império, sobretudo da alta burocracia, do empresariado e do oficialato. Os majoritários consideravam inoportuno fazer reformas estruturais (como queriam os independentes), ou pelo menos intervenções preventivas nas estruturas sociais e políticas - intervenções que teriam sido apropriadas a curto, médio e longo prazo para dar uma base social mais forte à democracia parlamentar que eles defendiam. Em vez disso, pressionaram depois de 9 de novembro, a fim de conduzir o movimento revolucionário o mais rápido possível para o espaço tranquilo das urnas eleitorais. Até as eleições para a Assembleia Nacional eles governaram convictos de que exerciam uma administração transitória de emergência, e de que todas as decisões essenciais sobre a nova ordem política e social deviam ficar nas mãos da Assembleia Nacional.

Arthur Rosenberg, no seu estudo clássico sobre a República de Weimar, assim resume a atitude dos majoritários:

> Os funcionários da social-democracia majoritária viam no governo dos conselhos a ditadura violenta de uma minoria sobre a maioria do povo. Eles pensavam que os conselhos só poderiam apoiar-se nos trabalhadores das grandes empresas, excluindo o restante das massas populares. (1983, p.20)

Não percebiam que "conselhos e bolchevismo não são de forma alguma idênticos" Esse comportamento negativo em relação aos

conselhos foi sobretudo representado por Ebert e Scheidemann, que conseguiram, por meio da máquina partidária, controlá-los e destruí-los. 0 que a direção do SPD não percebeu - e pagou caro por isso - é que os conselhos eram o sangue do partido, compostos na sua gigantesca maioria não por rebeldes incontroláveis, mas pelas bases e pelos funcionários mais ativos da social-democracia, vista (ainda) por eles como um governo revolucionário.

Do seu lado, a burguesia alemã, temerosa das possíveis repercussões que a revolução provocaria no plano econômico, procurava fazer concessões secundárias para não tocar no principal: a propriedade privada e o capitalismo. Foi ajudada nisso pelos dirigentes sindicais igualmente hostis à revolução, pois queriam melhorar a situação dos trabalhadores dentro dos limites do capitalismo, e não superá-lo. Durante a guerra, esses líderes obtiveram empregos oficiais bem remunerados e conseguiram postos longe do front. Partidários do que hoje se chama "sindicalismo de resultados", de negociações com os patrões e não de confrontos como as greves, colaboraram para o acordo entre industriais e sindicatos, assinado no dia 15 de novembro de 1918, que ficou conhecido como Arbeitsgemeinschaft, isto é, "comunidade de trabalho" entre patrões e empregados. Os patrões aceitavam todas as reivindicações até então rejeitadas: reconheciam os sindicatos como representantes dos operários, jornada de oito horas sem diminuição de salário, contrato coletivo, comissões paritárias para regular os conflitos trabalhistas. Em troca, os trabalhadores esqueciam suas antigas reivindicações de socialização. Com isso, a burguesia procurava proteger-se contra um certo impulso socializante no tocante às minas e às usinas metalúrgicas. Os majoritários, que temiam desorganizar a produção, criaram uma "comissão de socialização" com representantes de todos os partidos, sindicatos e organizações patronais, o que significava, para os proprietários, ganhar um tempo precioso.

Embora, como vimos, a esquerda radical adotasse a palavra de ordem de "todo poder aos conselhos", uma república conselhista não estava na ordem do dia em novembro. Não se pode esquecer que todas as forças politicamente relevantes eram a favor das eleições: a burguesia, o SPD, os sindicatos, a maioria do USPD, a maioria dos conselhos operários e quase todos os conselhos de soldados. Em 29 de novembro, o Conselho dos Comissários do Povo fixou o prazo das eleições para a Assembleia Nacional: 19 de janeiro. Uma novidade importante era que agora as mulheres podiam votar e ser eleitas.

1° CONGRESSO NACIONAL

0 1° Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados, reunido em Berlim de 16 a 21 de dezembro de 1918, manteve essa data para as eleições. A composição desse congresso dá-nos uma ideia aproximada do que ocorria em todo o Reich: de quinhentos delegados, por volta de trezentos eram do SPD, cem do USPD (dez spartakistas) e 26 do Partido Democrático. Vinte e seis operários e 49 soldados não deram informações sobre sua filiação partidária. Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht não foram eleitos para o Congresso, sob a alegação de não serem operários nem soldados. Uma proposta da mesa de convidá-los a participar sem direito a voto foi rejeitada sem discussão. Por 344 votos a 98, o Congresso rejeitou a moção de manter o sistema conselhista "como fundamento da Constituição da República Socialista", rejeitando também a proposta de dar aos conselhos o mais alto poder legislativo e executivo. O escritor e membro da República dos Conselhos da Baviera, Ernst Toller, tinha razão ao dizer que, com essa decisão, "A República pronunciara sua própria sentença de morte" (1990, p.83). Dãumig, da ala esquerda do USPD, em seu discurso ao Congresso, chamou a atenção para as consequências negativas que a liquidação dos conselhos traria para o desenvolvimento da democracia na Alemanha:

> Quando for escrita a história destas semanas revolucionárias, então se perguntará sorrindo: mas as pessoas eram tão cegas que não viam que elas mesmas puseram a corda no pescoço? ... E se vocês anseiam por formar um clube de suicidas políticos deixo-lhes esse prazer, de minha parte agradeço. (Aplausos calorosos, gritos!) ... Mas eu lhes digo: todos os seus sonhos de uma Alemanha nova, livre, também cultural e intelectualmente livre, de um povo alemão que arrancou de si esse velho espírito de súdito ainda hoje profundamente entranhado nele, de uma Alemanha onde o povo tome realmente parte ativa no seu destino e não a cada dois, três anos corra às urnas com uma cédula na mão, vocês não realizarão com este velho sistema. (Ritter & Miller, 1983, p.378, 380).

Embora dominado pelos social-democratas majoritários, o Congresso dos Conselhos também adotou resoluções que estavam em clara contradição com as ideias da direção, sina lizando que operários e soldados social-democratas desejavam que o governo avançasse ininterruptamente. 0 Congresso encarregou o governo de "começar imediatamente a socialização das indústrias maduras para isso, em especial as minas", e de "tomar todas as medidas para desarmar a

contrarrevolução". Como "símbolo da destruição do militarismo e da supressão da disciplina prussiana", foi aprovada uma moção que propunha a supressão das patentes e de todas as insígnias, a proibição do porte de armas fora de serviço, a eleição dos oficiais, o aceleramento da supressão do Exército permanente e a constituição de um Exército popular.

Dada a configuração do Kaiserreich, não é de espantar o caráter fundamentalmente antimilitar da revolução de novembro. Os soldados queriam eliminar a disciplina prussiana cujo símbolo era o arrogante oficial de monóculo que haviam sido obrigados a suportar durante os quatro anos de guerra. Eles sabiam, por experiência própria, que o oficialato era a base da contrarrevolução. Ademais, o que chama a atenção no resultado do Congresso é que operários e soldados, influenciados pelos majoritários, podiam ser a favor de um objetivo moderado, como as eleições para a Assembleia Nacional, e ao mesmo tempo desejar mudanças radicais, como a eleição dos oficiais e a nacionalização das fábricas.

Essas reivindicações mostravam um esboço de programa em torno do qual, nessas semanas, havia amplo consenso do movimento de massas democrático. Pedia-se sobretudo a "democratização" do Exército, da administração e da economia, e esperava-se dos governos (federal e locais) iniciativas imediatas e incisivas para assegurar a correlação de forças alcançada com a revolução, bem como impedir que os setores reacionários se fortalecessem novamente. Ocioso dizer que os majoritários deixaram engavetadas todas as reivindicações democráticas do Congresso. Não se pode afirmar com certeza qual teria sido o resultado dessa experiência, só se pode lamentar que ela não tenha sido tentada.

A CAMINHO DA GUERRA CIVIL

Durante o mês de dezembro, assiste-se em Berlim à radicalização crescente do movimento de massas. Greves provocadas pelo desemprego, incidentes sangrentos entre manifestantes e soldados fiéis ao governo, enfraquecimento do poder dos conselhos, notícias sobre a formação dos primeiros corpos francos, os majoritários mais preocupados em manter a ordem que encontrar soluções para o desemprego - tudo isso torna insustentável a continuação do USPD no governo. 0 estopim para a ruptura é dado pelo combate contra a Divisão Popular de Marinha (Volksmarine Division), episódio um tanto nebuloso cujas versões variam. Muito resumidamente, trata-se do seguinte:

Desde o começo de novembro encontrava-se aquartelada no centro de Berlim (no Palácio e num prédio vizinho, o Marstall) uma tropa de marinheiros vinda de Kiel, à qual se juntou outra de Cuxhaven, chegando a um total de três mil homens que se consideravam iniciadores e guardiões da revolução. Desde meados de dezembro, Ebert e o comandante de Berlim, o social-democrata Otto Wels, queriam diminuir o contingente para seiscentos homens, mas os marinheiros não concordavam. Como forma de pressioná-los, Wels não lhes paga o soldo. Às vésperas do Natal, é uma provocação. Depois de negociações complicadas é concluído um acordo em 21 de dezembro: os marinheiros aceitam deixar o quartel-general e devolver as chaves a Wels; em troca, serão pagos. Na segunda-feira, 23 de dezembro, os marinheiros que tinham deixado o Palácio entregam as chaves a Barth, um dos Comissários do Povo independentes, mas Wels se recusa a pagar. Impacientes, os marinheiros vão até a Chancelaria, esperando que Ebert resolva a questão, mas não o encontram. Furiosos, fecham todas as saídas, ocupam a central telefônica para impedir a comunicação entre Ebert e as tropas de Potsdam que, avisadas por ele, estão prontas para entrar em Berlim. Enquanto isso, outro grupo de marinheiros dirige-se à Kommandantur para exigir o soldo e é metralhado durante o percurso por um carro blindado das tropas de Wels. Saldo: três mortos e muitos feridos. Os marinheiros, exasperados, entram no prédio, fazem três reféns - Wels e dois de seus colaboradores -, e os prendem no Marstall.

Na noite de 23 para 24 de dezembro, os três Comissários do Povo do SPD dão carta branca ao ministro da Guerra (Von Scheuch, que conservou o posto que tinha na época de Guilherme II) para libertar Wels e derrotar os marinheiros. 0 que sobrara das tropas que haviam entrado na capital no começo de dezembro, comandadas pelo general Lequis, bombardeia o Marstall. 0 bombardeio chama a atenção dos operários, que se reúnem e começam a marchar em direção ao centro. Esse episódio mostra que os marinheiros não estão isolados: a multidão enfrenta os soldados do general Lequis, perguntando se não têm vergonha de atirar no povo; os soldados hesitam, alguns são rapidamente desarmados, outros largam as armas. Vitória dos marinheiros: o governo paga o que deve, é obrigado a retirar a divisão do general Lequis de Berlim, que se revelara inútil para os desígnios da contrarrevolução, e a substituir Otto Wels.

Discordando da decisão dos majoritários de bombardear o Marstall, no dia 29 de dezembro os independentes saem do governo, sendo imitados por seus companheiros do governo prussiano. Essa foi a razão aparente. A razão profunda para a ruptura foram as

divergências cada vez maiores entre os Comissários do Povo do SPD e os do USPD quanto aos rumos da revolução, sobretudo no tocante aos militares e ao alto-comando. Além disso, havia uma pressão crescente da ala esquerda do USPD (e sobretudo da Liga Spartakus) sobre os Comissários do Povo independentes para que deixassem o governo e denunciassem a coalizão com o SPD. Depois da saída dos independentes Haase, Dittmann e Barth do governo, e da entrada dos majoritários Noske (encarregado das questões militares) e Wissell (especialista em questões econômicas e sociais), o governo tornou-se exclusivamente um governo da social-democracia majoritária, fortemente apoiado pelos ministros burgueses e pela burocracia.

Enquanto no USPD a ala direita (o presidente Haase e os teóricos Kautsky e Hilferding) perdia influência, a extrema esquerda organizava-se em um partido independente. O Partido Comunista Alemão (KPD) foi criado a partir do acordo entre os "radicais de esquerda de Bremen" e a Liga Spartakus, cujo Congresso de fundação se reuniu em 1° de janeiro de 1919 em Berlim. Nesse Congresso, contra a posição moderada da direção do partido (Rosa Luxemburg, Karl Liebknecht, Paul Levi, entre outros) a favor das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, venceram as bases - 72 votos a 23 -, dominadas pelo radicalismo e a favor do boicote às eleições.

0 esquerdismo dos militantes spartakistas, na maioria muito jovens e despreparados politicamente, é visto por vários historiadores como uma das razões para a derrota da Revolução Alemã. Não só se recusaram a participar das eleições como também saíram dos sindicatos dirigidos pelos reformistas por acreditarem que em 15 dias haveria um governo proletário em Berlim. A direção da Liga Spartakus era contra esse radicalismo inconsequente, mas, como veremos a seguir, os próprios dirigentes, no calor da hora, não conseguiram fazer uma avaliação realista da correlação de forças e caíram num impasse desastroso.

Segundo Pierre Broué, o mais grave no momento da fundação do KPD foi o fracasso das conversações entre spartakistas e delegados revolucionários, o único grupo de esquerda com base de massa. Estes eram favoráveis à participação nas eleições, contra as táticas golpistas, sendo apoiados pelo proletariado de Berlim. Os spartakistas, não aceitando as condições dos delegados revolucionários para aderirem ao novo partido, ficaram isolados dos trabalhadores das fábricas.

Como vimos, a situação em Berlim radicalizou-se desde o episódio da Divisão Popular de Marinha. A partir desse momento, o

operariado berlinense pende rapidamente para a esquerda, o que leva a um relativo isolamento do governo. A saída dos independentes leva os majoritários mais rapidamente para a direita, fortalecendo a aliança com os militares e a burocracia, e no Reichstag, a uma aproximação cada vez maior com os liberais e o Zentrum. Acaba vencendo a "coalizão da ordem" contra os conselhos e a esquerda radical, que defendia a continuidade da revolução. Assim, a derrota do levante de janeiro de 1919 foi preparada durante os meses de novembro/ dezembro de 1918.

No domingo, 29 de dezembro, um gigantesco cortejo acompanha ao cemitério os corpos dos marinheiros mortos no Natal e carrega cartazes em que se lê: "Acusamos Ebert, Landsberg e Scheidemann de assassinos de marinheiros" e "Violência contra violência!". De punhos erguidos, a multidão grita em coro: "Abaixo os traidores!" Começava a fase radical da revolução, fruto da desilusão e da timidez do processo revolucionário, e não porque a Alemanha estivesse, desde a queda da monarquia, às portas do bolchevismo, temor da direita e desejo da extrema esquerda.

3. Janeiro de 1919 / março de 1920: A FASE RADICAL

A INSURREIÇÃO DE JANEIRO

Desde os combates do Natal e do fim da coalizão entre majoritários e independentes, mas sobretudo desde o suicídio dos conselhos no 1° Congresso dos Conselhos, os operários berlinenses começam a sentir que a revolução está em perigo. A única solução parece ser a luta armada, mas não sabem muito bem como agir. Os dirigentes revolucionários, por seu lado, não dão indicações precisas do que fazer. Esse vácuo é ocupado pelas forças da contrarrevolução, lideradas por Gustav Noske - o homem certo no lugar certo -, chamado por Ebert para acabar com a anarquia dos radicais de esquerda na capital do Reich e que confessa brutalmente nas suas memórias: "É preciso que alguém seja o carniceiro sanguinário (Bluthund), não tenho medo dessa responsabilidade".

A situação em Berlim estava tão tensa no início de 1919 que um acontecimento trivial acabou sendo o estopim da insurreição. No dia 4 de janeiro, Ebert e Noske vão aos arredores de Berlim inspecionar os quatro mil homens do general Maercker acantonados desde o dia 26 - tropas bem equipadas, bem armadas, preparadas para a guerra civil. Com esse trunfo na mão, o Conselho dos Comissários do Povo decide demitir o chefe de polícia, Emil Eichhorn, membro da ala esquerda do USPD, politicamente próximo dos delegados revolucionários, e substituí-lo por um social-democrata de direita, Ernst, em quem o partido confia. Eichhorn recusa-se a abandonar o posto alegando que ali chegara em novembro pelas mãos do povo e só por ele seria demitido. Todas as forças de esquerda encaram a demissão como uma provocação do governo; na noite do dia 4, KPD, USPD e delegados revolucionários decidem convocar uma manifestação de protesto para o dia seguinte, domingo, a partir das 14h.

E então algo inesperado acontece. Desde as nove horas grupos de trabalhadores marcham para o centro da cidade; por volta das duas horas da tarde já havia cerca de duzentos mil trabalhadores ocupando o coração da capital - da Alameda da Vitória até a Alexanderplatz, um mar de gente a perder de vista, carregando armas, bandeiras vermelhas, num tom de exasperação e de vontade de agir. Da manifestação à ocupação dos jornais é um pequeno passo.

Ninguém fica mais surpreso com essa poderosa manifestação que

os dirigentes que a convocaram. Reunidos na noite desse mesmo domingo no prédio da chefatura de polícia, as lideranças dos delegados revolucionários, dos independentes e dos comunistas (representados por Liebknecht e Pieck, que agiam à revelia da maioria da direção do KPD, que julgava ser a correlação de forças ainda desfavorável à esquerda), decidem a favor da insurreição, visando à tomada do poder.

Essa ideia problemática e prematura nasce não só do entusiasmo com a gigantesca manifestação mas também porque o líder da Divisão Popular de Marinha garante, num arroubo, o apoio dos marinheiros, o que de fato não acontece. Apesar das advertências dos representantes dos soldados, que numa avaliação realista temem não contar com o apoio das tropas, decide-se por oitenta votos a seis "começar o combate contra o governo e conduzi-lo até sua queda" Com esse objetivo cria-se um "comitê revolucionário provisório" de 33 membros, que declara "assumir transitoriamente o governo", presidido por Ledebour (esquerda do USPD), Karl Liebknecht (KPD) e Scholze (delegados revolucionários).

Depois dessa decisão, chega a notícia de que o Vorwdrts havia sido ocupado por um grupo de operários armados, iniciativa que mais tarde se confirmou ter partido de agentes provocadores. 0 Vorwdrts será publicado, durante algum tempo, como "órgão dos operários revolucionários da grande Berlim", exigindo a queda dos "traidores" Ebert e Scheidemann, a tomada do poder pelo Comitê Executivo dos Conselhos e o armamento das massas. Novos grupos, durante a noite, invadem outros jornais, o que acirrará os conflitos.

O comitê revolucionário, nessa reunião do dia 5, surpreso com as ações espontâneas dos trabalhadores, sem saber muito bem o que fazer, limita-se a convocar uma nova manifestação para o dia 6, segunda-feira, às 11h, que segundo testemunhas foi tão grande ou maior que a do dia anterior. Nesse momento, como antes, as massas esperam uma orientação das lideranças, mas nada acontece. Estas, divididas quanto ao que fazer, gastam o tempo em reuniões deliberativas. Noske, nas suas memórias, dirá que, "Se essa multidão tivesse tido chefes que soubessem exatamente aonde iam, nesse dia ao meio-dia ela teria dominado Berlim" Isso de fato poderia ter acontecido, mas não podemos esquecer que a capital, isolada do restante do país, não teria tido forças para resistir por muito tempo.

No decorrer do dia 6 acabam-se as ilusões da véspera: a Divisão Popular de Marinha, a única tropa revolucionária, declara-se neutra.

No total são menos de dez mil homens decididos a lutar - um pequeno grupo de amigos pessoais de Eichhorn, alguns milhares de spartakistas entrincheirados nos jornais e uma pequena parte dos delegados revolucionários. "No dia 6 de janeiro de 1919, embora ninguém soubesse, a revolução alemã tinha morrido", escreve Sebastian Haffner, um dos historiadores desses dias tumultuados.

Em nova reunião à noite, na chefatura de polícia, o clima era completamente diferente. Não se tratava mais de derrubar o governo, mas de tomar medidas para recuar da maneira menos desgastante possível. Os independentes e os delegados revolucionários, sentindo a derrota próxima, pressionam o governo para fazer negociações. Este, por sua vez, lança um panfleto e organiza uma manifestação diante da Chancelaria, alertando a população para a tentativa de implantar a "ditadura de Liebknecht e Rosa Luxemburg", pedindo o apoio de todos os cidadãos.

Na madrugada de 6 para 7 de janeiro começam as negociações (dirigidas por Ledebour e o grupo mediador do USPD) entre os Comissários do Povo, os membros do Conselho Central (Zentralrat) e os representantes do comitê revolucionário. Tudo o que se consegue é uma trégua, que serve apenas para o governo ganhar tempo. Mas, dada a situação praticamente sem saída, negociar significa para os insurretos uma tentativa de sair do impasse. Enquanto isso, os spartakistas continuam a luta: ocupação da gráfica do Reich, de dois armazéns de alimentos, da direção das estradas de ferro.

Na noite do dia 8 as negociações são interrompidas e o governo recorre à população para "pôr fim à opressão e à anarquia" O fim das negociações significa dar carta branca à repressão. A verdade é que os majoritários pouco se importam com a divisão no campo dos trabalhadores; para eles o que conta, acima de tudo, é não perder prestígio diante das antigas elites. Assim, em nome da "liberdade de imprensa", impõem como precondição para negociar a desocupação dos jornais, a do Vorwãrts em primeiro lugar. Já o USPD quer sobretudo evitar um banho de sangue. Os comunistas, por seu lado, também se opõem às negociações, como mostram os artigos de Rosa Luxemburg na Rote Fahne, em que endereça críticas virulentas ao USPD, dando a entender que os combates devem continuar.

No dia 9, os delegados revolucionários, o KPD e os dirigentes do comitê executivo berlinense do USPD lançam novo panfleto contra o governo, chamando a população à greve geral e às armas. Mas a maioria dos trabalhadores berlinenses se recusa a participar de uma

guerra civil entre dois campos que falam igualmente em nome do socialismo. Nas fábricas, reuniões e assembleias manifestam-se quase sempre a favor do fim imediato dos combates, pelo fim da "luta fratricida", exigindo a "unidade" de todas as correntes socialistas. No dia 9, pela manhã, uma manifestação com cerca de quarenta mil trabalhadores das fábricas Schwartzkopff e A.E.G. reivindica: "Proletários, unam-se, se não com seus líderes, pelo menos à revelia deles" Sob pressão desse movimento espontâneo dos trabalhadores as negociações são retomadas na noite do dia 9 de janeiro e continuam até o dia 11.

Mas, nesse meio tempo, o governo recupera sua capacidade de ação, retomando vários alvos ocupados pelos revolucionários. No dia 11, um sábado chuvoso, Noske entra em Berlim com seus corpos francos, decidido a esmagar os insurretos. 0 combate mais violento ocorre nesse mesmo dia, quando da retomada do prédio do Vorwãrts a tiros de canhão. Depois de duas horas de tiroteio, bandeira branca içada, uma delegação sai para negociar e é presa. 0 oficial dá dez minutos para a rendição incondicional; vários prisioneiros são abatidos ali mesmo. Mais tarde, durante a noite, são retomadas outras agências de jornais. No dia 12 é a vez da chefatura de polícia, onde ainda se encontram trezentos insurretos, cujo chefe, o comunista Justus Braun, é morto com vários de seus companheiros. Segundo Scheidemann (1923,p.261):

> Foi preciso ainda uma semana para acabar com todas as ilhas de resistência que se tinham constituído aqui e ali. Mas exatamente uma semana antes da nossa vitória nas eleições para a Assembleia Nacional, o governo Liebknecht-Ledebour, assim como seu séquito de fanáticos e bandidos, tinham sido definitivamente liquidados.

A contraofensiva acaba por desorganizar o comitê revolucionário e também a central do KPD. Uma parte dos dirigentes se esconde ou se prepara para fugir para o exterior, outros são presos. Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, que resolvem ficar ao lado dos insurretos, são detidos e brutalmente assassinados na noite de 15 de janeiro por membros de um dos corpos francos, a Divisão de Cavalaria da Guarda, comandada pelo capitão Pabst. Os assassinos de Liebknecht e da "sanguinária Rosa, a porca judia", tiveram penas leves, sendo considerados heróis durante o Terceiro Reich. A imprensa burguesa, para quem a morte dos dois revolucionários era consequência necessária de seu comportamento absurdo, escrevia:

> Sangue clamava por sangue! 0 banho de sangue pelo qual Liebknecht e Rosa Luxemburg eram responsáveis clamava por castigo. Este não tardou a chegar, e no caso de Rosa Luxemburg foi cruel, mas justo. A polaca foi espancada até a morte. A temível e todo-poderosa cólera popular exigia vingança. (Tãgliche Rundschau, apud Nettl, 1972, p.757)

Em 1962, em entrevista ao semanário alemão Der Spiegel, o mesmo Pabst de triste memória justifica o assassinato de Rosa dizendo ter sido correto "eliminar essa demagoga", porque, se fosse presa, mais cedo ou mais tarde seria posta em liberdade e voltaria a incendiar o coração das massas. Nos meses seguintes, muitos outros líderes também são brutalmente assassinados, entre eles Leo Jogiches. A Rote Fahne é proibida por 15 dias e o KPD entra na clandestinidade.

Com a ordem imposta a ferro e fogo, o Vorwãrts do dia 16 de janeiro publica um artigo no mínimo surpreendente (a morte dos dois líderes spartakistas ainda não se tornara pública):

> Estamos orgulhosos de que nossa revolução se tenha mostrado generosa ... nem um cabelo foi tocado daqueles que têm a responsabilidade pelo antigo estado de coisas. Eles redigem seus jornais, fazem reuniões. Sentem-se, em nossa República, como peixes na água e fazem uso de sua liberdade. Que continuem! (apud Badia, 1966, p.243)

Era o mesmo Vorwdrts, órgão oficial da social-democracia alemã, que no dia 13 havia tido a desfaçatez de publicar o poema de um certo Artur Zickler, 0 necrotério (Das Leichenhaus), verdadeiro apelo ao assassinato cuja última estrofe dizia: "Numa única fila, mais de cem mortos /Proletários! / Karl, Rosa, Radek e consortes /Nenhum, nenhum entre os mortos! /Proletários!".

A insurreição de janeiro foi chamada a "batalha do Marne da revolução", numa alusão à derrota esmagadora da ofensiva alemã de setembro de 1914.0 assassinato de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht chocou a opinião pública, mesmo aqueles que não compartilhavam suas posições políticas. 0 resultado foi um recrudescimento ainda maior dos ódios políticos, muitos vendo o SPD como responsável pelo crime, ou pelo menos conivente. A cisão na esquerda torna-se irremediável a ponto de, no final da década de 1930, os comunistas considerarem os social-democratas um perigo maior que os nazistas. Enquanto o USPD se radicaliza, a direção do SPD procura cada vez mais às claras a cooperação com o oficialato, a alta burocracia e os

partidos burgueses.

Essa radicalização, no entanto, ainda não se manifesta nas eleições de 19 de janeiro para a Assembleia Nacional que iria elaborar a Constituição de Weimar: o SPD obtém 11,5 milhões de votos (42 deputados), o USPD 2,3 milhões (15 deputados), enquanto os partidos burgueses obtêm juntos 11,5 milhões, e os de direita, que se opunham à República, 4,5 milhões. 0 recado do novo eleitorado de 35 milhões de pessoas, incluindo pela primeira vez as mulheres, os soldados e os jovens de vinte anos era claro: nenhum partido tinha maioria para governar sozinho. Assim, a pequena maioria obtida pelas forças conservadoras obriga o SPD, apesar de ter mantido sua posição dominante, a formar um governo de coalizão com os partidos burgueses.

Entre os deputados da Assembleia Nacional havia 37 mulheres. A Alemanha foi o primeiro país a ter mulheres deputadas, na sua maioria provenientes dos dois partidos socialistas. Uma lavadeira, duas ex-empregadas domésticas e uma ama-seca pertenciam à bancada socialista. 0 Zentrum tinha seis deputadas, entre elas a presidente da Liga das Mulheres Católicas; e os democratas, cinco, entre elas a presidente da Federação Feminina Alemã, já mencionada.

A Assembleia Nacional instala-se em 6 de fevereiro na bucólica cidade de Weimar, longe da Berlim mergulhada na guerra civil, e em 11 de fevereiro elege Ebert (provisoriamente) o primeiro presidente do Reich. Este encarrega Scheidemann de formar o gabinete - uma coalizão entre SPD, o liberal DDP (Deutsche Demokratische Partei, ou Partido Democrático Alemão) e o Zentrum católico, depois que o USPD se recusou a participar -, a chamada "coalizão de Weimar", continuação da antiga coalizão para a paz de 1917.

A acirrada luta de classes que se desenrolava em Berlim reproduziu-se em menor escala em outras regiões da Alemanha. O período que vai de janeiro a abril/maio de 1919 é muito mais conflituoso e radicalizado que o de novembro/dezembro de 1918. Em várias regiões do Reich a luta pela socialização levará centenas de milhares de trabalhadores, inclusive social-democratas, à greve e posteriormente à luta armada. A socialização das minas de carvão é reivindicada sobretudo na região do Ruhr e na Alemanha central.

Os combates mais violentos ocorrem durante o mês de março em Berlim. No dia 9, Noske, doravante ministro do Exército, ordena, sem nenhum apoio na lei: "Qualquer pessoa que seja apanhada com armas

na mão combatendo as tropas do governo será imediatamente executada" Entre várias reivindicações políticas (libertação dos prisioneiros políticos, restabelecimento das relações diplomáticas com a Rússia soviética, constituição de uma guarda operária, dissolução dos corpos francos), os grevistas de Berlim exigem o reconhecimento dos conselhos operários. Durante a greve de março, brutalmente reprimida por Noske, Leo Jogiches, que desde janeiro dirigia o KPD, é preso e assassinado.

O que havia começado em novembro de 1918 como um movimento pacífico pela paz e pelo fim da monarquia transforma-se num movimento radical: os trabalhadores ocupam fábricas, jornais e prédios públicos, nascem algumas repúblicas conselhistas de curta duração (Bremen, Munique), em muitos lugares ocorrem enfrentamentos armados. Essa segunda fase da revolução é frequentemente caracterizada pelos historiadores como a verdadeira Revolução Alemã. De fato, agora as ideias radicais predominavam - o objetivo era uma mudança profunda no sistema político e econômico. Mas nessa segunda fase faltou precisamente aquilo que fez o movimento de novembro/dezembro de 1918: a grande mobilização popular e a base de massas.

A revolução de 1918-1919 só acabaria com o massacre selvagem dos movimentos grevistas, dos tumultos e das experiências conselhistas do início de 1919 pelos corpos francos. Passava a reinar na Alemanha a ordem imposta a ferro e fogo pelo governo da ala majoritária do SPD, legitimado pelas eleições à Assembleia Nacional e apoiado pelas forças conservadoras.

A SITUAÇÃO NA BAVIERA

Os historiadores disseram frequentemente que muito se alcançou na Alemanha com a revolução de 1918: no plano político, a República substitui o Império; leis sociais acompanham a mudança de regime: jornada de oito horas, voto das mulheres, reconhecimento dos sindicatos. No plano ideológico, a Alemanha também se moderniza - a divisão em castas se atenua, as ideias social-democratas se difundem chegando até a Universidade. Contudo, forçoso é reconhecer que parte dessas conquistas estava inscrita no programa dos liberais de 1848 - era preciso impedir que elas fossem postas em questão.

Ao mesmo tempo, os historiadores também insistem que se conseguiu muito pouco em face das oportunidades revolucionárias então existentes. A possibilidade de democratizar radicalmente a

administração, a economia e a política, como vimos até agora, não foi utilizada pelos majoritários no governo.

0 modelo de uma transformação mais profunda da sociedade - com a ajuda dos conselhos, e não os eliminando -, tal como iniciada na Baviera pelo moderado Kurt Eisner, embora não tenha passado de um experimento de curta duração, mostra que havia brechas que não foram aproveitadas. 0 exemplo de Munique indica que a cooperação dos conselhos na gestão dos assuntos públicos não conduzia necessariamente ao bolchevismo - o grande espantalho da direita e dos socialistas moderados -, mas poderia ter aberto o caminho para instituir uma forte democracia parlamentar e social. Para Arthur Rosenberg, "A Baviera oferecia o modelo de uma combinação racional entre conselhos e legalidade parlamentar" (1983, p.68). Trata-se evidentemente de uma hipótese, e não podemos ignorar que dificilmente a revolução teria podido manter-se no sul do país, isolada de uma Alemanha contrarrevolucionária.

Mas afinal, o que se passava em Munique, capital da Baviera, que diferia do restante da Alemanha, dominada desde o fim de janeiro de 1919 pela contrarrevolução ligada ao nome de Noske? Ainda segundo Rosenberg,

> Na Baviera não havia corpos francos, reconstrução do antigo sistema militar, armamento da burguesia e, sobretudo, os social-democratas não lutavam uns contra os outros. Este desenvolvimento peculiar da Baviera era em primeiro lugar obra do presidente (Ministerprãsident) Eisner. (1983, p.66)

Kurt Eisner era uma figura peculiar no movimento revolucionário da época. Judeu nascido em Berlim, projetou-se como crítico de teatro e jornalista do Vorwãrts, do qual foi demitido antes da guerra por ser adepto do revisionismo de Bernstein. Em 1910, com 43 anos, mudou-se para Munique. Em 1914, apoiou os créditos de guerra, imputando ao czar da Rússia a maior responsabilidade pela explosão do conflito. Mas, após analisar os documentos referentes ao assunto, entrou para o USPD, tornando-se cada vez mais radical, o que não significa que tenha abandonado totalmente suas concepções revisionistas.

Eisner organizou em Munique um círculo de discussão reunindo uma centena de operários e intelectuais. Daí saíram os primeiros adeptos do USPD da Baviera, cerca de quatrocentas pessoas no verão de 1918, quadros de sólida formação que exerciam influência sobre os

operários da fábrica Krupp - uma fábrica de munição com seis mil trabalhadores, numa cidade com seiscentos mil habitantes - e que organizaram uma rede de homens de confiança nas outras fábricas.

0 grupo mantinha relações com a ala de tendência socialista da Liga Camponesa, dirigida por Ludwig Gandorfer, amigo pessoal de Eisner. Durante a guerra, Gandorfer conseguiu, com seu talento de orador, atrair para a sua organização grande parte dos camponeses, sobretudo do sul da Baviera. Tradicionalmente conservadores e fiéis à monarquia, os camponeses haviam se radicalizado e uma parte deles não via mais no Zentrum católi co o seu partido, que na Baviera era o Partido Popular Bávaro (Bayerische Volkspartei, BVP). Como os trabalhadores urbanos, também eles queriam mudar rapidamente uma situação insuportável - e além disso punham em questão o conhecido conservadorismo do meio rural bávaro. A Liga Camponesa adquiriu para a população rural o mesmo significado que o USPD adquirira para os trabalhadores das grandes cidades.

Embora Eisner não fosse um político no sentido estrito da palavra, nem um líder partidário, em janeiro de 1918 organizou uma grande greve de trabalhadores em Munique, o que o fez passar nove meses na prisão. Solto em outubro, em novembro liderou a revolução em Munique. Porém, havia outro fator aparentemente independente da correlação das forças sociais que explica o papel de liderança de Eisner: a forte tradição separatista da burguesia e dos camponeses bávaros. Na época do Império, a Baviera permanecera um reino independente, que havia conservado a ficção de uma política externa e de um exército próprios. A população predominantemente católica desconfiava da Prússia protestante e sentia-se ligada à vizinha Áustria, que por sua vez, ao perder o império, procurava unir-se a outros povos de língua alemã. Eisner soube aproveitar esse sentimento apoiando as reivindicações separatistas da população bávara. Daí, em parte, sua grande popularidade.

Nas primeiras semanas de novembro, a capital da Baviera assiste a manifestações quase diárias exigindo o fim da guerra. No dia 3 de novembro, Eisner dirige-se a milhares de pessoas na Theresienwiese, insistindo na paz imediata e defendendo um governo "verdadeiramente popular, emanação de todas as camadas laboriosas" No dia 5 chega a notícia do levante dos marinheiros de Kiel e Wilhelmshaven, e o clamor revolucionário sobe de tom. De nada adianta a reforma ministerial anunciada no dia 2 pelo rei Ludwig incorporando dois ministros do SPD. Opondo-se a essa iniciativa, Eisner convida o SPD e os sindicatos para uma grande manifestação

no dia 7 de novembro. Erhard Auer, líder dos majoritários que representava na Baviera a linha Ebert-Scheidemann, e constante adversário de Eisner, concorda em participar com o objetivo de controlar as massas na rua.

A manifestação pela paz, liderada por Eisner nesse dia 7, decide-se a favor da greve geral e da tomada dos quartéis. 0 rei, desconhecendo a atmosfera tumultuada que toma conta da cidade, faz seu passeio habitual pelo jardim Inglês. É insultado e aconselhado rudemente por um trabalhador a voltar rápido para casa, o que ele consegue com dificuldade. 0 escritor Oskar Maria Graf, na companhia de Eisner durante a manifestação, assim descreve os acontecimentos daquele dia:

> A marcha tinha começado e não podia ser detida. Não havia contradefesa. Todos os atiradores tinham como que desaparecido. De muitas janelas abertas pessoas olhavam curiosas. Por todo lado novos grupos, alguns armados, vinham juntar-se a nós. A maioria das pessoas ria e conversava como se fosse a uma festa. De vez em quando eu me virava e olhava para trás. Parecia que toda a cidade marchava.... A maioria dos quartéis se entregou sem luta. Depressa houve um certo sistema nessa conquista: um grupo atacava, a massa esperava. Em poucos minutos aparecia uma bandeira vermelha numa janela, e irrompia uma grande exaltação quando o grupo reaparecia. (apud Hõller, 1999, p.47)

Por volta das 21h todos os quartéis estavam nas mãos dos revoltosos; às 22h dominavam todos os ministérios, a chefatura de polícia, a estação ferroviária, os correios, o telégrafo. Eisner proclama o "Estado livre da Baviera', o fim da monarquia e da guerra, sendo eleito presidente dos conselhos de operários e soldados da República da Baviera. 0 rei e seus ministros fogem da cidade e o antigo aparato militar e policial capitula por todo lado, sem resistir à insurreição que se espalha como fogo em pasto seco. E assim, dois dias antes do restante do país, a mais antiga monarquia da Alemanha, uma anciã de 738 anos, acaba na Baviera sem derramamento de sangue.

Eisner era extremamente popular em Munique. Os trabalhadores o apoiavam, e até mesmo os social-democratas majori tários tinham se posto desde o primeiro dia a serviço da revolução que na Baviera apresentava uma peculiaridade: a simpatia dos escritores e intelectuais pelo movimento. Ernst Toller, Gustav Landauer e Eric Muhsam chegaram a participar do governo. Outros, como Lion Feuchtwanger,

Oskar Maria Graf, Rainer Maria Rilke, embora sem participação ativa, apoiavam-no. Outros ainda, mesmo com reservas a respeito da revolução, simpatizavam com Eisner e com alguns membros do governo. Era o caso do filósofo Martin Buber, do maestro Bruno Walter e do sociólogo Max Weber, que chegou a fazer parte do conselho de operários e soldados de Heidelberg, cuja atuação julgava de maneira muito favorável.

E havia também o famoso caso dos irmãos Mann. O mais velho e mais conhecido à época, Heinrich, aceitou a presidência do "conselho político dos trabalhadores intelectuais", pondo-se a serviço da revolução. Já Thomas Mann, que rejeitava essa posição, retirou-se totalmente da vida pública, revelando em seu diário uma forte carga de antissemitismo contra os "literatos judeus" que governavam a Baviera.

A futura comunista e companheira de Luiz Carlos Prestes, Olga Benario, é outra personagem que também teve ligações, ainda que indiretas, com esses acontecimentos. Não é difícil imaginar que o clima revolucionário da época tenha influenciado a menina de 11 anos, filha de um próspero advogado de Munique, e contribuído para o seu futuro engajamento na causa revolucionária. 0 fato é que, aos 15 anos, ela se ligou à juventude Comunista. Um ano mais tarde, passou a viver com Otto Braun, jovem professor que havia participado da República dos Conselhos, e que posteriormente faria uma carreira importante no movimento comunista internacional.

De Munique, a revolução estendeu-se para toda a província. Em algumas cidades os conselhos governavam, em outras dividiam o poder com o prefeito e a administração municipal existente até então. Os conselhos eram a única coisa que ainda funcionava depois que as velhas estruturas de poder, carcomidas, foram varridas pacificamente.

O GOVERNO EISNER

Eisner dirige o novo governo em aliança com o SPD. Convida Auer para o cargo de ministro do Interior a fim de impedir que os social-democratas majoritários caiam nos braços da reação.

Contrariamente ao que acontecia em Berlim, o governo se apoiava nos conselhos: desejava aumentar-lhes o poder, não eliminá-los. Diferentemente de Friedrich Ebert, que só queria liquidar a revolução, e de Karl Liebknecht, que exigia da revolução o que ela não queria dar, Eisner propunha uma república conselhista que

correspondia à situação real da Alemanha. Ou, em outras palavras, propunha a convivência entre Parlamento e conselhos. Nas jornadas de novembro, seis mil conselhos haviam sido criados. Em Augsburg, centro da indústria têxtil, eles eram praticamente governo; em outros lugares, assumiram as funções dos antigos funcionários públicos. E em contraste com o restante da Alemanha, uma parte dos camponeses também tinha se organizado em conselhos, sobretudo no sul, com a Liga Camponesa. Na Baviera, como por toda a parte, com maior ou menor clareza, os conselhos encarnavam o desejo de mudança da população, o que Eisner soube aproveitar para levar adiante seu projeto político.

Para ele, os conselhos eram os alicerces da democracia, o que permitiria uma crescente democratização interna do país e impediria o fortalecimento da reação. Os conselhos seriam um meio de educar politicamente as massas, na medida em que exerceriam funções de controle de toda a vida pública. Não era claro como o sistema deveria funcionar, a não ser que conselhos e Parlamento deveriam conviver num sistema equilibrado de divisão de poderes, em que caberia aos conselhos a tarefa de codirigir o Parlamento e representar diretamente a vontade popular, enquanto o Parlamento mantinha suas funções legislativas, apesar de não poder agir de forma totalmente independente dos conselhos. Eisner não era ingênuo, ele tinha consciência das tensões entre conselhos e Parlamento, mas via nelas um elemento positivo, que impediria que a política se imobilizasse numa atividade formal.

A ideia é que só assim a democracia poderia se enraizar, porque os conselhos dariam vida ao Parlamento, que deixaria de ser um órgão meramente formal, solto no ar. Nas palavras de Eisner:

> Uma vez implementado o espírito revolucionário, essas instituições livres, os conselhos, teremos armas melhores que granadas e metralhadoras, e os gases venenosos do passado se dispersam e desaparecem em face das purificadoras dores de parto do novo espírito. Este é o trabalho para o futuro, esta é a política revolucionária: o atual fortalecimento intelectual das massas, a educação das massas faz com que se torne impossível no futuro todo regime reacionário. (apud Hõller, 1999, p.98)

O que subjazia a essa proposta era a ideia de que, na Alemanha de 1918-1919, o Parlamento não bastava para destruir as velhas estruturas do Kaiserreich e garantir a vitória da revolução. Tanto que, enquanto o primeiro Congresso dos Conselhos em Berlim, em meados

de dezembro de 1918, votava contra a proposta de República Conselhista, a Baviera mantinha no Reich sua trajetória particular, permanecendo fiel ao pensamento conselhista.

Para levar adiante sua política, Eisner procurou colaboradores dispostos a aceitar posições de liderança nos conselhos. Encontrou os intelectuais judeus Gustav Landauer e Ernst Toller. Landauer, historiador da arte, pensador anarco-sindicalista, orador cativante, foi pacifista durante a guerra, tendo exercido forte influência sobre Eisner e Toller. 0 pensamento utópico de Landauer, exposto em Aufruf zum Sozialismus (Apelo ao socialismo), sua obra mais importante, publicada em 1911 e sempre remanejada, era um sintoma típico de uma Alemanha que se modernizava a contragosto. Landauer criticava no marxismo e na social-democracia a crença inabalável no progresso, que via como uma doença dos tempos modernos. Ele propunha substituir a cidade capitalista por uma comunidade rural socialista, ao mesmo tempo agrícola e industrial, onde as tradições camponesas deveriam ser conservadas, renovadas e desenvolvidas. Não por acaso, seu amigo Martin Buber via nele um "conservador revolucionário". Convidado por Eisner a participar do governo, entrou para o Conselho Operário como deputado para a Cultura e Educação.

Toller é também um personagem típico - e fascinante - dessa época de metamorfoses brutais. Tendo-se alistado como voluntário no Exército alemão, 13 meses de horrores no front politizaram-no e transformaram-no em pacifista militante. Depois de um colapso nervoso, voltou à vida universitária em Heidelberg e Munique, onde foi durante algum tempo aluno de Max Weber, já na época um intelectual respeitado. Toller conta na sua autobiografia que a juventude universitária alemã se sentia atraída pela personalidade e probidade intelectual do grande sociólogo, que durante a guerra, em conversas informais com um círculo próximo, não temia pôr em risco sua liberdade e atacar o imperador, que considerava um "diletante pretensioso" e o mal maior que assolava o país.

Mas o juízo favorável sobre Max Weber não impedia o jovem Toller de perceber o abismo que os separava. Enquanto o ilustre sociólogo se contentava com o fim da monarquia e o sufrágio universal, o jovem poeta e dramaturgo expressionista queria a redenção da humanidade por meio da revolução, necessariamente não violenta. Eisner o conhecia pela participação na greve de janeiro de 1918. Convidado para o governo, foi nomeado segundo presidente do Conselho Central dos Operários, Camponeses e Soldados da Baviera.

Com os conselhos de trabalhadores e soldados também foram criados conselhos de escritores, professores, estudantes universitários e de escolas secundárias. Munique dava a impressão, diferentemente de Berlim, de que as mudanças ocorriam tranquilamente, numa atmosfera pacífica, razão provável para que, até aquele momento, não tivesse ocorrido derramamento de sangue.

Entretanto, apesar da moderação com que Eisner procurava levar adiante sua política transformadora, ele teve de enfrentar a oposição da Igreja Católica, forte e conservadora na Baviera. Em 16 de dezembro, um decreto do governo, retirando a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, provocou críticas violentas, sobretudo dos pequenos povoados católicos e do clero, que passou a atacar Eisner abertamente.

Por sua vez, as forças políticas conservadoras da Baviera, com o fim da guerra e a derrota da Alemanha imperial, também tratavam de se reunir. Tinham como denominador comum o nacionalismo crescente, o antissemitismo, o desejo de autonomia em relação à Prússia e a rejeição da nova República Bávara. Embora atuassem dentro da legalidade, esperavam que ela sucumbisse e desse lugar a uma nova era. Oswald Spengler, típico representante dessa mentalidade conservadora, assim se manifestava:

> precisamos de uma punição, em relação à qual os quatro anos de guerra ainda são pouco, até que chegue o tempo em que os pequenos grupos, a nobreza prussiana e os funcionários prussianos ... sejam chamados a liderar, tal como em 1813 e 1870; até que sobretudo o terror tenha acumulado tal revolta e desespero que uma ditadura, que algo napoleônico, seja sentida por todo lado como redenção. Mas então o sangue precisa correr, quanto mais, melhor; uma ridícula condescendência sob a forma de regimes de maioria e tolerância de todas as opiniões, como imaginam nossos ridículos literatos em relação à Assembleia Nacional não é de modo algum possível. Primeiro violência, depois construção, não pelo diletantismo político de maiorias, mas pela tática ponderada de poucos, que nasceram e têm vocação para a política. (apud Hõller, 1999, p.78)

A extrema direita, por seu lado, diferentemente do restante do Reich, organizava-se na Baviera desde os primeiros dias da revolução. Um exemplo típico era a Thule-Gesellschaft (Sociedade Thule), precursora do movimento nazista na Alemanha, da qual faziam parte Rudolf Hess e Alfred Rosenberg (mais tarde conhecidos nazistas), e

que era presidida por Rudolf von Sebottendorf. Numa reunião da Thule-Gesellschaft, no dia 9 de novembro de 1918, seu presidente dizia o seguinte:

> Vivenciamos ontem o colapso de tudo aquilo em que confiávamos, de tudo aquilo que era caro e valioso para nós. No lugar de nossos príncipes consanguíneos domina hoje nosso inimigo mortal, o judeu. 0 que se desenvolverá a partir do caos ainda não sabemos. Podemos imaginar.... A revolução de ontem, feita por gente de raça inferior para abastardar os germanos é o começo da purificação. ... Agora trata-se de lutar ... até que a cruz gamada se erga vitoriosa. (apud Hõller, 1999, p.81)

ASSASSINATO DE EISNER

Eisner sabia que para as massas alemãs a alternativa entre conselhos e Parlamento não estava posta, mas que a verdadeira alternativa era um sistema de controle mútuo estabelecendo o equilíbrio entre o poder dos conselhos e o Parlamento. Ele também tinha consciência da inexperiência dos conselhos e de que precisavam de tempo para se constituir como instituições democráticas de base. Por isso queria que as eleições para o Landtag fossem adiadas, e, quando tal coisa não era mais possível, que fosse retardado o início dos trabalhos parlamentares.

As eleições ocorreram no dia 12 de janeiro de 1919. O resultado mostrou o que Kurt Eisner temia, e que era de esperar na católica Baviera. 0 Partido Popular Bávaro (BVP) obteve 35% dos votos e 66 cadeiras; o SPD, 33% dos votos e 61 cadeiras; o USPD de Eisner foi o grande derrotado, com 2,5% dos votos e três cadeiras de um total de 180.

Mas Eisner, que continuava na presidência, não dava muita importância para esse resultado; o fundamental eram os conselhos, que o apoiavam. Essa situação acabou levando a um conflito aberto entre ele e seu ministro do Interior, Auer, e a uma crise entre conselhos e Landtag.

A verdade é que, desde meados de dezembro, as dificuldades eram crescentes para Eisner. 0 curso contrarrevolucionário que se apoderava do restante da Alemanha começava a fazer-se sentir também na Baviera. Uma parte dos camponeses que votavam no BVP, a classe média urbana e uma parte da social- demo cracia majoritária

se opunham veementemente aos conselhos. Ao mesmo tempo, Eisner era atacado por um lado pela esquerda radical (spartakistas e anarquistas), que rejeitava sua moderação, por outro pela extrema direita, além de ter de enfrentar uma situação econômica extremamente difícil (aumento do desemprego, problemas de abastecimento etc.).

Para piorar o quadro, a partir das eleições começou uma campanha da imprensa burguesa e de alguns jornais social-democratas exigindo que ele deixasse o governo, o que culminou numa tentativa frustrada de golpe por parte de um grupo de marinheiros, estudantes nacionalistas e membros da Thule-Gesellschaft no dia 19 de fevereiro. Como os conselhos permaneciam leais a Eisner, o golpe fracassou.

Esse clima conturbado, na semana anterior à sessão inaugural do Landtag, prevista para 21 de fevereiro, se traduzia politicamente na oposição entre conselhos e Parlamento. Tanto os conselhos quanto as bancadas dos partidos se reuniam no prédio do Landtag. Dirigidos por Auer, os partidos discutiam a possibilidade de um governo de coalizão entre social-democratas e liberais, deixando de fora os católicos, o maior partido parlamentar. Os conselhos, por sua vez, preparavam-se para uma "segunda revolução", caso um governo parlamentar, como no restante do Reich, os deixasse de fora. Eisner estava disposto a desistir do cargo de presidente e deixar para Auer o terreno parlamentar. Mas queria ficar na liderança dos conselhos e, se fosse preciso, dirigir a "segunda revolução", uma vez que, para ele, o fundamental era a consolidação dos conselhos na nova Constituição.

Entretanto, as coisas tomaram outro rumo. Na manhã do dia 21 de fevereiro, quando se dirigia para o prédio do Landtag com seu discurso de demissão na pasta, Eisner foi covardemente assassinado por um tenente de 22 anos, Arco-Valley, morrendo imediatamente. 0 assassino, gravemente ferido por um segurança de Eisner, sobreviveu; condenado, foi perdoado, tendo vivido até 1945. Segundo Rosenberg:

> Na pessoa de Eisner, a revolução alemã e, sobretudo, o operariado socialista alemão perderam o único estadista criativo que havia surgido desde novembro de 1918. Nos tempos vindouros, de impotência e mediocridade, a falta de Eisner deveria ser fortemente sentida. (1983, p.67)

A notícia do assassinato se espalhou rapidamente. Um membro do conselho de soldados, Alois Lindner, correu enfurecido para o

Landtag e atirou em Auer, que considerava (sem razão) o mandante do crime. No meio da confusão matou outros dois deputados, acabando por conseguir escapar. Auer, gravemente ferido, sobreviveu, mas ficou anos fora de combate. O Parlamento, em pânico, se dispersou, os trabalhadores de Munique se armaram, o Comitê Central dos Conselhos da Baviera assumiu o poder. Os tiros em Eisner e Auer impediram que a revolução na Baviera seguisse seu curso moderado - os conselhos, em vias de desaparecer, receberam novo impulso.

SEM GOVERNO

> 0 tiro de Arco alarma a República, as massas populares excitadas exigem vingança para Eisner, o Conselho Central dos Operários, Camponeses e Soldados assume o poder, proclama a greve geral, declara o estado de sítio na Baviera, convoca o Congresso dos Conselhos, o operariado desiludido com a inatividade da República no plano social exige que a revolução política seja finalmente seguida pela revolução social, o que se conseguiu na Rússia também se deve conseguir aqui, o parlamentarismo falhou, a ideia da República Conselhista ganha as massas. (1990, p.86).

É assim que Toller, no seu estilo peculiar, resume a situação após a morte de Eisner.

Em meio à comoção geral criada pelo assassinato do presidente, Munique foi tomada por um clima de anarquia. Outra testemunha, o escritor Oskar Maria Graf, dá uma ideia do que se passava:

> Vi pessoas que tremiam, pálidas de cólera e sedentas de sangue. Por todo lado repetiam-se os mesmos gritos clamando por vingança. As massas entraram em movimento, a multidão fluía pela cidade. Era diferente, totalmente diferente do 7 de novembro. Se agora alguém se levantasse e gritasse: "Matem os burgueses! Incendeiem a cidade! Destruam tudo!" isso aconteceria. (apud Hõller, 1999, p.159)

O funeral de Eisner, acompanhado por um cortejo de cem mil pessoas, mostrou que na consciência popular ele tinha se tornado um mártir da revolução.

Os conselhos eram a única autoridade que restava em face do caos. Reunidos no prédio do Landtag abandonado pelos deputados, elegem um Conselho Central da República Bávara para governar

provisoriamente, sob a presidência de Ernst Niekisch, jovem mestre-escola em Augsburg. Embora membro do SPD, Niekisch defendia o pensamento conselhista e tinha como objetivo pôr em prática o "legado de Eisner", ou seja, um compromisso entre conselhos, Parlamento e partidos socialistas.

Durante duas semanas realizou-se o Congresso dos Conselhos, em que muito se discutiu. Na primeira sessão, os anarquistas, representados pelo escritor Eric Muhsam, propuseram a proclamação da República Socialista, a ditadura do proletariado e relações com a Rússia soviética, sendo apoiados por Toller, Landauer e Klingelhõfer. Embora não fossem comunistas, acreditavam que o único caminho para salvar a revolução era um sistema conselhista que seguisse o modelo da União Soviética.

Mas a maioria social-democrata no Congresso dos Conselhos rejeitou a proposta e entrou em negociações com os partidos burgueses, o que levou à decisão de convocar o Landtag no mais curto prazo: a ele caberia o poder legislativo e executivo, os conselhos seriam apenas consultivos. 0 Congresso dos Conselhos aprovou essa deliberação, o que criou uma cisão no USPD: o grupo de Toller, que não concordava, aproximou-se crescentemente dos comunistas e anarquistas, enquanto o USPD bávaro apoiou os majoritários. No SPD só o grupo de Niekisch se opôs a essa decisão.

O Landtag se reuniu no dia 7 de março e elegeu o antigo ministro da Educação e Cultura do gabinete Eisner, Johannes Hoffmann, o novo presidente da Baviera. Hoffmann, que assumiu o cargo no dia 17 de março, defendia o parlamentarismo como sistema de governo; os conselhos de soldados teriam vida breve, e os conselhos operários se transformariam em câmaras de trabalho. Nessa perspectiva, os conselhos teriam no máximo um significado econômico, não político.

No final de março, a economia bávara estava em frangalhos - problemas com o abastecimento de alimentos e energia, desemprego crescente, mercado negro em alta, como na época da guerra. A esperança de começar a resolver os problemas econômicos surgiu quando o ministro da Economia, Josef Simon, convidou, no dia 21 de março, o economista e filósofo vienense Otto Neurath, membro do SPD e defensor do planejamento econômico, para participar do governo.

O plano de Neurath era dividir o conjunto da produção por

áreas, produzir e distribuir tudo segundo princípios socialistas, e garantir a cada indivíduo habitação, alimentação, vestuário, educação e lazer. Para isso era preciso levar em conta as necessidades da população, não o lucro dos empresários. Nas suas palavras: "Do mesmo modo que com o programa de Hindenburg a economia nacional pôde ser útil à guerra, devemos também poder torná-la útil à felicidade de todos" (apud Hõller, 1999, p.171). 0 modelo da "socialização total" proposto por Neurath tinha apoio de uma grande parte da social-democracia; também as lideranças do BVP (Partido Popular Bávaro) simpatizavam com as ideias cooperativistas que Neurath, seguindo Kropotkin, queria pôr em prática para agradar a Landauer e Muhsam, anarquistas com grande influência em Munique.

A confusão reinava na capital da Baviera. Ninguém sabia mais quem governava. Perplexidade e insegurança por todo lado, transportes parados, greves selvagens, comércio fechado; filas para pão (que não havia) se formavam constantemente, a fome aumentava. A vida cotidiana tinha saído dos eixos e uma pressão gigantesca ameaçava a cidade. A única pequena esperan ça vinha do planejamento econômico de Neurath, que - apesar da energia com que ele defendia seu projeto - infelizmente não saiu do papel.

Hoffmann não conseguia governar. Após sofrer uma derrota política, imposta pelos defensores do planejamento econômico que ele rejeitava, resolve por conta própria, em 3 de abril, para mostrar que ainda lhe restava algum poder, convocar o Landtag para o dia 8. Resultado: forte reação, sobretudo dos comunistas e anarquistas membros dos conselhos, que encaram isso como verdadeira provocação. Vendo que perdia o controle da situação, Hoffmann vai a Berlim aconselhar-se com Scheidemann e Noske. Volta para Munique no dia 5, convicto de que não devia fazer nenhuma concessão aos conselhos, e também com a promessa de Noske de enviar o Exército para reprimir os revoltosos em caso de necessidade.

Entretanto, a situação havia se radicalizado na Baviera, a ponto de o ministro da Guerra, o majoritário Schneppenhorst, em uma reunião com os membros dos conselhos - anarquistas, comunistas, membros da Liga Camponesa, do USPD e alguns majoritários -, propor a República Conselhista como a única solução para o momento. A proposta evidentemente não era ingênua: ela visava a manter o SPD no poder e pôr os comunistas sob seu controle. Na prática seria um governo dos três partidos de trabalhadores, SPD, USPD e KPD, apoiado nos conselhos. Mas Eugen Leviné, recentemente chegado a Munique para reorganizar o KPD, se opõe incisivamente à proposta:

> Nós, comunistas, temos a maior desconfiança em relação a uma República Conselhista, cujos promotores são os ministros social-democratas Schneppenhorst e Durr, que sempre combateram essa ideia de todas as maneiras. Pensamos que se trata da tentativa de líderes falidos que procuram ganhar o apoio das massas por meio de uma ação pseudorrevolucionária, ou então de uma provocação consciente. Sabemos pelos exemplos do norte da Alemanha que os socialistas majoritários tentaram várias vezes desencadear ações prematuras para poder sufocá-las mais facilmente. Não se proclama uma República Conselhista buro craticamente, ela é o resultado da vitória do proletariado após duros combates. 0 proletariado de Munique ainda tem essas lutas decisivas pela frente. 0 momento é muito desfavorável. Na Alemanha central as massas foram derrotadas e se reagrupam. A Baviera não é uma unidade econômica fechada que possa viver por muito tempo isolada. Assim que tivesse passado a primeira embriaguês eis o que aconteceria: ao primeiro pretexto os majoritários se retirariam e trairiam conscientemente o proletariado. 0 USPD participaria, depois hesitaria, negociaria, traindo assim inconscientemente. E nós comunistas pagaríamos com o sangue dos melhores dentre nós os erros de vocês. Nós nos recusamos a ser o bode expiatório. (apud Badia, 1975, p.146-7)

Ao final do discurso, Schneppenhorst, numa explosão de cólera, grita: "Deem uma bofetada no judeu!" E os comunistas não conseguem que sua posição sensata prevaleça.

A PRIMEIRA REPÚBLICA DOS

CONSELHOS - A REPÚBLICA DOS INTELECTUAIS

Os acontecimentos fora da Alemanha despertavam as esperanças das massas. No dia 22 de março fora proclamada a República Conselhista na Hungria. Na Áustria, onde predominava uma versão de esquerda da social-democracia, os conselhos continuavam uma força importante. Parecia possível a muitos trabalhadores a formação de um bloco revolucionário formado por Áustria-Hungria-Baviera, que poderia chegar até Moscou. Essa ideia afigurava-se ainda mais plausível nos últimos dias de março de 1919, momento em que, na região do Ruhr, começava uma greve geral; em Stuttgart, o estado de sítio era proclamado, e em Frankfurt os tumultos se alastravam pela cidade.

Na noite de 6 para 7 de abril, no palácio Wittelbach, o Conselho

Central, os delegados dos partidos socialistas, dos sindicatos e da Liga Camponesa decidem proclamar a República dos Conselhos. São nomeados 12 comissários do povo (não mais ministros), e também aqui, segundo Toller, revelou-se "a inconsciência, a desorientação, a confusão da revolução alemã".

Para comissário das Finanças foi indicado Silvio Gesell, economista não ortodoxo admirado por Landauer, e mais tarde elogiado por Keynes em seu Teoria geral. Para Gesell, o dinheiro devia ser apenas um meio de troca, não de entesouramento visando a render juros. 0 dinheiro aplicado devia ter um custo e perder valor, como acontece com as mercadorias que ficam estocadas. Quem tivesse cem marcos na conta em janeiro, no fim do ano só teria noventa. Isso correspondia à perda de valor que as mercadorias sofriam no mesmo espaço de tempo. A partir daí concebeu a ideia de uma "moeda livre", que devia perder gradualmente o valor para desestimular sua acumulação e incentivar o consumo e as inversões produtivas. Gesell esperava eliminar a exploração capitalista por meio desse tipo de reforma monetária, e telegrafou para o presidente do Banco Central, comunicando-lhe suas intenções. Recebeu uma resposta lapidar: "Cuidado com experimentos!" Todo esse projeto, que não era sem fundamento, foi traduzido pela imprensa bávara como "Gesell quer pegar nosso dinheiro!". Os bancos foram cercados pelos clientes, cada um procurando salvar o que era possível. Foi a primeira vez que uma parcela considerável da população se voltou contra os conselhos.

Otto Neurath, defensor do planejamento, continuou, como vimos, presidente do secretariado central da economia (Zentralwirtschaftsamt). Como seria possível a colaboração de pessoas que defendiam teorias tão opostas?

Para comissário do Exterior foi indicado um certo Dr. Lipp, cujas capacidades ninguém conhecia, só se sabia que usava barba cerrada e sobrecasaca. Toller, ao pedir informações sobre ele a um trabalhador, fica sabendo que o Dr. Lipp conhecia pessoalmente o Papa. E ironicamente acrescenta: "Outros homens, que não conheciam pessoalmente o Papa e sim o cura da aldeia, obtiveram cargos" Na confusão que reinava em Munique sobressaíam-se elementos duvidosos, até mesmo patológicos, como se revelou pouco depois ser o caso do Dr. Lipp.

O próprio Toller, na época um jovem estudante de 25 anos, que não tinha a menor noção de economia nem de admi nistração, foi nomeado presidente do Conselho Central. No juízo severo de

Rosenberg, Landauer, o comissário da Cultura e Educação, era o único homem significativo no novo governo, mas só se interessava por questões éticas e culturais, não tendo nenhum poder para controlar a "loucura política" que dominava aquele bando de "sonhadores". 0 tom radical com que os intelectuais entraram em cena se manifestou logo no início pelo seguinte telegrama, enviado ao governo da Hungria:

> A República Conselhista da Baviera segue o exemplo do povo russo e húngaro. Ela travará imediatamente relações fraternas com esses povos. Em contrapartida, rejeita toda colaboração com o desprezível governo de Ebert, Scheidemann, Noske, Erzberger, pois este, sob a bandeira da República Socialista, leva adiante a tarefa imperial-capitalista-militar do império alemão, que desabou vergonhosamente. (apud Hõller, 1999, p.175)

Nos conselhos havia duas tendências que se opunham: de um lado, o grupo dos intelectuais, que naquele momento estava no governo; de outro, pela primeira vez na Revolução Alemã, os comunistas liderados por Eugen Leviné.

Leviné (filho de judeus alemães nascido em Petersburgo e criado na Alemanha) havia sido enviado a Munique no início de março pela direção do KPD com o objetivo de reorganizar o partido na Baviera. Em um mês conseguiu pôr de pé uma pequena organização e começou a ser conhecido nos conselhos como um revolucionário enérgico, autoritário, sem ilusões. Nessa primeira fase, Leviné era o maior opositor da República Conselhista na Baviera, pensando que os conselhos ainda não estavam maduros para governar. Eles precisavam primeiro se organizar, disciplinar, armar; só então poderiam tomar o poder, mas sozinhos, sem fazer alianças. Ele não tinha como modelo a proposta de Eisner de convivência entre conselhos e Parlamento, mas um puro sistema conselhista nos moldes bolcheviques. Além disso, enquanto não existissem certos pré-requisitos, como um partido forte e bem organizado apoiado pela maioria dos trabalhadores e capaz de coordenar as ações em todo o país, a tomada do poder era vista por Leviné, que seguia as diretrizes do KPD, como uma aventura irresponsável.

Assim, Leviné denuncia a "mascarada pseudo República dos Conselhos" (Schein-Rõterepublik), que permite intervenção dos corpos francos, e se recusa a participar do governo. Landauer, Muhsam e Toller tentam em vão convencê-lo a mudar de ideia. Em contrapartida,

os partidos burgueses, por falta de alternativa, apoiam o novo governo.

Toller, no seu fascinante relato do dia a dia da revolução, mostra que tinha consciência das dificuldades a enfrentar. Mas diferentemente dos comunistas, via a nova situação como um golpe audacioso de massas desesperadas que queriam salvar a Revolução Alemã. Como tudo isso acabaria?

0 primeiro dia da nova República foi feriado. Trabalhadores endomingados passeavam pelas ruas, burgueses assustados falavam dos acontecimentos da noite anterior, caminhões cheios de soldados atravessavam a cidade, a bandeira vermelha tremulava no palácio Wittelbach.

Os trabalhos começaram. Vários decretos que nunca saíram do papel foram publicados: socialização da imprensa e das minas, reorganização dos bancos, criação de um tribunal revolucionário e do exército vermelho, confisco de moradias visando a melhorar a falta de habitações, regulamentação do abastecimento.

Enquanto o exemplo de Munique era imitado a partir do dia 8 por quase todas as grandes cidades da Baviera, Hoffmann e os ministros social-democratas majoritários transferiam-se para Bamberg, ao norte da província, que não havia aderido à República Conselhista. Com isso, na prática, a Baviera passava a ter dois governos. O de Bamberg continuava executando as tarefas governamentais e preparava a ofensiva contra Munique. A partir do norte, o governo podia controlar as cidades importantes da província, com exceção de Augsburg, e com isso conseguia bloquear o abastecimento da capital e começar a reunir tropas.

No dia 13 de abril, as tropas do governo Hoffmann entraram em Munique na tentativa de retomar o poder. O escritor e poeta anarquista Eric Muhsam dá sua versão dos acontecimentos:

> A burguesia estava extremamente nervosa, pois embora nenhuma medida ditatorial tivesse sido tomada, havia uma série de sintomas que deixavam clara a distinção entre uma República Conselhista e um Estado burguês. Sobretudo a ocupação dos bancos, o racionamento dos saques em dinheiro e a eliminação do segredo bancário tiveram um efeito esmagador sobre os capitalistas. Eles sentiam-se fortemente ameaçados: na sua segurança pelo desarmamento da polícia, no seu ímpeto

> contrarrevolucionário pelo tribunal revolucionário, no seu direito de proprietários do conforto doméstico pela ação enérgica do comissário de habitação, Wadler. E também as declarações de Gesell contra o capital especulativo estavam suspensas como uma espada de Dâmocles sobre sua existência. Eram razões suficientes para tentar algo decisivo. 0 golpe foi executado na noite de 12 para 13 de abril (Domingo de Ramos) sob a direção e incitamento dos socialistas majoritários. Às 4 da madrugada fui tirado da cama por membros da tropa de proteção republicana, que pouco tempo antes nos tinha assegurado total lealdade, preso e levado à estação, onde no decorrer da manhã mais doze companheiros chegaram. (apud Hõller, 1999, p.211)

0 golpe havia sido planejado em Bamberg por Seyfferitz (social-democrata fundador da tropa de proteção republicana, cujo objetivo era proteger os membros do governo), Hoffmann e Schneppenhorst, que uma semana antes tinha proposto a República Conselhista. Um telegrama de Ebert, do dia 12 de abril, pressionando para que o governo dos conselhos fosse rapidamente eliminado, fez com que Hoffmann (que no início hesitava) aprovasse o golpe. Numa sangrenta batalha de rua que durou cinco horas e acabou na estação central com um saldo de mais de vinte mortos e cem feridos, as tropas de Schneppenhorst foram derrotadas por uma milícia improvisada de trabalhadores, sob a direção do marinheiro comunista Rudolf Egelhofer, um dos líderes da revolta dos marinheiros de Kiel em novembro de 1918, e do escritor anarquista Kurt Sontheimer.

A SEGUNDA REPÚBLICA DOS

CONSELHOS - A REPÚBLICA DOS COMUNISTAS

Depois do fracassado golpe das forças do governo, os comunistas de Munique mudam surpreendentemente de tática e põem-se a defender a República dos Conselhos. Uma semana antes, o Partido Comunista havia declarado que a República Conselhista não tinha condições nem internas nem externas de sobreviver, que os trabalhadores não tinham alcançado a maturidade, que a tomada do poder só servia para fortalecer a reação. Por que agora essa guinada de 180 graus, contra a estratégia da direção do partido, que a todo custo queria evitar que se repetisse o desastre da insurreição de janeiro em Berlim? A hipótese mais provável para a mudança de postura dos comunistas de Munique é que tenham sido surpreendidos com a unidade dos trabalhadores na defesa da República contra os

golpistas.

Na noite de 13 de abril (os combates na estação central ainda não tinham cessado), Leviné convoca uma reunião dos conselhos de operários e soldados da capital e proclama a segunda - a "verdadeira" - República dos Conselhos, contra ordem expressa de Paul Levi, a liderança mais expressiva do KPD, que queria impedir novo banho de sangue. 0 Conselho Central é dissolvido, sendo criado um comitê de 15 membros (KPD/USPD e alguns majoritários de esquerda), com um Conselho Executivo (Vollzugsrat) de quatro pessoas (duas do KPD e duas do USPD) dirigido por Leviné. 0 novo governo decreta algumas medidas populares, como confisco dos víveres armazenados, proibição da imprensa burguesa e greve geral por tempo indeterminado. Egelhofer é nomeado comandante do exército vermelho; embora a derrota pareça inevitável, ainda consegue reunir cerca de dez mil homens e dar-lhes uma organização e formação rudimentares. Tanto ele quanto Leviné tinham consciência da dificuldade da tarefa, mas estavam dispostos a sacrificar-se pela revolução mundial que, segundo as convicções revolucionárias típicas da época, mais cedo ou mais tarde acabaria vencendo.

Posteriormente, na defesa perante o tribunal de Munique, Leviné reconstitui suas declarações naquela ocasião:

> Na reunião dos conselhos havia um clima de "nós não desistimos"Lembro-me de ter dito: "Temo que de qualquer jeito vocês estejam perdidos. Agora trata-se, pelo menos, de naufragar de maneira honrosa. Se vocês decidirem que devemos lutar, então nós, comunistas, não os abandonaremos"Nós considerávamos dever dos líderes dos trabalhadores ficar junto do proletariado. (apud Rosenberg, 1983, p.219)

Da mesma forma que Rosa Luxemburg, durante a insurreição de janeiro em Berlim, se opunha à tomada do poder por um pequeno grupo que não teria condições de mantê-lo, mas no momento em que o proletariado berlinense decidiu ir à luta ficou ao seu lado por considerar ser esse seu dever, Leviné seguiu o mesmo caminho: quando os trabalhadores decidem combater, o papel das lideranças é acompanhá-los, e, se não houver saída, morrer com dignidade. Uma concepção heroica da política, hoje inconcebível.

Na noite de 15 de abril, os sinos começam subitamente a tocar em Munique. Espalha-se o boato de que os guardas contrarrevolucionários avançam sobre a cidade, numa segunda

tentativa de derrubar o governo dos conselhos. Rapidamente é organizada a defesa: trabalhadores das fábricas e soldados, meio crianças, meio idosos, alguns uniformizados, outros à paisana. Um verdadeiro "Exército de Brancaleone", confuso, mal-armado, mal treinado. Toller, que apesar das objeções iniciais ao novo governo tomava parte na resistência, é eleito pelos trabalhadores para comandar uma unidade do exército vermelho. Porém, ao receber ordens de Egelhofer para bombardear Dachau, cidade perto de Munique onde se concentravam as forças contrarrevolucionárias, não obedece. Em vez disso, usa a infantaria, alegando não querer pôr em risco a vida de civis, sobretudo dos camponeses de Dachau, de quem tinha apoio. Felizmente, a resistência das tropas de Hoffmann era mais fraca do que imaginavam os revolucionários, e elas acabaram por recuar.

Mais tarde, Toller rejeita nova ordem de Engelhofer para fuzilar os reféns. Ele se justifica nas suas memórias dizendo que "generosidade em face dos opositores vencidos é a virtude da revolução.... nós lutamos por um mundo mais justo, exigimos humanidade, temos o dever de ser humanos" No seu entender, os soldados prisioneiros, irmãos que seguiram um caminho errado, deviam se convencer por conta própria da justeza da causa revolucionária, e decidir livremente se queriam ficar com os revolucionários ou voltar para casa. Mas o fato é que, alguns dias mais tarde, esses mesmos soldados, cujas vidas haviam sido poupadas, voltam a combater a revolução.

Em virtude dessa dupla insubordinação, Toller foi acusado por Leviné de alta traição e covardia perante o inimigo, criticado por não aproveitar a vitória do exército vermelho para fazer avançar a causa dos conselhos na Baviera. Essas críticas no calor da hora esqueciam o óbvio, como o próprio Leviné uma semana antes havia reconhecido: a revolução estava condenada numa Baviera cercada pela contrarrevolução. Em nome da justiça histórica em relação a Toller (acusado de maneira infundada por alguns historiadores comunistas), era perfeitamente sensato, naquelas circunstâncias desesperadas, não querer arriscar inutilmente a vida de forças militares despreparadas e mal-armadas.

A VITÓRIA DA CONTRARREVOLUÇÃO

Depois dessa segunda derrota, o governo Hoffmann decide pedir ajuda aos corpos francos de Noske para aniquilar a República dos Conselhos. A lista dos membros dos corpos francos que entram na

cidade é um verdadeiro "quem é quem" do movimento nazista: Rudolf Hess, que no começo da década de 1930 foi nomeado presidente do comitê central do partido nazista; Ernst Rõhm, mais tarde chefe do Estado-Maior das SA; Heinrich Himmler, mais tarde comandante das SS; Hermann Esser, antecessor de Goebbels como chefe da propaganda do partido nazista, só para mencionar os mais conhecidos.

Para os homens no governo, logo fica evidente que a vitória em Dachau apenas servira para adiar a derrota. No dia 20 de abril Augsburg capitula; cinquenta pessoas morrem. No dia 22 de abril o governo decide armar os trabalhadores de Munique. Com um grande desfile de tropas que procura mostrar a força do exército vermelho, acaba a greve geral decretada nove dias antes e que tinha deixado a cidade em dificuldades econômicas ainda maiores.

0 ataque a Munique começa no dia 23 de abril; no dia 30 a cidade é cercada. Cerca de cem mil soldados são recrutados para o ataque; os revolucionários têm apenas alguns milhares. A questão crucial era o que fazer com tal desigualdade de forças: valia a pena arriscar um banho de sangue ou era melhor tentar negociar com o governo de Bamberg? Todos sabiam, inclusive os comunistas, que a situação era insustentável, porém, estes insistiam numa solução militar, considerando que negociar era uma traição. Acreditavam que o proletariado aprenderia com a derrota e se tornaria mais ativo.

O conflito entre os comunistas, que rejeitam acordos, e os independentes, que querem evitar o pior, se exacerba violentamente nos últimos dias, a ponto de Toller se demitir do comando da tropa. A política dos comunistas nessas três semanas no poder foi praticamente determinada pela invasão iminente, o que levou o enérgico Engelhofer a tentar impor a ditadura do exército vermelho, visando a um mínimo de controle sobre o inimigo interno. O grupo mais visado era a Thule-Gesellschaft, que espionava e passava informações para fora da cidade. Os guardas vermelhos ainda conseguiram prender vinte membros desse grupo, mas a maioria já tinha fugido para o norte da província ou se anexado aos corpos francos.

Nesse meio-tempo, as negociações entabuladas pelos moderados com o governo em Bamberg não levam a resultado nenhum; os generais não querem saber de acordos: "Eles odeiam a Baviera, só ali a República era poderosa, só ali o povo defendia a revolução de novembro. Aniquilando a República Conselhista queria-se atingir a República", escreve Toller. Os generais exigem a rendição incondicional da cidade e a entrega de todos os líderes, condições

inaceitáveis para os conselhos. Não havia mais escolha, o combate era inevitável.

No dia 30 de abril chega a notícia das atrocidades cometidas pelas tropas do governo avançando em direção à capital. Estas matavam não só membros da guarda vermelha, mas também civis, no caso um grupo de enfermeiros. Em represália, Engelhofer deu ordem para fuzilar dez reféns: sete membros da Thule-Gesellschaft, um certo professor Berger, que depois se descobriu ter sido um engano, e dois soldados das tropas governamentais. Segundo Sebastian Haffner: "Este foi o único ato de terror verdadeiro comprovado na Revolução Alemã - e ele deveria levar a uma vingança terrível". Quando Toller soube das execuções, correu para o local e ainda conseguiu libertar um grupo de prisioneiros escondidos na cave.

Com isso o governo dos conselhos explode: uma maioria dirigida por Toller obriga Leviné a demitir-se no dia 29 de abril e procura ainda negociar, inutilmente, com o governo de Bamberg. Resta o exército vermelho, que continua lutando por conta própria, mas não pode impedir a derrota. No dia 29 de abril cai Dachau; no dia 30 as tropas de Noske entram na cidade pelo sul, pelo leste e pelo oeste; no dia 2 de maio é liquidado o último foco de resistência.

A imprensa alemã fez um enorme estardalhaço com os fuzilamentos, chamando-os de execução de civis. Mais tarde se revelou que os membros da Thule-Gesellschaft, segundo seu chefe Rudolf von Sebottendorf no livro Bevor Hitler kam (Antes da chegada de Hitler), publicado em 1933, eram de fato conspiradores:

> Finalmente pode-se dizer o que até agora não podia ser dito para não dirigir o ódio do "sistema" contra os pioneiros. Não é mais preciso ocultar que aquelas sete pessoas da Thule-Gesellschaf não morreram como reféns não, foram assassinadas porque eram antissemitas. Elas morreram pela cruz gamada, caíram vítimas dos judeus, foram assassinadas porque se queria aniquilar os preparativos para a sublevação dos nacionalistas. (apud Hõller, 1999, p.243)

Esses fuzilamentos e as prisões feitas pelos revolucionários serviram para alimentar a lenda de execuções em massa de reféns levadas a cabo por esses novos "comunardos", e como pretexto para desencadear uma onda de terror branco como nenhuma cidade alemã, nem mesmo Berlim, tinha visto até então. Setecentas pessoas foram fuziladas, homens, mulheres, crianças. Milhares foram presas,

ninguém estava a salvo de denúncias. Os necrotérios eram pequenos para abrigar tantos cadáveres; foi preciso abrir valas comuns, como no tempo da guerra.

Os massacres prosseguiram até o dia 8 de maio. No dia 6, 21 católicos reunidos foram confundidos com spartakistas e fuzilados. Várias centenas de revolucionários foram executados sem julgamento. Landauer, comissário da Cultura e Educação do primeiro governo dos conselhos, foi baleado várias vezes e, como ainda respirava, pisoteado até a morte. Muhsam, condenado a 15 anos de prisão, conseguiu mais tarde, com a ajuda do governo russo, deixar a Alemanha. Os dois economistas políticos tiveram sorte diferente: Otto Neurath foi condenado a um ano e meio de prisão, que não precisou cumprir porque o governo austríaco obteve sua transferência para Viena, enquanto Silvio Gesell não sofreu qualquer pena. Leviné, apresentado como agente bolchevique, foi julgado por uma corte marcial, condenado à morte e fuzilado. De nada adiantaram os telegramas pedindo o indulto, assinados entre outros por Albert Einstein e pelo ministro social-democrata Scheidemann. No dia do julgamento, pronunciou estas palavras, que passaram a fazer parte da mitologia comunista:

> Nós comunistas somos todos mortos em licença (Tote auf Urlaub). Tenho consciência disso. Não sei se os senhores vão prorrogar minha licença (Urlaubsschein), ou se serei mandado para junto de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg. De qualquer maneira aguardo a sentença com calma e serenidade. (apud Hõller, 1999, p.263)

Fuzilado duas horas mais tarde, morreu gritando "Viva a revolução mundial!".

Toller foi testemunha do terror branco que varreu as ruas de Munique. Ele conta nas suas memórias casos espantosos de violência sádica contra os revoltosos, que anunciavam os tristes tempos que viriam. Noske, ministro da Defesa, envia ao comandante das tropas contrarrevolucionárias o seguinte telegrama: "Pela cautelosa e bem-sucedida condução da operação em Munique manifesto ao senhor o meu profundo reconhecimento e às tropas o meu mais cordial agradecimento" (apud Toller, 1990, p. 144).

Toller conseguiu esconder-se durante um mês, mas depois de muitas peripécias foi preso no dia 4 de junho. Max Weber testemunhou em seu favor, dizendo estar seguro de seu idealismo,

bem como de sua imaturidade política. 0 jovem Toller era um homem de princípios, alheio à realidade política, que inconscientemente apelara para os instintos histéricos das massas. E, num misto de ternura e sarcasmo, disse do seu antigo aluno: "num acesso de fúria, Deus fez dele um político" (apud Marianne Weber, 2003, p.774).

Talvez graças à intervenção do ilustre sociólogo, talvez graças aos protestos dentro e fora da Alemanha contra o fuzilamento de Leviné, Toller acabou sofrendo uma pena mais leve: cinco anos de prisão, que cumpriu integralmente. Quando em 1933 os nazistas chegaram ao poder, emigrou para os Estados Unidos, onde viveu em condições muito difíceis. Suicidou-se no dia 22 de maio de 1939 num hotel em Nova York.

Em uma avaliação comedida da experiência conselhista bávara (matizando o juízo de Weber sobre o seu visionarismo), Toller resume bem a epopeia que acabamos de relatar: "Todos nós fracassamos. Todos cometemos erros, todos temos culpa, todos fomos incapazes. Tanto os comunistas quanto os independentes" (1990, p.112). Com o fim da República dos Conselhos da Baviera, encerra-se a Revolução Alemã e acabam-se as ilusões dessa época sobre a facilidade da tomada do poder.

A CONSTITUIÇÃO DE WEIMAR

A Constituição elaborada pela Assembleia Nacional constituinte a partir de um anteprojeto do jurista liberal de esquerda Hugo Preuss (com a colaboração de Max Weber) foi oficialmente promulgada no dia 14 de agosto de 1919. Em pontos essenciais, a nova Constituição se ligava às tradições liberais e democráticas de 1848. Ela conservava o caráter federal da Alemanha e os dois órgãos legislativos, Reichstag e Reichsrat (no lugar do Bundesrat da época do Império), mas este último com menos poder.

O órgão político central era doravante o Reichstag, eleito por quatro anos pelo sufrágio universal. 0 chanceler e os ministros eram responsáveis perante ele. A seu lado, o Reichsrat (Conselho do Reich) era composto por delegados dos Lãnder, cujo número era proporcional à população desses diversos Lãnder, agora em número menor. O poder do Reichsrat estava reduzido a um veto suspensivo. A Constituição previa uma terceira assembleia, um Reichswirtschaftsrat (Conselho Econômico do Reich), de caráter consultivo, na qual estavam representadas as organizações sindicais de operários e empregados, bem como as associações patronais. Os social-democratas viam nesse

conselho a prova do caráter social da República.

No capítulo sobre os direitos dos cidadãos, a Constituição ia além dos direitos fundamentais tradicionais (igualdade perante a lei, inviolabilidade das pessoas e domicílios, segredo da correspondência e ligações telefônicas, liberdade de pensamento, opinião, reunião, representação das minorias, sufrágio universal), o que incluía um certo número de artigos concernentes à família e à juventude.

Mas o que chamava a atenção na Constituição de Weimar era o famoso artigo 48, introduzido a conselho de Max Weber. Ele dava ao presidente do Reich (diretamente eleito pelo povo para um mandato de sete anos e podendo ser reeleito) poderes excepcionais, "caso a segurança e a ordem públicas sejam gravemente afetadas ou ameaçadas no Reich alemão", o que significava poder decretar o estado de sítio, suspender os direitos fundamentais, instituir tribunais de exceção, dissolver o Reichstag, autorizar o chanceler a governar por decretos-lei. Em suma, o presidente tinha poderes ditatoriais que foram utilizados mais tarde, de 1930 a 1933. Foi utilizando o artigo 48 que o marechal Hindenburg, então presidente da República, nomeou Hitler para o cargo de chanceler em janeiro de 1933. Segundo o historiador Pierre Broué, todas as disposições democráticas da Constituição não passavam de cláusulas secundárias em face do artigo 48, que dava ao Estado instrumentos para aniquilar "toda tentativa revolucionária ou mesmo toda evolução democrática inquietante no interior do quadro constitucional" (1971, p.286). Foi no quadro dessa Constituição apresentada na época como "a mais democrática do mundo" que Ebert decretou o estado de sítio no final de setembro de 1923 - e que mais tarde se instaurou a ditadura de Hitler.

Por fim, deve-se mencionar que a falta de ousadia dos constituintes, refletindo o compromisso entre as classes característico do governo de coalizão, os levou a praticamente ignorar a criação mais original da revolução de novembro - os conselhos operários -, limitando-se a uma pequena menção à cogestão operária no quadro de conselhos econômicos.

Desde fevereiro de 1920, o artigo 165 da Constituição, que previa a participação dos trabalhadores nas decisões por meio de um sistema escalonado de conselhos, foi concretizado pela lei sobre os conselhos de fábrica. Essa lei gerou insatisfação tanto do lado dos patrões, que julgavam excessivo o nível de cogestão, quanto do lado da esquerda radical, que o considerava insuficiente. Os direitos concedidos aos representantes dos trabalhadores nos conselhos de

fábrica eram de fato muito modestos. Apesar disso, tais conselhos desempenharam um papel relevante, como foi o caso em 1923, sobretudo depois que os conselhos de operários e soldados foram liquidados, funcionando ao mesmo tempo como órgãos de poder e como defensores dos direitos dos trabalhadores no local de trabalho.

TRATADO DE VERSALHES

Em maio de 1919, o Tratado de Versalhes chegava ao conhecimento da opinião pública na Alemanha. O país reagiu com indignação e espanto às duras condições impostas pelos países vencedores. Scheidemann, que havia feito campanha con tra a assinatura do Tratado, pede demissão na véspera do voto pelo Reichstag, 20 de junho, sendo substituído por seu colega de partido, Bauer. Este alega que se o Tratado não for assinado (o que é feito no dia 28 de junho), o país ficará entregue ao caos. Max Weber, que tinha acompanhado a delegação alemã a Versalhes, estava entre os que recusavam a aceitação do Tratado.

A Alemanha perdia um oitavo de seu território (entre outras regiões, a Alsácia-Lorena retornava à França) e um décimo de sua população; perdia as colônias africanas; era proibida a união com a Áustria; o Exército limitado a cem mil homens (em vez de quatrocentos mil), o alto-comando dissolvido, o recrutamento proibido; não podia fabricar material bélico; exigia-se a extradição dos "criminosos de guerra" para serem julgados por tribunais internacionais; a margem esquerda do Reno seria ocupada pelos Aliados durante 15 anos e desmilitarizada sob sua supervisão.

Um parágrafo em particular - o que atribuía à Alemanha a responsabilidade pela guerra, utilizado para justificar as reparações - suscitou a indignação dos políticos conservadores. Essas reparações seriam determinadas no futuro e, quando foram finalmente anunciadas na conferência de Paris em janeiro de 1921, provocaram mais revolta que todas as outras exigências do Tratado. Esse parágrafo desencadeou a propaganda nacionalista que levou à criação da lenda da "punhalada pelas costas", segundo a qual o Exército não tinha sido derrotado na frente de batalha, mas traído pelos inimigos internos (socialistas e judeus), no próprio país. Nessa versão fantasiosa, a Alemanha fora minada internamente pelas forças que faziam campanha contra a guerra.

Quando em 18 de novembro de 1919 Hindenburg depôs perante a comissão parlamentar de inquérito encarregada de apontar os

responsáveis pela derrota, disse: "A retaguarda não nos apoiou ... Os planos do alto-comando não puderam ser executados. O Exército foi apunhalado pelas costas ... As forças sadias do Exército não têm a menor responsabilidade" (apud Badia, 1975, p.157).

Esse mito será inflado no outono de 1919 até se tornar moeda corrente nos círculos que combatiam a República; em poucos meses tornou-se um pilar da ideologia nacionalista-conservadora, atingindo uma grande parte do povo alemão que não queria aceitar a derrota. Disse-se com razão que a lenda da punhalada pelas costas atuou como uma punhalada "nas costas do novo Estado" (Albert Schwarz, 1964). Erzberger, do Zentrum, iniciador da resolução de paz de 1917, dirigente da delegação do armistício e defensor da assinatura do Tratado de Versalhes, era particularmente odiado pela oposição de direita, que se fortalecia cada vez mais. Acabou sendo assassinado no dia 26 de agosto de 1920 por militantes da organização terrorista Cônsul, cujo objetivo era eliminar políticos importantes considerados indesejáveis. Segundo um observador atento da cena alemã da época, Ernst Troeltsch, a partir de meados de 1919, a Alemanha submerge numa "onda de direita"

Um apanhado sumário dos acontecimentos de 1919 a 1923 mostra uma série de ataques e tentativas de golpe contra a República por parte da direita, enquanto na esquerda continuam as greves e os movimentos revolucionários num contexto de crise econômica crescente. Mas enquanto os extremistas de direita são tratados com indulgência por um judiciário altamente conservador - que não havia sido "depurado" pelo novo governo -, impregnado dos valores da época imperial e avesso à República, a extrema esquerda é submetida a sentenças draconianas, inclusive à pena de morte. Segundo o historiador E. Kolb, a justiça carrega uma parte da responsabilidade pela derrota da República na medida em que colaborou para que ela se sujeitasse aos movimentos totalitários de direita.

O PUTSCH DE KAPP

Porém, o fortalecimento da direita, pelo menos por enquanto, não era nada evidente. Se por um lado os grandes proprietários de terras, os grandes capitalistas e os generais viam a República que odiavam como um mal necessário até que os trabalhadores fossem completamente derrotados, estes, por sua vez, embora decepcionados com o conservadorismo do governo no plano social, ainda não tinham desistido de arrancar concessões dos homens no poder. Inúmeros protestos na virada de 1919 para 1920 culminaram em janeiro de

1920 com uma gigantesca manifestação de massas em frente ao Reichstag, com um saldo de 42 mortos.

Nessa atmosfera politicamente conturbada, acirrada pela crise econômica que tinha piorado com a desvalorização do marco, as classes médias, que responsabilizavam o SPD pela situação caótica, passaram em massa para o terreno da direita. Era o caldo de cultura propício para que a "onda de direita" que assolava o país se traduzisse numa ação concreta: militares e militantes de extrema direita tentaram depor o governo, em março de 1920, com um golpe de Estado, ação que passou à história com o nome de putsch de Kapp.

No dia 13 de março de 1920, Wolfgang Kapp, alto funcionário do governo prussiano, representante dos Junker, e o general Von Luttwitz, pai dos corpos francos e comandante das tropas a leste do Elba, bem como das unidades na Saxônia, Turíngia e Hannover, organizam a marcha de uma dessas forças de extrema direita, a Brigada de Marinha Ehrhardt, sobre a capital. As exigências de desarmamento do Tratado de Versalhes implicavam, como vimos, a redução do exército, que havia começado no outono de 1919. Com isso, muitos soldados dos corpos francos sentiam sua existência ameaçada e estavam prontos para agir contra o governo. O círculo em torno de Kapp e Von Luttwitz apenas se aproveitou dessa atmosfera que reinava no interior das tropas. O estopim do golpe é dado quando, no início de março de 1920, o governo decreta a dissolução, entre outras, da Brigada de Marinha Ehrhardt, acantonada perto de Berlim, o que Von Luttwitz não admite.

Os insurretos lançam um ultimato, exigindo a demissão de Ebert e a eleição de um novo presidente, bem como a dissolução do Reichstag e novas eleições - e até lá, um gabinete composto por técnicos com um general no Ministério da Guerra. Os militares, sob a liderança do general Von Seeckt, recusam-se a pegar em armas contra os golpistas. Perante essa situação o governo é obrigado a fugir, primeiro para Dresden, depois para Stuttgart. Ao amanhecer, as tropas de Ehrhardt ocupam a cidade e hasteiam a bandeira imperial nos edifícios públicos. Instalado no prédio da chancelaria, Kapp promulga seus primeiros decretos, proclama o estado de sítio, proíbe os jornais e nomeia Von Luttwitz comandante em chefe. Na noite de 13 de março parecia que o golpe tinha vencido sem derramamento de sangue - o Exército e a polícia não se opõem, as autoridades do norte e do leste do país reconhecem o novo governo.

Entretanto, uma greve geral convocada pelos ministros social-

democratas, pela central sindical comandada por Legien e pelas lideranças dos dois partidos social-democratas foi espontaneamente apoiada pelos trabalhadores do país inteiro, com exceção da Baviera. Depois de quatro dias de um governo suspenso no vazio, os trabalhadores organizados em milícias derrotaram os golpistas, que fugiram para o exterior no dia 17 de março. A greve geral que começou em Berlim no domingo, 14 de março, e que no dia seguinte atingiu todo o país, foi a mais impressionante demonstração de resistência maciça que a Alemanha tinha visto até então: 12 milhões de trabalhadores e empregados de braços cruzados em defesa da República.

O que mais chama a atenção nesse episódio é o comportamento do KPD. Na ausência de Paul Levi, que cumpria pena, a central do partido em Berlim publica, no dia 14, um apelo na Rote Fahne, exprimindo a convicção de que não há nada a fazer contra o putsch de Kapp até que a classe operária reúna forças para agir:

> 0 proletariado revolucionário não erguerá um dedo pelo governo dos assassinos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg, que naufraga em vergonha e opróbrio. Não erguerá um dedo pela República Democrática, que era apenas uma pobre máscara para a ditadura da burguesia. (apud Harman, 1998, p.231)

Levi, da prisão, escreve indignado aos companheiros da central contra um erro de avaliação tão crasso, que logo fica evidente com o sucesso da greve. A partir daí não resta outra saída à liderança comunista senão apoiar os trabalhadores grevistas.

O comportamento passivo da central do KPD teve como consequência uma primeira cisão nas fileiras comunistas: a ala radical (que já havia deixado o partido em outubro de 1919), condenando a "traição" da "central Levi", reúne-se nos dias 4 e 5 de abril em Berlim e decide fundar o Partido Comunista dos Trabalhadores Alemães (Kommunistische Arbeiterpartei Deutschlands, KAPD), levando com ela cem mil membros. Sua liderança se declara partidária da ação direta, e condena como oportunista a participação dos comunistas nos parlamentos burgueses e sindicatos reformistas. Foi contra essa ala esquerdista do comunismo alemão que Lênin polemizou em seu famoso opúsculo Esquerdismo, doença infantil do comunismo. Esse episódio mostra em germe os severos desacordos entre os líderes comunistas, que no futuro serão fatais para o movimento operário alemão.

Deixando de lado o comportamento hesitante da central comunista no início da greve, agora, diferentemente de quase todos os movimentos anteriores, não havia oposição entre os grevistas e as direções sindicais e partidárias. Pela primeira vez desde as jornadas de novembro de 1918, a classe trabalhadora resistia unida, mostrando todo o seu poder no momento em que se decidia a empreender uma ação conjunta.

Entretanto, os desentendimentos no interior do movimento operário não tinham desaparecido. Em muitos lugares, os trabalhadores, de forma espontânea e independentemente dos partidos, criaram comitês de ação e de greve - e em algumas localidades novamente conselhos operários. Contudo, diferentemente das bases, a direção central da greve estava dividida em duas tendências: de um lado SPD, sindicatos de empregados e sindicatos "livres" (ou seja, social-democratas); de outro USPD, KPD, conselhos de fábrica revolucionários e a comissão sindical de Berlim. Assim que a derrota do golpe, meta imediata da greve, foi alcançada, vieram à tona os objetivos e interesses diferentes que opunham as lideranças. Enquanto a direção do SPD queria acabar imediatamente com a greve, os líderes grevistas não estavam dispostos a encerrá-la sem antes obter garantias para um reordenamento político que impedisse novo golpe contrarrevolucionário.

As reivindicações políticas dos sindicatos para o encerramento da greve eram as seguintes: demissão de Noske, demissão e punição das tropas golpistas, reorganização democrática do Exército, saída das forças reacionárias da administração pública e das empresas, democratização da administração, medidas visando à socialização, melhoramento das leis sociais, desapropriação das grandes propriedades fundiárias, serviço de segurança formado pelos trabalhadores organizados. Esses pontos eram, no essencial, o programa dos conselhos de operários e soldados no começo da revolução, com a diferença de que, agora, um líder como Legien, velho sindicalista com ampla folha de serviços prestados aos patrões, converte-se em arauto das reivindicações que um ano e meio antes havia combatido. A ação unificada da classe trabalhadora na greve geral repunha a possibilidade da construção democrática da nação.

Mas essa possibilidade foi igualmente perdida. A derrota do putsch de Kapp não foi o começo de uma renovação democrática, mas a oportunidade para um novo massacre sangrento do movimento de massas pelos militares, em parte pelas mesmas tropas que tinham apoiado o golpe. A tentativa de Legien de formar um governo operário

numa aliança entre SPD, USPD e sindicatos fracassou por conta das hesitações do SPD, e, sobretudo, por causa da intransigência da ala esquerda do USPD que via nessa proposta uma reedição do governo Ebert-Haase de 1918. O KPD, entre muitas hesitações, apoiou a formação do governo operário, declarando que lhe faria "oposição leal" desde que fosse garantida liberdade de ação política à classe operária - e que a contrarrevolução fosse combatida.

Na região do Ruhr o movimento grevista, sob a influência de lideranças na maioria comunistas, evoluiu em parte para um movimento insurrecional. Foi criada a maior força militar revo lucionária até então, um verdadeiro exército vermelho de cerca de cinquenta mil trabalhadores socialistas de várias tendências, que na prática dominava militarmente a região. 0 governo de Berlim designou Severing, ministro do Interior da Prússia e membro do SPD, para negociar com os revoltosos. As partes chegaram a um acordo (Acordo de Bielefeld, de 25 de março) que estipulava o seguinte: o Exército do Reich não entrará no Ruhr, os contrar-revolucionários serão punidos e eliminados da administração do Estado e as grandes empresas serão nacionalizadas. Satisfeita, uma parte dos trabalhadores encerrou os combates.

Foi a trégua necessária para que o governo, fazendo do acordo letra morta, enviasse tropas do Exército e dos corpos francos, os mesmos que tinham apoiado ou se recusado a combater os golpistas de Kapp. 0 resultado foi uma violenta campanha de terror que no começo de abril levou à derrota dos trabalhadores. Em consequência, a social-democracia e a República perderam o apoio de grande parte da classe operária dessa região.

Não se pode deixar de observar que um dos traços marcantes da nova República era o lugar ocupado pelo Exército. De 1919 a 1926, o general Von Seeckt organizou e comandou o Exército dentro da tradição prussiana de um "Estado dentro do Estado", fechado ao controle parlamentar. A caracterização do Exército como "apolítico" justificava a rejeição de todos os apelos para formar uma força de defesa republicana e democrática. Os militares alemães, criados num ideário que misturava resíduos do Estado monárquico e autoritário com um forte sentimento de humilhação pela derrota e o sistema oriundo de Versalhes, consideravam uma politização inadmissível a defesa do Estado apoiado nos partidos democráticos.

0 Exército alemão era de fato uma força antidemocrática e antirrepublicana, que sempre apoiou os esforços para restaurar a

monarquia ou instaurar uma ditadura do grande capital. Os generais não se metiam na política cotidiana, mas em questões decisivas bastava o seu veto para impedir qualquer encaminhamento de que discordassem. Desde 1920, a República alemã sempre teve um duplo governo. De um lado, o chanceler com seus ministros; de outro, os generais do Exército. Em caso de conflito entre eles, geralmente vencia o Exército. "A esse conjunto chamou-se `democracia alemã- (Rosenberg, 1983, p. 104). Foram esses cem mil homens, disciplinados, bem equipados e ligados por suas ideias e por sua origem à grande burguesia e, sobretudo, aos Junker, que forneceram os quadros do Exército de Hitler.

O governo, que havia retornado a Berlim, não aproveitou a derrota do golpe de Kapp para atacar os opositores da ordem constitucional democrática. Isso era esperado por muitos, sobretudo pelos trabalhadores grevistas, mas também pelas forças democráticas burguesas. As reivindicações dos sindicatos, mencionadas há pouco, não se realizaram na prática. Apenas mudanças paliativas, como a substituição do chanceler Bauer por outro social-democrata, Hermann Muller, a demissão do ministro do Interior prussiano Heine, e a demissão de Noske, que era odiado não só pelos trabalhadores radicais mas também por muitos trabalhadores social-democratas. Era notória sua responsabilidade em 1919 na atuação dos corpos francos contra trabalhadores revoltosos e em greve, e, graças à sua confiança no oficialato, as forças contrarrevolucionárias tinham podido preparar o putsch sem ser incomodadas.

Somente na Baviera um golpe mais limitado derrubou o governo de coalizão liderado pelo social-democrata Hoffmann, levando ao poder um governo de direita liderado por Kahr. Com isso, desde 1920, a Baviera tornou-se o paraíso das organizações e dos líderes de extrema direita.

Na avaliação de três importantes historiadores do período, com a greve geral de 1920, as massas deram uma impressionante demonstração de sua força potencial, mas acabaram por obter apenas uma "vitória de Pirro". E o mais grave: no começo de 1920 foi perdida a última grande oportunidade de criar e enraizar solidamente a República Social, encarada como fim por uma parte do movimento de massas, e por outra como estágio preliminar para uma sociedade socialista. A responsabilidade pelo fracasso recai sobre as lideranças dos partidos operários, que, de maneiras diferentes, se mostraram despreparadas para canalizar essa energia no sentido de uma transformação democrática do país (Feldmann, Kolb, Rurup, 1972,

p.103-4).

A partir daquele momento, a iniciativa cabia à contrarrevolução. 0 movimento conselhista, base de apoio da revolução e da greve geral de 1920, tinha sido definitivamente derrotado. Seus defensores sairiam de cena desiludidos com os rumos da República, ou iriam para o partido comunista, fornecendo-lhe a base de massa que não tivera até então.

As eleições para o Reichstag não podiam mais ser adiadas. Previstas para o outono, acabaram antecipadas para 6 de junho de 1920, levando à derrota da coalizão de Weimar, ou seja, das forças políticas que tinham elaborado a nova Constituição (SPD, Zentrum, DDP). Os partidos burgueses obtêm, em conjunto, 15 milhões de votos, contra 11 milhões dos partidos operários. Os partidos claramente à direita aumentam sua votação, enquanto o centro e os democratas, partidários da República, em comparação com as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, perdem metade de seus eleitores.

No campo socialista o SPD é o grande derrotado, obtendo apenas seis milhões de votos (102 deputados), contra 11 milhões e 900 mil (165 deputados) em janeiro de 1919. Em um ano e meio o SPD perdeu metade de seus eleitores. A grande novidade foi o crescimento do USPD, que passou de 2 milhões e 300 mil para mais de cinco milhões de votos (84 deputados); o KPD, que pela primeira vez participava das eleições, teve uma votação modesta: 589 mil votos (quatro deputados, entre eles Paul Levi e Clara Zetkin).

Pela primeira vez, a massa dos eleitores operários abandonou a social-democracia majoritária e passou a alinhar-se com os independentes. 0 SPD, extremamente enfraquecido com a derrota eleitoral, teve de deixar o governo. Com a saída do SPD, os outros dois partidos republicanos da coalizão de Weimar não eram suficientemente fortes para formar o governo, por isso chamaram o Partido Popular (DVP), partido do grande capital, liderado por Stresemann, defensor da Constituição de Weimar. Formou-se assim o primeiro governo puramente burguês da República alemã. A entrada dos três ministros do DVP no governo representava, segundo Rosenberg, um sintoma extremamente significativo da derrota do proletariado alemão. A contrarrevolução capitalista tomava posse do governo. Ebert continuou presidente do Reich, porém submisso ao novo gabinete comandado pelo deputado do Zentrum, Fehrenbach. A partir daí o SPD passou a representar um tipo híbrido de partido de

oposição e de partido de governo.

4. Da “ação de março” de 1921 ao “outubro alemão” de 1923: a derrota dos comunistas

A história da Revolução Alemã, de novembro de 1918 até a derrota do putsch de Kapp em março de 1920, é uma história de lutas mais ou menos espontâneas, em que o grande protagonista são as massas trabalhadoras. A partir de 1921 o panorama muda: as grandes massas dão lugar a um ator principal, o Partido Comunista, que, dilacerado por lutas fratricidas e submetido às exigências da Internacional Comunista (IC), fundada em março de 1919, embarca em duas tentativas frustradas de tomada do poder, cujo resultado o leva ao isolamento.

É um processo complexo, cheio de lances dramáticos, em que o jovem Partido Comunista tem sua trajetória marcada pela ausência de lideranças experientes e teoricamente sólidas como Rosa Luxemburg, assassinada em janeiro de 1919. Mais tarde, a expulsão de outro importante dirigente, Paul Levi, exacerba o processo de desmoralização do KPD, culminando na sua total subserviência aos interesses externos e internos da política soviética. Para entendermos esse percurso é preciso situá-lo na conjuntura alemã de 1921 a 1923, os anos de estertor da Revolução.

REPARAÇÕES DE GUERRA

Um dos principais problemas da política externa, mas também interna da Alemanha, desenvolveu-se imediatamente após a formação do gabinete Fehrenbach: as reparações de guerra, que durante anos foram o tema dominante. Quando o valor extremamente elevado das reparações foi por fim revelado, todos se perguntavam como uma Alemanha economicamente fraca poderia saldar essa dívida. Na verdade, os problemas econômicos do país tinham em parte origem nos métodos de financiamento da guerra (empréstimos e títulos em vez de aumento de impostos) - e as raízes da inflação já existiam antes do exacerbamento do problema das reparações.

Desde 1919, reuniões, propostas e contrapropostas tentam fixar o montante das reparações de guerra. No começo de 1921, o governo Fehrenbach entra numa grave crise provocada pela recusa em concordar com o pagamento de uma indenização astronômica,

exigência dos países aliados. Em represália, as tropas da Entente ocupam as cidades de Dusseldorf e Duisburg. Em Londres, os Aliados finalmente concordam em exigir da Alemanha a soma total de 132 bilhões de marcos ouro. No dia 6 de maio de 1921, um ultimato exige que o país aceite as condições impostas, caso contrário, as tropas da Entente ocuparão a região do Ruhr. 0 governo de Fehrenbach, não vendo saída, se demite - o partido do grande capital deixa o governo.

Nessas condições difíceis, a tarefa de governar a Alemanha retorna aos partidos da antiga coalizão de Weimar. Wirth, também deputado do Zentrum católico, forma o novo governo, em 10 de maio de 1921, em aliança com os democratas e o SPD, que aceita alguns ministérios. Novamente cabia aos partidos republicanos a tarefa impopular de resolver uma situação pela qual não eram responsáveis: negociar com a Entente as reparações de guerra.

Sob a iniciativa de Wirth, o Reichstag, apesar da oposição da direita e dos comunistas, aceita o ultimato da Entente, começando então a chamada "política de cumprimento" (Erfullungspolitik) do Tratado de Versalhes. Os defensores dessa política tinham a esperança de mostrar aos Aliados que a Alemanha, embora seriamente decidida a pagar as reparações, não podia satisfazer as exigências, e que era preciso fazer concessões. Essa política fracassou. Ao contrário da expectativa, a pressão sobre o país tornou-se ainda maior, fazendo com que aumentasse ainda mais a decomposição da economia, o desespero da população e a rejeição à República. Com isso, a popularidade e a autoridade dos partidos republicanos sofreram um enorme desgaste. A crise relativa às reparações de guerra se estendeu durante os anos de 1921 e 1922. As conferências internacionais - não menos de 23, de Versalhes, em 1919, ao início de 1923 - não tiveram nenhum resultado.

O PARTIDO COMUNISTA ALEMÃO

Como dissemos antes, já em 1919 havia ocorrido uma primeira cisão no KPD, afastando sua ala esquerdista, adepta da ação direta e inimiga de qualquer tipo de participação no Parlamento e nos sindicatos reformistas. Com isso, o KPD perdeu uma boa parte de sua militância. Tratava-se então, para os comunistas, de ganhar a ala esquerda do USPD, que simpatizava com as ideias comunistas e defendia a adesão do partido à IC. Esse grupo, que era maioria, estava disposto a aceitar as 21 condições de admissão dos partidos à Internacional, documento aprovado no 2° congresso da IC em Moscou,

em julho de 1920.

Esse documento se funda na crença dos bolcheviques que transferiam, sem aprofundar, sua própria experiência para os países industriais: a conquista do poder na Rússia se devia ao fato de os trabalhadores terem sido dirigidos por um partido centralizado e disciplinado. As derrotas da revolução no Ocidente teriam decorrido da incompreensão desse problema. Daí as exigências de centralização total e disciplina severa como condições para aderir à IC, adotadas nas resoluções sobre os estatutos e sobre as 21 condições para a admissão de novos partidos. Essas exigências implicavam diretamente a exclusão dos líderes reformistas e centristas considerados "inimigos de classe" e "agentes da burguesia no seio do proletariado".

A ala direita dos independentes recusava peremptoriamente essas condições. No Congresso de Halle, em outubro de 1920, o USPD, que contava então com novecentos mil membros, rachou. A maioria dos delegados, sob a direção de Dãumig, votou a favor da adesão à IC, e em dezembro de 1920 uniu-se ao KPD. O novo partido passou a chamar-se Partido Comunista Alemão Unificado (Vereinigte Kommunistische Portei Deutschlands, VKPD), poucos meses depois, simplesmente KPD.

O grupo minoritário, liderado por Hilferding, Dittmann e Ledebour, procurou, num primeiro momento, fazer com que o USPD continuasse como partido independente. Mas sua prática política aproximava-o crescentemente do SPD, até que, em setembro de 1922, a maior parte da ala direita dos independentes uniu-se aos majoritários.

A situação do KPD, que antes da unificação contava com 78 mil membros, mudou radicalmente: pela primeira vez depois da fundação da IC existia um partido comunista de massas num país capitalista avançado, justamente na Alemanha, que os revolucionários consideravam o pivô da revolução proletária mundial. O KPD conta a partir daí com 430 mil membros, 33 jornais diários, revistas, escolas, dezenas de militantes profissionais, recursos materiais importantes. Depois do Partido Comunista Russo, é a maior organização da Internacional Comunista.

O novo partido unificado congrega a velha guarda dos radicais anterior à guerra, o núcleo próximo de Rosa Luxemburg, mas também os independentes de esquerda, como Dãumig e Eichhorn, além dos dirigentes das grandes greves de Berlim durante a guerra, os criadores

dos conselhos operários, o núcleo dos delegados revolucionários berlinenses, representados por Richard Muller. Também entram no novo partido intelectuais respeitados, como o filósofo e jurista Karl Korsch e o historiador Arthur Rosenberg, vindos do USPD. 0 novo partido tem dois presidentes: Dãumig, o teórico do movimento conselhista e membro da ala esquerda do partido independente, e o antigo spartakista Paul Levi, amigo e companheiro de lutas de Rosa Luxemburg, crítico veemente das tendências ultraesquerdistas e aventureiras dentro do KPD.

Agora, com o novo Partido Comunista de massas, parecia possível o avanço da Revolução Alemã, apesar da oposição entre os partidos operários. Depois de tantas derrotas dos trabalhadores, para as quais ele mesmo contribuíra, o SPD não acreditava na possibilidade de uma nova investida revolucionária. Mesmo numa situação em que os fundamentos da sociedade burguesa iam sendo seriamente abalados pela inflação crescente, o SPD continuava apegado aos métodos legais da democracia parlamentar e da luta sindical. Sua meta, agora, consistia em melhorar a difícil situação econômica dos trabalhadores, combater a inflação, dar uma solução viável para a questão das reparações de guerra e neutralizar os conspiradores. Para atingir esse objetivo estava disposto a governar em aliança com os outros partidos republicanos, e não acreditava que o proletariado tivesse forças para conquistar sozinho o poder.

O KPD, evidentemente, tinha uma visão oposta. Ele estava convencido de que o fracasso da revolução até aquele momento fora provocado pelas vacilações das lideranças operárias, tanto majoritárias quanto independentes. Agora, com a existência de um grande Partido Comunista, e com o auxílio dos revolucionários russos, a conquista do poder estava na ordem do dia.

Sob a influência de Lênin, o 2° congresso da IC, além das 21 condições antes mencionadas, considera que a "hora decisiva se aproxima", e que "em breve, a classe operária deverá combater de armas na mão" Os delegados da IC na Alemanha, partidários da "linha ofensiva", trabalham nessa perspectiva.

Porém, há uma tendência que aponta noutra direção, revelada pela "carta aberta" da central do KPD publicada em janeiro de 1921, apoiando as reivindicações de unidade de ação que tinham partido do Sindicato dos Metalúrgicos de Stuttgart, dirigido por um militante comunista. A carta aberta propõe a luta conjunta dos comunistas com os outros partidos operários e com os sindicatos em torno da seguinte

pauta: defesa do nível de vida dos trabalhadores, organização da autodefesa operária armada contra os grupos de direita, campanha pela libertação dos presos políticos operários e retomada das relações comerciais com a Rússia soviética (Broué,1971, p.454). Era a linha política defendida por Paul Levi havia vários meses. Embora a carta aberta tenha sido rejeitada por todos os dirigentes sindicais, teve grande aceitação nas bases, cujo maior anseio, desde o início da revolução, era a ação unificada da classe operária.

Até outubro de 1923, como veremos, o KPD oscilou entre uma política de frente única com as outras organizações operárias e tentativas malsucedidas de insurreição.

A "AÇÃO DE MARÇO"

Em março de 1921, parecia que tinha surgido uma dessas ocasiões propícias à luta vislumbradas pela IC. Na região industrial de Merseburg-Halle-Mansfeld, na Alemanha Central, existia na época um operariado combativo, que tinha obtido importantes vantagens, relativas, sobretudo, aos direitos dos conselhos de fábrica, e que tinha conservado as armas desde o putsch de Kapp.

Quando o novo Partido Comunista foi criado, mais de três quartos dos socialistas independentes da região aderiram a ele, a ponto de esses distritos da Alemanha Central constituírem o setor mais forte do partido, superando mesmo a social-democracia. 0 ministro do Interior da Prússia, o social-democrata Severing, queria eliminar esse bastião comunista. Com o pretexto de acabar com os roubos nas fábricas e recuperar as armas, o governo prussiano envia vários batalhões da polícia, que, a partir de 19 de março, ocupam a região de Mansfeld. Os trabalhadores veem nisso uma provocação e pegam em armas.

Uma semana antes, por causa de conflitos com os líderes russos (de que falaremos adiante), Levi e Dãumig tinham pedido demissão da central do KPD. A direção do partido estava agora nas mãos de Ernst Meyer, antigo membro da Liga Spartakus e incondicional defensor dos bolcheviques. Os delegados da IC na Alemanha, seguindo a orientação da "ofensiva revolucionária" preconizada pelo 2° Congresso da IC, pressionam a direção do KPD para responder por meio da insurreição armada à provocação do governo. No dia 18 de março, a central publica o seguinte apelo na Rote Fahne: "Que todo operário despreze a lei e apodere-se de uma arma onde a encontrar" (Broué, 1971, p.490).

Um fato que posteriormente veio a público, e que contribuiu fortemente para a desmoralização do KPD, foi a proposta de Hugo Eberlein (membro da central), no dia 22 de março, de organizar falsos atentados contra o Partido Comunista e outras organizações operárias, ou o rapto de dirigentes conhecidos pelos quais se poderia acusar a polícia e os reacionários e com isso provocar a cólera das massas. Essa proposta foi rejeitada depois da tentativa fracassada de explodir uma fábrica de munições em Seesen.

As coisas mudam quando Max Hólz, uma espécie de herói popular que costumava agir por conta própria, conhecido na resistência contra o golpe de Kapp e chamado pela imprensa comunista de "aventureiro revolucionário", é aceito pelo KPD para liderar a insurreição. A central do KPD chama à greve geral no dia 24, na esperança de que os trabalhadores social-democratas também sejam arrastados. Porém, o esperado levante de massas não ocorre. Os militantes comunistas utilizam todos os meios, inclusive a força, para desencadear a greve. Mas fora de Mansfeld os trabalhadores alemães não se movem, nem mesmo em Berlim. A greve geral é um fracasso completo. Segundo estimativas otimistas, quinhentos mil, segundo pessimistas (mais próximas da realidade), duzentos mil trabalhadores cruzaram os braços. Hólz, do seu lado, com grande habilidade tática, consegue durante uma semana manter em xeque as forças policiais prussianas, numericamente superiores, mas acaba derrotado.

A importância da "ação de março", um episódio crucial na epopeia da Revolução Alemã, reside em seu significado histórico. Para Rosenberg, foi a última vez que o operariado alemão pegou em armas espontaneamente. Depois disso, seu élan revolucionário espontâneo esgotou-se. As inúmeras lutas travadas de janeiro de 1919 a março de 1921 tiveram uma consequência trágica: a vanguarda dos trabalhadores alemães, sobretudo na Alemanha Central e na região do Ruhr, mas também na Saxônia e na Baviera, foi destroçada. Muitos morreram, muitos foram presos, o restante perdeu o ânimo para continuar lutando.

Também para o KPD a "ação de março" teve consequências catastróficas. Um setor importante, que não apoiava a linha aventureira da direção nacional e da IC (o comitê executivo da IC aprova a "ação de março", mas mais tarde, sob a influência de Lênin, a critica), sai do partido, que, em poucas semanas, perde duzentos mil membros. A repressão aos comunistas é brutal: militantes são presos, jornais proibidos, dezenas de milhares de grevistas demitidos ou postos na lista negra dos patrões. Em muitas fábricas rompem-se os

vínculos recentemente criados entre o núcleo comunista, agora isolado, e os trabalhadores que começavam a entrar na sua esfera de influência.

Mas, afinal, de quem era a responsabilidade por tamanho desastre?

Um pouco antes da "ação de março", Levi, Dãumig, Clara Zetkin, entre outros importantes dirigentes do KPD que divergiam no tocante às "21 condições", não tendo apoio dentro do partido, demitem-se. A nova direção, mesmo sem fazer parte da ala esquerdista, é mais obediente aos delegados da IC e se lança na insurreição, como vimos. Levi discorda, publica uma brochura em que critica vivamente a tática dos dirigentes alemães - e também os métodos da IC.

Na sua visão, a conjuntura mundial está longe de ser propícia à tomada do poder pelo proletariado. Ela é dominada pela contraofensiva burguesa e a massa dos trabalhadores segue a social-democracia. Assim, a tática correta para os comunistas, que são minoria na classe operária, não é procurar fazer avançar a revolução a qualquer custo, o que os levaria ao isolamento, mas tratar de conquistar os seis milhões de trabalhadores organizados nos sindicatos dominados pela social-democracia. Essa é uma situação típica da Europa Ocidental, que os russos não conheceram e que subestimam. Em suma, o KPD, como partido minoritário na classe operária, não podia cair no despropósito de entrar na luta no lugar do proletariado ou até mesmo contra ele, o que tinha acontecido no decorrer da "ação de março" em várias fábricas, quando os trabalhadores se recusavam a entrar em greve.

Nessa mesma brochura Levi tocou num ponto sensível para os russos: chamou de irresponsáveis e incompetentes os delegados da IC enviados para dar "conselhos" aos alemães e criticou os métodos intriguistas que usavam para fazer vencer suas posições. Em suma, Paul Levi (como Rosa Luxemburg antes dele) se opunha a encarar a Revolução Russa e o partido bolchevique como modelos a ser servilmente imitados pelos partidos comunistas europeus. 0 fracasso da "ação de março" só vinha confirmar esse diagnóstico. Mas os tempos haviam mudado e essa atitude independente não era mais possível. A resposta do KPD às críticas foi a expulsão de Levi em abril de 1921, posteriormente ratificada pelo 3° Congresso da IC. Levi funda então a Comunidade de Trabalho Comunista (Kommunistische Arbeitsgemeinschaft, KAG), exigindo em primeiro lugar mais independência em relação à IC e uma política mais realista do KPD.

No interior do partido comunista, as dissensões continuaram durante todo o ano de 1921.

A TÁTICA DE FRENTE ÚNICA

A insurreição na Alemanha Central foi desencadeada num momento em que a Rússia soviética, logo após a guerra civil vencida pelos bolcheviques, atravessava a mais grave crise de sua história. Numa situação de penúria extrema e de completo isolamento internacional, os bolcheviques precisavam desesperadamente que a revolução fosse bem-sucedida no mundo ocidental. Isso explica parcialmente a teoria da "linha ofensiva" defendida pelos delegados da IC na Alemanha.

Porém, a sucessão de derrotas na Europa Ocidental, além de uma série de graves problemas internos na Rússia (rebeliões e sabotagens de camponeses que se opunham à requisição de víveres, produção paralisada nas fábricas, mercado negro, tudo isso culminando na revolta dos marinheiros de Kronstadt, em março de 1921, afogada em sangue), obriga os bolcheviques a uma guinada radical. É a época da "nova política econômica', que tem como um de seus objetivos principais obter a participação do capital estrangeiro na reconstrução do país.

Essa mudança na política econômica russa se traduz numa guinada nas diretrizes da IC para os Partidos Comunistas fora da Rússia. No seu 3° Congresso, em julho de 1921, a IC reconhece que a conquista do poder pelo proletariado era um processo mais lento do que se pensara anteriormente, e que os partidos e sindicatos social-democratas dominam a classe operária. Consequentemente, quando a delegação alemã chega a Moscou para o Congresso da IC, ela é severamente criticada por Lênin, pela sua atuação durante a insurreição de março. Ele considera que é necessário enterrar de uma vez por todas as loucuras da "teoria da ofensiva", sua análise coincidindo no essencial com a de Paul Levi.

Dessa constatação nasce, no final de 1921, a nova tática de frente única que nada mais era - ironia da história - que a retomada da proposta política de Levi e da "carta aberta" de janeiro desse ano. Os Partidos Comunistas fora da Rússia deviam evitar ações revolucionárias precipitadas e lutar com os dirigentes reformistas do proletariado pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Essa seria a tática correta para fortalecer e conquistar a

maioria dos trabalhadores "tais como eles são, com todas as suas ilusões, com todas as suas hesitações, com toda a sua ligação com os velhos dirigentes e com as velhas ideias" (Radek apud Broué, 1971, p.566).

Os comunistas alemães deviam se abster de fazer propaganda a favor da "ditadura do proletariado" e defender um governo operário parlamentar. A guinada na tática comunista foi tão abrupta que a social-democracia não a levou a sério. E é claro que a pessoa mais apropriada para pôr em prática a nova tática era precisamente Paul Levi, que acabava de ser expulso do partido sob o epíteto de "traidor", aliado da "contrarrevolução".

O fato é que a Rússia soviética continuava precisando urgentemente sair do isolamento - daí essa política relativamente moderada, que procurava evitar atritos com o governo de Berlim. Também a Alemanha, proibida pelo Tratado de Versalhes de fabricar armas e fazer treinamentos militares, além do problema das reparações a que já nos referimos, precisava do apoio da Rússia contra os países aliados para enfrentar a difícil situação econômica criada pelo Tratado. Isso levou a uma aproximação dos dois países durante o ano de 1921, que resultou, em abril de 1922, na assinatura do Tratado de Rapallo, cujo responsável, pelo lado alemão, era o ministro dos Negócios Estrangeiros, Walter Rathenau. O Tratado anulava as dívidas dos dois parceiros, as "reparações" devidas pelo governo alemão à Rússia e as "indenizações" devidas pelo governo russo pelos bens alemães nacionalizados; além disso, renovava as relações diplomáticas e fazia da Alemanha a "nação mais favorecida" no comércio exterior russo. Considerado pelos historiadores um grande sucesso da política exterior russa e alemã, o Tratado de Rapallo deixou a Inglaterra e a França "de cabelo em pé".

Com a expulsão de Levi em abril de 1921, e de seus partidários no KPD em janeiro de 1922, para o que não faltou a colaboração do comitê executivo da IC (Lênin, Trotski, Zinoviev, Bukharin, Radek), o KPD vai se transmutando num agrupamento dilacerado por ódios pessoais, intrigas e lutas fratricidas que o enfraquecem. Nesse contexto, elementos de fraca envergadura política e teórica, sem falar da pouca integridade moral, são levados a ocupar posições dirigentes. É o caso de dois "demagogos" (nas palavras de Lênin) ultraesquerdistas, dirigentes do distrito de Berlim-Brandenburgo, Arkadi Maslow e Ruth Fischer (na realidade, Elfriede Eisler, irmã do famoso compositor Hans Eisler, colaborador de Brecht), que em 1924 chegam à liderança do partido. Quanto ao primeiro, Lênin referia-se à

sua "falta de inteligência", explicando que empregava essa fórmula apenas para se "exprimir polidamente" (Broué, 1971, p.543). Já Ruth Fischer, entre outros feitos, passou à posteridade por comparar, em 1924, no início do processo de bolchevização do KPD, a influência das ideias de Rosa Luxemburg aos estragos provocados pelo bacilo da sífilis. Dela dizia a velha Clara Zetkin, que "suas posições políticas variavam conforme as vicissitudes de sua vida sexual" (apud Broué, 1971, p.457).

A tática de "frente única" foi posta em prática pela primeira vez depois do assassinato de Walter Rathenau por membros da organização de extrema direita Cônsul, no dia 24 de junho de 1922. Esse assassinato, que veio na sequência de uma série de atentados contra políticos social-democratas, co munistas e republicanos, provocou uma enorme indignação no país inteiro, levando o chanceler Wirth a declarar, num discurso no Reichstag, que o "inimigo está à direita". É promulgada uma "lei para a defesa da República" com o objetivo de prevenir a violência política, lei que foi muito útil contra os militantes de esquerda.

0 KPD aproveita a ocasião para tentar pôr em prática sua política de "frente única" e propõe uma reunião, que é aceita, aos outros partidos operários e sindicatos. Uma manifestação conjunta no dia 27 de junho reúne milhões de pessoas em todas as grandes cidades da Alemanha. Mas as velhas querelas entre social-democratas e comunistas voltam à cena, há má vontade dos dois lados, e mais uma vez o KPD é isolado por seus adversários social-democratas, que se esforçam para explorar contra ele a aspiração unitária da classe trabalhadora. Essa primeira campanha pela frente única, tendo resultado em fracasso, acaba por reforçar no KPD a audiência esquerdista. Novamente vem à baila a teoria da ofensiva. Um exemplo é esclarecedor: os dirigentes do distrito de Berlim-Brandenburgo, Maslow e Ruth Fischer, bem conhecidos por seu ativismo esquerdista, organizam no dia 15 de outubro o ataque a uma reunião pública de extrema direita que se realizava no Circo Busch. Resultado: cinquenta feridos e um morto entre os atacantes comunistas. Nos dias seguintes, mais de cinquenta comunistas são presos, entre eles Brandler e Talheimer, membros da central.

O 4° Congresso da IC, em novembro de 1922, confirma a tática da frente única, coroada pela palavra de ordem "governo operário socialista" Radek resume bem as tarefas táticas que os comunistas alemães têm pela frente:

> 0 partido comunista não deve esquecer que ainda não representa a maioria da classe operária alemã e que sua tarefa imediata consiste em conquistar esta maioria e novas posições em vista do assalto próximo. ... Ele deve opor-se tanto ao putschismo quanto à passividade. (apud Broué, 1971, p.633)

Mas, para os comunistas alemães, a frente única sempre foi um problema na prática e um divisor de águas entre a ala moderada e a ala esquerdista, liderada por Ruth Fischer, que a considerava "oportunista" e "revisionista" Na política cotidiana era preciso enfrentar a complicada questão das alianças com a social-democracia nos governos locais. Os comunistas alemães sempre tiveram uma posição ambígua a esse respeito. Quando se apresentou a ocasião concreta de formar com os social-democratas um governo operário na Saxônia (comunistas e social-democratas obtiveram a maioria absoluta nas eleições de 1922), a pressão dos russos, forçando os dirigentes comunistas alemães a não fazer nenhuma concessão aos social-democratas, impediu que a empreitada fosse adiante. Por sua vez, os social-democratas, neste caso preciso, também recusaram uma das condições dos comunistas, contribuindo assim para o insucesso da aliança. Pelo menos por enquanto ficava descartada a possibilidade de um governo operário na Saxônia.

O fracasso da política de frente única revelou mais uma vez que a social-democracia não queria, de modo nenhum, fazer alianças com os comunistas que levassem à ruptura da coalizão com os partidos burgueses, e que, como sempre, usaria toda a sua influência sobre a classe operária para evitar enfrentamentos de classe. Do lado comunista, avanços, recuos, ambiguidades, mas sobretudo a submissão à interferência da IC nos assuntos internos do partido mostravam a dificuldade de formular uma política de transição revolucionária num país capitalista avançado.

Até o final de 1922 a contrarrevolução se fortalece. 0 governo Wirth, sem resolver os dois problemas fundamentais, as reparações e a inflação, perde a maioria no Reichstag e se demite. Em novembro de 1922, Wilhelm Cuno, católico de direita e diretor da mais importante companhia de navegação alemã, a Hamburg-Amerika-Linie, é nomeado chanceler e forma um governo do grande capital, com representantes do Partido Popular (DVP), da ala conservadora do Zentrum, e um democrata. O Zentrum, sem Erzberger, tinha sofrido uma forte guinada à direita. Sua tradicional área de influência, formada pelos camponeses e pelos sindicatos operários católicos, inclinava-se crescentemente para um governo autoritário e

conservador. 0 SPD, não querendo colaborar numa coalizão desse tipo, passa para a oposição.

1923 - O "ANO TERRÍVEL"

Para a maioria dos alemães, 1923 foi o ano da fome e da mais violenta crise social até então. Os trabalhadores tiveram seus salários reduzidos a menos da metade do que recebiam em 1914, a pequena burguesia viu suas economias evaporarem pela inflação. A sociedade burguesa parecia à beira do colapso: a especulação, a corrupção e a prostituição triunfavam. 1923 também foi o ano em que a unidade do Reich se viu ameaçada: os franceses dominavam nas regiões do Reno e do Ruhr, a extrema direita na Baviera, a extrema esquerda na Alemanha Central, e o governo oficial no Norte. 1923 foi o ano em que extrema esquerda e extrema direita planejaram golpes para tomar o poder. Foi por fim o ano em que, pagando um preço altíssimo, a democracia burguesa conseguiu sobreviver. E ela se manteve, a duras penas, por mais dez anos, até a chegada de Hitler ao poder.

INFLAÇÃO

A inflação que havia começado durante a guerra, se acelera num ritmo galopante em 1923, levando a maioria da população à miséria. A queda do marco, constante em 1922, torna-se fulminante a partir da ocupação do Ruhr. 0 quadro é bem conhecido, ele permaneceu na memória de todos, não só dos alemães. O dólar valia 8.000 marcos em dezembro de 1922, 20.000 em janeiro de 1923, 1 milhão no começo de agosto, e 325 milhões de marcos em 20 de setembro. No fim do verão, os preços subiam de hora em hora. 0 dinheiro perdeu completamente o valor. Os camponeses se recusavam a vender os produtos das colheitas, as lojas ficaram vazias, os mercados desertos. Os habitantes das cidades faziam incursões ao campo e pilhavam as propriedades rurais. A hiperinflação fez que todos os conceitos tradicionais de ordem, propriedade e legalidade se dissolvessem.

A pequena burguesia, que havia feito suas economias em dinheiro, e os assalariados eram os que mais sofriam. Em contrapartida, o capital financeiro, os proprietários rurais e os industriais enriqueciam com a inflação. Segundo Rosenberg:

> a inflação foi objetivamente uma espécie de revanche realizada pelas antigas camadas superiores, os grandes capitalistas e os grandes proprietários de terras contra a massa do povo. Foi a

desforra pelo susto que os senhores levaram em 9 de novembro e nos meses seguintes. (1983, p.106)

A pergunta que ainda hoje nos fazemos é como foi possível um processo inflacionário dessa envergadura num dos países economicamente mais poderosos do mundo. A interpretação clássica do processo inflacionário alemão, confirmada pelas pesquisas atuais em história econômica e social, é basicamente a seguinte:

A inflação começou durante a guerra, à medida que o governo precisava saldar contas altíssimas. Na impossibilidade de aumentar os tributos dos trabalhadores já muito sacrificados, e não querendo aumentar os impostos do grande capital, restava a solução de fazer enormes empréstimos, na esperança de poder saldá-los com os lucros de uma vitória rápida. Como a guerra se prolongava, restava o recurso de imprimir mais papel-moeda. Consequentemente, entre 1914 e 1918 os preços duplicaram.

Porém, essa política de financiamento das despesas governamentais não acabou com a guerra. Ela tinha muitas vantagens para o grande capital. Mais tarde tornou-se comum nos círculos nacionalistas e de direita jogar a culpa da inflação nas reparações de guerra e nas perdas territoriais impostas pelo Tratado de Versalhes, as dificuldades monetárias sendo apresentadas como dificuldades no pagamento das reparações. Tal explicação não basta, pois os pagamentos das reparações só começaram em janeiro de 1920, e o aumento dos preços foi anterior a essa época.

Além disso, a inflação não era inevitável. Muitos economistas da época pensavam que ela poderia ter sido impedida se o governo alemão estivesse disposto a utilizar suas reservas em ouro e a introduzir um sistema de impostos viável. De fato, em três ocasiões, o governo conseguiu estabilizar provisoriamente o valor da moeda: em 1920, no início de 1922, e por fim em março/abril de 1923, o que mostra que, com vontade política, a inflação podia ser controlada. Como concluíram estudos recentes, entretanto, talvez essa vontade não existisse, porque a inflação até o fim de 1922 era uma "estratégia econômica e política racional", que servia aos "interesses nacionais", uma vez que os empréstimos norte-americanos feitos até o verão de 1922 eram pagos em moeda desvalorizada, e assim, as perdas ficavam por conta dos credores. No entanto, não deixa de ser questionável uma separação estrita entre uma inflação "positiva" até o fim de 1922 e uma "negativa" em 1923, uma vez que se trata justamente de um processo, com todas as terríveis consequências econômicas, sociais e

políticas bem conhecidas.

O fato é que nenhum governo podia levar adiante uma política financeira estabilizadora contra a oposição de parte do grande capital, que lucrava com ela. Os industriais alemães repetiam sempre que deter a queda do marco seria ruim para as exportações, os empregos e a economia alemã como um todo. Convencidos de que a crise monetária era causada pelo deficit das exportações, pensavam que a queda do marco reduziria seus encargos, facilitaria as exportações, e com isso aumentaria a produção e permitiria a retomada do desenvolvimento econômico.

O exemplo de Hugo Stinnes, o industrial mais poderoso da Alemanha na época, ilustra bem o caso. Stinnes referia-se frequentemente à "arma da inflação", que sabia manejar com grande destreza em proveito próprio. 0 império industrial que ele controlava cresceu de forma poderosa com o aumento dos preços a partir de 1914. Ele e outros grandes industriais tinham fácil acesso ao crédito bancário, que pagavam depois em dinheiro desvalorizado. Com isso podiam comprar empresas menores sem acesso ao crédito. Durante a guerra, o império de Stinnes cresceu até abarcar minas de carvão, fábricas de ferro e aço, e uma parte da indústria elétrica. A inflação que continuava no pós-guerra permitiu-lhe estender esse império a fábricas de papel e tipografias, jornais e editoras, estaleiros e companhias de navegação, hotéis e fazendas, chegando por fim a quatro mil empresas diferentes. Além disso, seu controle sobre as exportações forneceu-lhe divisas estrangeiras, permitindo-lhe especular contra o marco e comprar nada menos que 572 empresas no exterior. Em suma, os grandes capitalistas realizavam seus lucros em dólar ou ouro, mas pagavam suas dívidas, impostos e salários em marcos, fazendo assim negócios milionários.

Sempre que o governo procurava estabilizar o marco, os grandes industriais se opunham a essas tentativas. Por exemplo, a decisão de Stinnes de realizar uma compra maciça de divisas deu novo impulso à espiral inflacionária em abril de 1923. Com o não pagamento de impostos e a inflação, que arruinava o Estado, o povo e o país, os industriais queriam garantir seu poder e aumentar a fuga de capitais para o exterior.

Quando o chanceler Wirth pediu aos industriais que o ajudassem a controlar a inflação, estes propuseram, como contrapartida a um eventual repatriamento de capitais e à abertura de créditos em divisas, que o governo privatizasse as ferrovias e lhes concedesse grandes

vantagens fiscais, o que não foi aceito. Isso dá bem a medida do "patriotismo" da grande indústria. Mais tarde, em outubro de 1923, os mesmos "patriotas" exigiram o aumento da jornada de trabalho, o fim de numerosas vantagens sociais, a supressão das subvenções para o pão e a reprivatização das ferrovias.

Isso significava, na prática, a liquidação de todas as poucas conquistas obtidas pelos trabalhadores com a Revolução de 1918. A inflação era de fato uma boa "arma", que contribuía para o aumento da concentração e acumulação do capital à custa dos trabalhadores, da pequena burguesia, e também de uma parte da burguesia. Nas palavras lapidares de Rosenberg, a inflação na Alemanha foi "uma das maiores roubalheiras da história mundial" (1983, p.129). E sua consequência mais perversa foi a ascensão do movimento nazista e a vitória de Hitler.

CRESCIMENTO DO KPD

A desestruturação econômica da sociedade durante o ano de 1923 teve como resultado político imediato o enfraquecimento do SPD e dos sindicatos. Sua eterna tática legal-parlamentar afastava os trabalhadores, que viam com clareza que de nada adiantava lutar por melhores salários imediatamente corroídos pela inflação. Ao mesmo tempo, não só o dinheiro das cotizações sindicais perdia o valor, como também os trabalhadores deixaram de pagá-las. O descontentamento interno com a tática da social-democracia levou à criação de uma oposição de esquerda no interior do partido, juntando homens como Erich Zeigner, que em março lideraria um "governo operário" na Saxônia, e o veterano Paul Levi, que continuava defendendo a frente única com os comunistas.

Um dos resultados mais evidentes da crise revela-se no crescimento do KPD. No verão de 1923, ele tem mais influência sobre os trabalhadores que a social-democracia. Os comunistas passam a organizar-se melhor no interior das fábricas; as vendas de seus jornais aumentam, chegando a ficar à frente da imprensa social-democrata; o número de facções comunistas no interior dos sindicatos cresce significativamente; e o mais importante, o movimento dos conselhos de fábrica, liderado pelos comunistas, aumenta rapidamente, passando a preencher o vazio político deixado pelos sindicatos. Além disso, sob a iniciativa dos conselhos de fábrica multiplicam-se os "comitês de controle", cuja tarefa é controlar os preços dos alimentos e dos aluguéis, combater a especulação e o mercado negro. Também se

formam "centúrias operárias", espécie de milícias de trabalhadores que de fato só se desenvolverão de maneira considerável na Saxônia e na Turíngia, onde têm proteção oficial e crédito fornecido pelos governos social-democratas de esquerda.

A OCUPAÇÃO DO RUHR

A crise referente às reparações atingiu o auge no governo Cuno, quando os franceses, constatando que a Alemanha não entregara as quantidades prescritas de madeira e carvão, ocuparam em 11 de janeiro de 1923, com a ajuda de tropas belgas, a região do Ruhr. Os Estados Unidos, a Inglaterra e a Itália não colaboraram com os franceses, mas também nada fizeram para atrapalhar seus planos. No verão, essas tropas chegaram a cem mil homens, equivalente ao total do exército alemão permitido pelo Tratado de Versalhes.

Na Alemanha, a reação lembrava agosto de 1914: um grito quase unânime de indignação nacional que parecia apagar temporariamente as fronteiras entre as classes e uni-las numa luta conjunta para salvar os destinos da pátria. 0 governo, sem possibilidade de oferecer resistência armada, interrompeu imediatamente todos os pagamentos de reparações à França e à Bélgica, e convocou a população do Ruhr à "resistência passiva"; todos os funcionários, inclusive os das ferrovias, estavam proibidos de cumprir ordens das forças de ocupação. Essa orientação não só foi aprovada no Reichstag (284 votos contra 12) como suscitou uma campanha patriótica de quase todas as forças políticas, com exceção de uma parte dos social-democratas e do KPD.

Os generais franceses responderam à política do governo e da população com o afastamento dos funcionários, em particular da administração civil e das ferrovias, confiscos, e a total separação econômica da região do Ruhr em relação ao restante do Reich. O relacionamento entre as tropas francesas e a população alemã na região ocupada foi se tornando cada vez pior: soldados franceses atiravam em manifestantes, e eram frequentes as prisões e expulsões em massa de funcionários alemães.

Os trabalhadores da região propõem então uma greve geral, única maneira de resistir eficazmente à ocupação. Mas os proprietários das minas de carvão não querem saber de greve. Assim que ocupam a região, os franceses proíbem a exportação de carvão para a Alemanha não ocupada. Os proprietários das minas, preocupados com seus lucros, negociam imediatamente com o ocupante, sob pretexto de que é necessário carvão para as indústrias locais e para o Reich tão logo se

possa remetê-lo. Prevaleceu assim o ponto de vista dos "patrióticos" empresários, e a extração de carvão na região do Ruhr, embora limitada, nunca cessou.

Por isso, Arthur Rosenberg considera a "resistência passiva" dos industriais de 1923 uma "lenda" Por mais que a situação fosse difícil para a população local, a luta em torno do carvão teve, segundo ele, ares de "tragicomédia": os mineiros extraíam pacificamente o carvão e o deixavam amontoado. Um dia, os militares franceses apareciam nas minas. Os mineiros e os funcionários alemães, desarmados, deixavam as minas. Os franceses ficavam sozinhos e, com a ajuda de trabalhadores estrangeiros terceirizados, removiam o carvão e abandonavam o local. Os mineiros e os funcionários alemães reapareciam e retomavam o trabalho; novamente amontoavam o carvão; novamente os franceses apareciam, e assim por diante. A isso se chamou "resistência nacional passiva", comenta ironicamente nosso historiador.

Mas o fato é que a maioria da população levou a sério a palavra de ordem de resistência passiva: greves e manifestações se sucediam continuamente. No dia 31 de março, em Essen, os franceses, ao tentarem requisitar caminhões das fábricas Krupp que serviam para transportar víveres, enfrentaram forte resistência dos operários. Resultado: 13 operários mortos, 42 feridos. No fim de maio, quatrocentos mil mineiros e metalúrgicos do Ruhr entraram em greve. Temendo as consequências, um alto funcionário alemão, adjunto do prefeito de Dusseldorf, escreveu ao general francês Denvignes, pedindo que este deixasse entrar as tropas do exército alemão na zona ocupada para "restabelecer a ordem":

> Na presença desses perigos, permito-me enfatizar as pesadas responsabilidades em que o comando francês incorreria mostrando-se indulgente com a anarquia. Se ele não agir por conta própria, tem pelo menos o dever de deixar às autoridades alemãs as mãos livres para realizar o seu ... Permito-me lembrar a propósito que, no momento da Comuna de Paris, o comando alemão auxiliou as tropas francesas reprimindo a insurreição. (apud Broué, 1971, p.674)

A moral da história é conhecida: as classes dominantes alemãs - especuladores financeiros, grandes industriais e grandes proprietários de terras - não estavam dispostas a desistir de seus lucros, e muito menos a permitir a agitação nos meios operários, temendo que a

dissolução da ordem social pusesse novamente a revolução na ordem do dia.

Contudo a política de conciliação do chanceler Cuno com os "capitalistas sabotadores" (Rosenberg, 1983) não teve sucesso. 0 governo, além de ter de pagar os funcionários em férias involuntárias, não recebia impostos da região ocupada, nem as remessas de carvão eram feitas para o resto do país. Com isso, as poucas reservas em divisas foram gastas para comprar carvão no exterior. Como não havia nenhuma possibilidade de aumentar os impostos da população do Reich - que passava igualmente por uma miséria extrema -, só um sétimo das necessidades financeiras do país, já em abril de 1923, era coberto pelas receitas regulares; para o que faltava imprimia-se papel-moeda. A partir de agosto o marco foi reduzido a pó. Quando o dólar ascendeu à casa dos milhões, a resistência passiva e o plano de Cuno acabaram de fato. Foi aí que começou a hiperinflação, cujas histórias entraram para a mitologia social dentro e fora da Alemanha, como a do estudante que, enquanto tomava uma xícara de café, viu seu preço subir 80%.

0 VERÃO VERMELHO

Na sua clássica história da República de Weimar, publicada em 1935, Arthur Rosenberg avalia (com uma certa dose de wishful thinking esquerdista) que

> nunca houve na história recente da Alemanha um período tão favorável a uma revolução socialista quanto o verão de 1923. ... Ninguém podia atribuir aos socialistas ou aos republicanos a responsabilidade pela terrível situação que se desenvolvera desde a ocupação do Ruhr. (1983, p.135)

O governo Cuno, do qual os socialistas não faziam parte, era o responsável pelo caos criado pelo conflito com a França e pela orgia inflacionária. A situação era tão crítica que todos os grupos sociais entraram em movimento, cada um à sua maneira.

Pela direita eram as paixões nacionalistas que se exacerbavam com a invasão: grupos paramilitares formados por antigos membros dos corpos francos acorreram à região do Ruhr e com o apoio explícito do governo, do Exército e dos industriais, multiplicavam sabotagens e atos terroristas. Essa atuação típica das milícias de extrema direita era consequência do crescimento do movimento nacionalista que arrebatou, sobretudo, a pequena burguesia.

A Alemanha estava coberta de Norte a Sul, e de Leste a Oeste, por uma rede de organizações ilegais, compostas de soldados e oficiais dos antigos corpos francos, que não queriam voltar à vida civil. Nesse vasto leque das forças de direita encontravam-se também, entre outras, associações estudantis nacionalistas e de proprietários de terras, que existiam desde 1919, financiadas pelo grande capital. Esse conjunto de forças só estava à espera de poder dar o golpe que levaria a cabo o que Kapp quisera, em vão, realizar.

Na origem, o movimento nacionalista não estava ligado a nenhum partido em particular, mas atravessava em maior ou menor grau todos os partidos da direita, em particular o DNVP. E, como já mencionamos, concentrava-se em Munique, a capital nacionalista da Alemanha desde 1920, onde o governo contrarrevolucionário protegia todas as associações secretas e todos os conspiradores perseguidos pela justiça. Aliás, Munique podia vangloriar-se de ter sido a cidade de origem do primeiro partido caracteristicamente nacionalista, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei, NSDAP), fundado por Hitler em 1920 e que almejava, como o próprio nome indica, tirar os trabalhadores da esfera de influência do socialismo.

Desde o fim de 1922 os comunistas se preocupavam com o desenvolvimento do movimento nacionalista em geral, e com o do partido nazista em particular. Vários artigos na imprensa comunista, no primeiro semestre de 1923, e a reunião ampliada do comitê executivo da IC em Moscou em junho foram dedicados exclusivamente a essa questão, e não à conquista do poder na Alemanha.

Nessa reunião da IC, Karl Radek (que a partir do 3° Congresso da IC, em julho de 1921, era o principal dirigente político do KPD, além de diplomata soviético oficioso para os dirigentes alemães) procurou convencer o KPD a fazer uma aliança com os grupos de extrema direita no âmbito da luta contra a ocupação francesa do Ruhr. Ao propor a colaboração entre nacionalistas e comunistas na Alemanha, Radek tinha em mente fortalecer a oposição entre franceses e alemães, que no seu entender vinha ao encontro da política externa soviética. Dessa proposta de Radek seguiu-se a chamada "linha Schlageter" na Alemanha (julho/ setembro de 1923), em homenagem ao militante nazista Leo Schlageter, que depois de uma tentativa fracassada de sabotar uma ferrovia visando a impedir os transportes para a França foi fuzilado pelas forças de ocupação francesas em maio de 1923, e mais tarde transformado em herói nacional pelo nazismo.

Com isso, Radek retomava uma ideia anterior de dois militantes comunistas - conhecida como "nacional-bolchevismo" -, que haviam deixado o KPD em 1919, segundo a qual o povo alemão seria destruído pelo Tratado de Versalhes caso não houvesse uma aliança de todas as forças da nação contra o Ocidente. Radek supunha, além disso, que essa aliança ajudaria a Rússia soviética, adversária das potências ocidentais no terreno da política externa - daí a proposta de união entre a Rússia e a Alemanha derrotada contra o Ocidente, já descartada por Lênin em janeiro de 1920 como um "enorme disparate".

Mas, em 1923, Radek voltou à carga e apresentou a mesma estratégia no seu famoso discurso sobre Schlageter. No dia 26 de junho de 1923, Die Rote Fahne publicou na primeira página seu artigo, com o título "Leo Schlageter, o peregrino do nada" Ali era dito que o corajoso soldado da contrarrevolução merecia o reconhecimento dos soldados revolucionários. E perguntava: contra quem queriam lutar os nacionalistas?

> Com quem querem eles aliar-se? Com os operários e camponeses russos para rechaçar conjuntamente o jugo do capital da Entente, ou com o capital da Entente para escravizar o povo alemão e russo ...? Agora ... perguntemos às massas leais e patrióticas que lutam contra a invasão imperialista francesa: em quem querem vocês apoiar-se? (apud Hermann Weber, 2003, p.25)

O único caminho para os patriotas, no entender de Radek, era aliar-se à Rússia soviética e ao KPD. Uma "guerra popular" contra a França era a palavra de ordem de nacionalistas e comunistas.

Na sequência, o KPD criou círculos de discussão nos quais comunistas e nacionalistas se encontravam para preparar a luta contra a França. A juventude comunista travou relações com as organizações estudantis nacionalistas. "Concentrem a propaganda na linha Schlageter!" era a palavra de ordem do KPD. 0 deputado comunista Hermann Remmele foi saudado em Stuttgart com "aplausos entusiasmados de fascistas e operários". 0 próprio Radek publicou em julho de 1923 uma brochura intitulada "Schlageter - Uma polêmica", em que discutia o futuro do nacional-bolchevismo com os nacionalistas Reventlow e A. Moeller van den Bruck. 0 conde Reventlow chegou a publicar um artigo na Rote Fahne, em que pedia que "cessassem sobretudo os atuais combates violentos dos comunistas contra os nacionalistas" (apud Hermann Weber, 2003, p.26).

Entretanto, a aliança com a extrema direita começou a ser torpedeada por forças contrárias na IC e no próprio KPD. Tanto que em 29 de julho, embora proibida em todo o Reich, foi realizada uma "jornada antifascista". Em setembro, o conde Reventlow publicou um último artigo na Rote Fahne, e a partir daí sumiu a "linha Schlageter", que propunha a cooperação entre comunistas e fascistas no suposto interesse da política externa soviética.

Quem acabou pondo fim a essa tática desastrosa, que só teve resultados negativos para o KPD, foram os dirigentes nazistas, temerosos de perder adeptos. Os social-democratas aproveitaram para denunciar a aliança entre nazistas e comunistas, o que durante um curto espaço de tempo acabou por confundir as fronteiras entre os dois partidos. É evidente que esse episódio secundário na epopeia daqueles dias tumultuosos não pode ser avaliado de forma anacrônica, projetando sobre o passado a realidade posterior do nazismo. De qualquer modo, não deixa de ser revelador do grau de confusão política de uma parcela dos comunistas alemães.

A intolerável situação econômica traz novamente à cena o movimento operário, embora enfraquecido. A temperatura sobe constantemente em todo o país, a partir do começo de junho, à medida que a crise se agrava, que o marco cai e os preços sobem. Greves espontâneas e manifestações pela defesa dos salários, em que se faz sentir o peso crescente dos conselhos de fábrica e dos comunistas, se sucedem continuamente.

Em junho e julho as greves se multiplicam, acabando por desembocar na greve geral de agosto, cuja principal palavra de ordem era a destituição do governo Cuno. A atmosfera torna-se cada vez mais explosiva; na imprensa burguesa volta a expressão "Novemberstimmung" (atmosfera de novembro), numa alusão a novembro de 1918. A greve começa espontaneamente em Berlim no dia 10 de agosto, e no dia 11 o comitê de ação dos conselhos de fábrica, conhecido como Comitê dos Quinze, controlado pelos comunistas, propõe uma greve geral de três dias, o que é aceito unanimemente pelos delegados dos conselhos de fábrica presentes à reunião. Os trabalhadores reivindicavam, além da garantia do abastecimento de víveres, a demissão de Cuno. De Berlim, a greve se estende para outras partes do país.

Nesse mesmo dia, à tarde, a bancada social-democrata no Reichstag, em reunião extraordinária, retira seu apoio a Cuno e se declara disposta a entrar num governo de "grande coalizão" que faça

"pagar os ricos" e alivie a miséria dos trabalhadores. É o golpe de misericórdia em Cuno, que se demite no dia 12 de agosto. No dia 13 é formado um governo da "grande coalizão" (SPD, DDP, Zentrum, DVP). Era a tentativa, como declarou o novo chanceler Gustav Stresemann, da ala direita do Partido Popular (DVP), de "unir todas as forças a favor das ideias constitucionais" Mais uma vez, para resolver a crise, a burguesia estende a mão aos social-democratas, que ficam com quatro ministérios, entre eles o das Finanças, ocupado por Hilferding. A greve reflui, mas a "atmosfera de novembro" permanece.

PLANEJAMENTO DA INSURREIÇÃO

A greve de agosto, que ajudou a derrubar o governo Cuno, pegou de surpresa os dirigentes da IC e pôs em questão a tática moderada adotada nos últimos tempos pelo KPD. Agora, ao que tudo indicava, a revolução batia à porta.

0 bureau político da IC se reúne finalmente no dia 23 de agosto em Moscou. É a primeira vez, depois da doença de Lênin, que os dirigentes bolcheviques precisam tomar uma decisão importante. Após muito debate, concluem ter chegado a hora da insurreição, e que esta deve ser preparada. Num encontro em Moscou - para o qual são convidados os representantes do KPD na IC, Clara Zetkin e Edwin Hoernle, o presidente do partido, Brandler, e os representantes da esquerda, Ruth Fischer, Maslow e Thãlmann -, que dura do fim de agosto ao fim de setembro, é posto de pé um plano de ação político e técnico, visando a levar a cabo a revolução na Alemanha.

Assim que chegam a Moscou, os alemães se surpreendem com o entusiasmo despertado pela ideia da proximidade da revolução na Alemanha. A cidade está coberta de cartazes convidando a juventude russa a aprender alemão, a fim de ajudar nas tarefas revolucionárias. Nas fábricas, universidades, escolas, todos os dias há reuniões tendo por tema a ajuda aos operários alemães. Bukharin é aplaudido pelos estudantes quando lhes pede que troquem os livros pelos fuzis. Resoluções aprovadas em assembleias de fábricas dizem que os operários russos renunciam a aumentos de salário e até aceitam reduções de salário para ajudar a Revolução Alemã. E assim por diante. Esses são, entre outros, alguns dos exemplos relacionados pelo historiador francês Pierre Broué, mostrando a esperança depositada pelos russos na futura revolução vizinha, que os ajudará a sair do isolamento.

Na Alemanha, os comunistas também se enchem de expectativas. E é claro que governo e polícia fazem sua parte: suspendem a circulação de vários jornais comunistas, entre eles Die Rote Fahne, e proíbem o conselho geral dos conselhos de fábrica da grande Berlim no dia 26 de agosto, visto como simples cobertura do KPD.

Em Moscou, as discussões sobre os preparativos da insurreição se prolongam por várias semanas. Tanto a direção moderada do KPD, representada por Brandler, quanto a ala esquerdista radical, liderada por Ruth Fischer, concordam que a tomada do poder está próxima. Todos acreditam que os conselhos de fábrica, ponto de encontro das massas revolucionárias naquele momento, representarão na Alemanha o papel que os sovietes haviam tido na Revolução Russa. Os preparativos técnicos da insurreição, voltados para as questões militares, são cuidadosamente elaborados. As milícias proletárias (centúrias), organizadas desde o começo do ano, teriam papel principal no início da insurreição. Não é fácil avaliar sua força real, mas há estimativas de que em outubro contariam com cem mil homens, metade na Saxônia e na Turíngia, onde funcionavam legalmente. Apenas um quinto dos seus membros pertencia ao KPD.

Esse número, em comparação com os efetivos do Exército, da polícia e das milícias de extrema direita ainda é muito pequeno. Também não se sabe com precisão a quantidade de armas de que os conspiradores dispunham. Varia de seiscentos a cinquenta mil fuzis. Neste último caso, otimista, a proporção seria de um fuzil para dois combatentes. Os revólveres são aparentemente mais numerosos, mas metralhadoras e armas pesadas são muito raras. Os insurretos contavam que, na "hora W, oficiais, suboficiais e soldados do Exército entregariam os depósitos de armas.

Desde os primeiros dias de setembro, dezenas de milhares de militantes comunistas entram na clandestinidade para preparar a insurreição. Albert, comunista francês vivendo na Alemanha durante essas semanas, assim descreve os preparativos:

> Não há uma cidade no país em que as pessoas não se tenham preparado conscienciosamente para a batalha, com o cuidado minucioso de homens dispostos a dar tudo. Não há um dia sem trabalho duro, não há uma noite sem uma tarefa especial. Nenhum problema é negligenciado. Conheço camaradas que durante longas semanas não dormiram uma noite inteira. Vi rostos escavados pelo esgotamento. Os olhos, obstinados, conservavam a chama intensa. ... 0 partido comunista alemão

> deu ao proletariado do mundo o exemplo novo, precioso, de uma formidável preparação revolucionária. (apud Broué, 1971, p.735-6)

E outro revolucionário otimista diz: "Venceremos na data fixada. Tudo se fará muito melhor que na Rússia" (ibidem).

A EXTREMA DIREITA ENTRA EM AÇÃO

Em agosto de 1923, ao que tudo indicava, Stresemann defendia sinceramente a Constituição de Weimar, rejeitava a conspiração nacionalista e qualquer ideia de ditadura. Na verdade, só aos poucos Stresemann se tornou um Vernunftrepublikaner (republicano racional), apoiando a República mais por razões pragmáticas que por princípios. Ministro dos Negócios Estrangeiros a partir de novembro de 1923, ele será o personagem principal da política alemã até morrer, em 1929. Seu republicanismo, ainda que pragmático, facilitou o trabalho conjunto com o SPD. Pelo menos quanto aos objetivos principais ambos concordavam: no plano externo, paz, e no interno, estabilização da moeda.

Para evitar uma explosão, dada a insustentável situação no Ruhr e no Reno (aqui, tentativas separatistas toleradas ou abertamente apoiadas pelas forças de ocupação fracassaram), a primeira medida do governo foi suspender oficialmente a "resistência passiva" no dia 26 de setembro, e assim reconhecer a ocupação francesa. Doravante, os funcionários alemães podiam trabalhar com as tropas de ocupação e obedecer às suas ordens.

Quanto ao segundo ponto, os capitalistas alemães perceberam, a partir do verão de 1923, que a inflação não podia continuar. Já tinham acumulado fortunas, era melhor estabilizar a moeda antes que a revolução levasse pelos ares a pouca ordem existente. A partir do dia 22 de setembro o marco se estabiliza em torno de 100 milhões por 1 dólar. Como contrapartida pela sua colaboração com a política anti-inflacionária, os industriais exigem a supressão da jornada de trabalho de oito horas.

O maior desafio para o governo, logo após o fim da resistência passiva, veio da extrema direita, que denunciava a "capitulação perante os franceses" No próprio dia 26 de setembro, Kahr, o golpista da Baviera a que já nos referimos, preocupado com o sucesso da greve geral de 11 de agosto em Berlim e com o retorno da social-democracia ao poder, decreta estado de sítio e se autoproclama comissário-geral

do Reich para a Baviera, o que na prática significa exercer poderes ditatoriais. A instauração de uma ditadura aberta dos partidos de direita na Baviera era um claro sinal de advertência ao Reich.

Na noite de 26 para 27, Ebert, utilizando o artigo 48 da Constituição, declara estado de sítio em todo o país, e põe o poder executivo nas mãos do ministro do Exército. Todos os funcionários civis, inclusive Kahr, ficam assim subordinados ao poder militar do Reich. Ministros e imprensa social-democratas aprovam a decisão, justificada pelo "perigo reacionário na Baviera" e pela necessidade de "defender a República". Com isso instaura-se na Alemanha uma espécie de ditadura militar, que será de grande utilidade contra a esquerda.

Porém, no dia 27, o general Von Lossow, comandante do Exército na Baviera, num ato de desobediência ostensiva às ordens de Berlim, põe-se sob o comando de Kahr, que, no dia seguinte, revoga a lei "de defesa da República" aprovada no momento do assassinato de Rathenau. Milícias de voluntários sob o comando de Ehrhardt, antigo líder do putsch de Kapp (fugido da prisão um pouco antes), ficam estacionadas na fronteira norte da Baviera, numa clara ameaça à "Saxônia Vermelha" Inspiradas na marcha de Mussolini sobre Roma no ano anterior, sonham com marchar sobre Berlim para "restabelecer a ordem".

A extrema direita se anima com os ventos que vêm da Baviera. No dia 1° de outubro, em Kustrin, no norte da Alemanha, o "exército ilegal" ("Schwarze Reichswehr") tenta um golpe malsucedido, porém revelador do clima reinante de cruzada contra o bolchevismo, que de Munique avançaria sobre Berlim. Parecia um retorno aos tempos do putsch de Kapp. Mas agora, com a classe operária esgotada pelos sofrimentos desse "ano terrível", tudo levava a crer que a iniciativa tinha passado às mãos dos fascistas.

No entanto, isso não representava um problema para os dirigentes comunistas que contavam com essa ameaça para despertar a combatividade dos trabalhadores. Eles acreditavam na possibilidade de uma repetição da greve de agosto para desmascarar a "grande coalizão" da burguesia. Tendo em vista a futura sublevação armada, a primeira que um Partido Comunista preparou tecnicamente desde a insurreição de outubro de 1917, no final de setembro é concebido o plano que, segundo o desejo de Trotski, deveria desencadear no quinto aniversário da Revolução Alemã, 9 de novembro de 1923, o "outubro alemão".

No começo de outubro, a "grande coalizão" entra em crise: o Partido Popular (DVP) rejeita qualquer medida contra a Baviera, enquanto o SPD quer preservar a jornada de oito horas. A direita em bloco exige a saída de Hilferding, que é substituído pelo empresário Luther, homem de confiança do DVP. Esse novo gabinete, ligeiramente modificado, exige plenos poderes (Ermãchtigungsgesetz), concedidos no dia 13 de outubro, com os votos dos social-democratas. O governo pode promulgar decretos-lei no âmbito da economia, das finanças e da política social. Em outras palavras, a Alemanha passa a viver numa espécie de ditadura econômica, que, aliada à ditadura militar, dá todo o poder ao grande capital.

A situação continua tensa. 0 desemprego aumenta, os salários não valem nada, os sindicatos estão paralisados, as cidades atormentadas pela fome. 0 relato do cronista dá notícia da miséria reinante:

> A rua cinzenta, pela manhã. Diante das leiterias esses lamentáveis ajuntamentos de mulheres pobres. Elas instalam-se, trazem bancos, cadeiras, um trabalho de costura. ... Faz frio, a umidade atravessa as velhas roupas miseráveis. ... Ficam ali dias inteiros, para comprar um pouco de margarina. À sua frente o inevitável policial verde, rabugento e triste de vergonha pelo seu oficio. Um caminhão passa, carregado de batatas. Das duas calçadas, nada senão uma investida convergente. Garotos agarram-se à traseira do caminhão, jogam sobre o pavimento, às braçadas, os preciosos tubérculos, imediatamente apanhados. 0 motorista acelera. Um policial berra em vão. Vejo um senhor bem-vestido, talvez um pequeno empregado, recolher tranquilamente algumas batatas e metê-las nos bolsos. Vejo uma mulher velha, grisalha e encurvada, que se esfalfa para aumentar sua porção ... A rua tem fome. A rua tem rostos de desespero, de cólera, de ódio.... Uma testemunha ocular contou-me uma dessas pilhagens. Ele estava encantado com o espírito de ordem dos esfomeados. Pilhagem metódica, sem quebra-quebra ou confusão inútil. Não se pegavam artigos de luxo. Pegava-se pão, gordura, calçados. Bruscamente erguidos à consciência primitiva do seu direito à vida, homens condenados a morrer de fome pegavam alguma coisa para viver. Era preciso que a polícia interviesse para que a expropriação se transformasse em tumulto. (apud Broué, 1971, p.753)

Todo esse mal-estar e revolta, explícitos ou latentes, acabam sendo catalisados pelos eventos na Saxônia e na Turíngia. Esses dois Ldnder eram há meses um espinho na carne do governo. Em março, a ala esquerda conseguira controlar o SPD na Saxônia e, com o voto dos comunistas, formara um governo puramente social-democrata, sob a presidência de Zeigner. No decorrer de julho, agosto e setembro, as centúrias proletárias e os comitês de controle tinham-se fortalecido; nas greves e manifestações controlavam praticamente toda a região.

Mas, na realidade, o governo social-democrata de esquerda era bastante cauteloso. Ele não promovia essas atividades revolucionárias, tanto que, em setembro, se recusou a apoiar um congresso das centúrias proletárias. Mas, ao mesmo tempo, não reprimia os comitês de controle nem as centúrias. Por um lado, porque perderia o apoio das massas trabalhadoras. Por outro, porque, se o fizesse, polícia e Exército sairiam fortalecidos. Embora o governo da Saxônia não quisesse utilizar a polícia contra os trabalhadores, também não conseguia depurar as forças policiais que agiam à sua revelia. Isso ficou patente numa manifestação em Dresden, no começo de setembro, quando a polícia matou 13 trabalhadores. O fato é que esse governo exercia uma política moderada na tentativa de evitar uma intervenção federal. 0 que de nada adiantou.

No começo de outubro, era evidente que o governo do Reich investiria contra ele. O estado de sítio dava-lhe um poder suplementar para agir contra a esquerda. Um certo general Muller obtém plenos poderes para garantir a ordem pública, avisando que reuniões, publicações, manifestações de rua e greves nos setores "necessários à vida pública" serão reprimidas. Era só uma questão de tempo até que o governo local fosse deposto, ou pelas milícias fascistas de Erhardt, estacionadas na fronteira norte da Baviera, ou pelas tropas do exército regular de Von Seeckt e Muller, que marchavam de Berlim em direção ao Sul.

Um pouco antes, no final de setembro, os dirigentes russos haviam decidido que os representantes do KPD deviam entrar nos governos da Saxônia e da Turíngia, a fim de ocupar posições estratégicas no conflito que se aproximava e armar os trabalhadores. Esse plano tinha sido discutido em Moscou durante várias semanas, e Brandler se opunha a ele, argumentando que os social-democratas de esquerda da Saxônia não eram confiáveis. Além disso, uma vez que os comunistas haviam rejeitado anteriormente entrar no governo saxão, essa mudança súbita, proveniente de negociações de cúpula, seria inexplicável para os seus militantes e simpatizantes.

Mas a situação na Alemanha se precipita. Se não fossem os comunistas a tomar a iniciativa, ela ficaria por conta do general Muller. Brandler já estava a caminho da Alemanha quando em Moscou se decidiu que os comunistas participariam do governo com a condição de que o grupo de Zeigner estivesse disposto a defender a Saxônia contra a Baviera e o fascismo. No dia 1° de outubro de 1923, Zinoviev, em nome do comitê executivo da IC, telegrafa ao KPD:

> Como estimamos que a situação é tal que o momento decisivo virá em quatro, cinco ou seis semanas, julgamos necessário ocupar logo toda posição que possa ser utilizada imediatamente. Esta situação nos obriga a colocar a questão de nossa entrada no governo da Saxônia em termos práticos. Com a condição de que o pessoal de Zeigner esteja realmente disposto a defender a Saxônia contra a Baviera e os fascistas, nós devemos entrar no governo, proceder imediatamente ao armamento de 50 a 60 mil trabalhadores, e ignorar o general Muller. 0 mesmo na Turíngia. (apud Hermann Weber, 2003, p.27)

No dia 8 de outubro, com Brandler já na Alemanha, o deputado comunista Remmele pronuncia o seguinte discurso no Reichstag:

> Nós sabemos muito bem: a ditadura branca que hoje reina na Alemanha só pode ser destruída pela ditadura vermelha. ... As classes laboriosas não têm outra escolha senão reconhecer que o reino da força só pode ser abolido pelos meios e métodos que vocês mesmos empregam. ... E quando vocês fazem os operários tomar consciência de que granadas e metralhadoras são armas melhores que todos os discursos no Parlamento, que as armas da ditadura branca são mais eficazes que as cédulas eleitorais, vocês mesmos não fazem senão criar as condições de sua própria liquidação! (apud Broué, 1971, p.756)

E em seguida torna pública a intenção dos comunistas de entrar nos governos da Saxônia e da Turíngia, deixando a direita "de cabelo em pé".

O governo Zeigner é formado no dia 10 de outubro com três ministros comunistas (Fritz Heckert, Paul Bõtcher e Brandler). A central do KPD explica: "A ditadura dos militares e dos grandes capitalistas se prepara para estrangular a classe operária.... A constituição na Saxônia de um governo de defesa proletária é um sinal para toda a classe operária alemã" (ibidem, p.757). No dia 16, dois deputados comunistas, entre eles o jurista e filósofo Karl Korsch,

entram no governo da Turíngia. Entretanto, apesar dessa ação afirmativa, os dirigentes alemães têm dúvidas quanto ao sucesso da empreitada: o proletariado alemão está cansado, desconfia, com razão, das direções, o problema do armamento é sério, talvez seja melhor esperar em vez de participar de lutas isoladas.

Em parte os comunistas entram nesses governos como consequência das provocações do Exército. Em resposta às ameaças do general Muller é que se constitui o governo operário, oficialmente apresentado no Parlamento saxão como "de defesa republicana e proletária". Um de seus objetivos, segundo Zeigner, é desarmar as unidades militares burguesas e fortalecer as centúrias proletárias. Isso fica claro no pronunciamento do presidente da bancada do KPD no Landtag saxão quando da formação do governo: "Preparem-se por toda parte para a greve geral! Façam preparativos para deter os transportes que levarão o Exército e os bandos armados contra os trabalhadores!". Na realidade, tratava-se de um governo de resistência.

A partir do dia 12 começam as ameaças - verbais, por enquanto - do general Muller contra o governo saxão. As centúrias e os conselhos de fábrica, desafiando as ordens do general, continuam ativos; comícios são realizados contra suas tentativas de intimidação. Mas o fato é que o governo Zeigner não toma medidas concretas para armar as centúrias.

As ameaças do general Muller contra o governo da Saxônia provocam profunda consternação no SPD, cujo apego à ordem republicana sofria com a desestabilização das instituições. Um editorial do Vorwãrts, do dia 14, reclamava do "intolerável" estado de sítio, que só tinha servido para combater o movimento operário e um governo constitucional presidido por um social-democrata. No dia 18, uma assembleia dos delegados sindicais de Berlim decide, por 1.500 votos contra cinquenta, desencadear uma greve geral se o Exército atacar a Saxônia. Até mesmo os dirigentes do governo prussiano, os social-democratas Otto Brami e Severing, mostram a Ebert sua preocupação com o comportamento do Exército na Saxônia.

Procurando acalmá-los, o chanceler Stresemann informa seus ministros, no dia 19, que algumas unidades do Exército tinham recebido ordens para concentrar-se na Saxônia e na Turíngia, a fim de "intimidar os elementos extremistas e restaurar a ordem pública e a segurança". No mesmo dia, uma mensagem do governo de Berlim garante a Zeigner que as tropas serão enviadas à Saxônia para protegê-la de eventuais ataques por parte da extrema direita bávara.

Ainda no dia 19, Die Rote Fahne é autorizada a sair em Berlim - com isso os comunistas se acalmam.

Mas, nessa data, a ofensiva contra a Saxônia já está decidida. 0 general Muller envia a Zeigner uma carta em que diz ter recebido instruções para "restabelecer e manter as condições da ordem constitucional no estado livre da Saxônia , e que comunicará diretamente à população as razões da intervenção. No dia seguinte, grandes contingentes militares começam a atravessar a fronteira saxã, tomando cuidado para evitar o confronto com os trabalhadores.

Chegara a hora prevista para os revolucionários executarem seus planos. Segundo E. H. Carr, no fim das contas, tinha sido o Exército que "havia fixado a data em que os comunistas deviam agir ou reconhecer sua impotência" (apud Broué, 1971, p.765). Entre 12 e 18 de outubro, a profunda cólera reinante nos meios populares provoca enfrentamentos em várias cidades e saques em Berlim. Nesses mesmos dias, confrontos do Exército com separatistas renanos, que queriam fundar uma república independente, elevam a temperatura ao máximo. 0 estopim da insurreição estava aceso. 0 que aconteceria daí por diante?

A MONTANHA PARIU UM RATO

No dia 20 de outubro, o comitê revolucionário se reúne clandestinamente em Dresden. A insurreição está prevista para começar no dia 23. De acordo com os planos, ela iniciará com a greve geral proposta pelos comunistas, a ser convocada pela conferência dos conselhos de fábrica, que se realizará em Chemnitz no domingo, dia 21, para debater a situação econômica e os problemas sociais do país. Na segunda-feira, dia 22, a greve geral em defesa da Saxônia se propagará por todos os lados. E a partir de terça-feira, os ataques, tal como previsto, começarão.

No dia 21, 498 delegados se reúnem em Chemnitz sem nenhum problema: 140 enviados pelos conselhos de fábrica, 120 de sindicatos diversos, 79 designados por comitês de controle, 26 de cooperativas operárias, 15 de comitês de ação, 16 de comitês de desempregados, 66 de organizações do KPD, sete de organizações social-democratas e um independente.

A conferência começa com discursos do ministro do Trabalho, o social-democrata Graupe, e dos dois ministros comunistas, Bõttcher e Heckert, sobre a crise econômica, os problemas de abastecimento e o

aumento catastrófico do desemprego. Já os delegados presentes entre o público estão preocupados com a situação política na Saxônia e a necessidade de combater a ditadura militar. Vários exigem uma tomada de posição do governo, que se lance a palavra de ordem de greve geral contra o estado de sítio e contra a mobilização do Exército.

Brandler sobe à tribuna. Esperando apoio entusiástico, defende a convocação imediata de uma greve geral de solidariedade aos trabalhadores saxões. Em seguida, pede aos social-democratas de esquerda que desistam de esperar um acordo com o governo de Berlim, que supostamente protegeria a Saxônia. Por fim, insistindo na necessidade de uma decisão unânime, propõe que se vote imediatamente. A resposta é o silêncio.

Nesse momento, Graupe toma a palavra para dizer que aquela conferência não poderia decidir qual seria a reação dos trabalhadores saxões às ameaças do Exército. A decisão cabia ao governo e à maioria social-democrata e comunista no Landtag, não aos conselhos de fábrica. Se os comunistas insistirem na proposta, a delegação social-democrata abandonará a sala e deixará que decidam sozinhos. Porém, como a situação é grave, propõe que seja eleita uma comissão paritária de militantes dos dois partidos para estudar o problema da greve geral e fazer um relatório antes do fim da conferência. Sem apoio, Brandler retira sua moção e adere à de Graupe, que é unanimemente aceita.

Na verdade, a comissão não passa de pretexto para adiar qualquer tomada de decisão. Nessa mesma noite, a central do partido se reúne em Chemnitz e resolve abandonar o plano da insurreição. No dia seguinte, quando ela volta a reunir-se, as tropas do general Muller já tinham ocupado as ruas da cidade. 0 próprio Radek concorda que é preciso recuar. Os comunistas não podem chamar à insurreição armada um proletariado dividido e praticamente sem armas. Era evidente que o fracasso do plano punha em questão não só as condições em que tinha sido feito - imposto pelas lideranças russas -, como também toda a análise que o justificava.

A única cidade onde um punhado de comunistas se sublevou - não foram avisados a tempo da mudança de planos -, foi Hamburgo. Isolada da massa dos trabalhadores, a insurreição durou 24 horas. Mais tarde, na época do KPD stalinizado, a insurreição de Hamburgo foi transformada em mito, sobretudo pelo papel (exagerado) nela atribuído a Ernst Thãlmann, futuro presidente stalinista do partido.

A intervenção do Exército contra a coalizão governamental entre social-democratas e comunistas na Saxônia e na Turíngia, ao mesmo tempo que mostrava indulgência com as forças de extrema direita na Baviera, não tinha o apoio do SPD. Este, com uma moção de censura, acabou derrubando o governo Stresemann.

No caso dos comunistas, todo esse "imbróglio" teve resultados bem mais sérios. Embora o comitê central do KPD, reunido clandestinamente nos dias 3 e 4 de novembro, se recusasse a considerar um erro os planos insurrecionais, o fato é que em 1923 o KPD não conseguiu fazer prevalecer seu ideário conselhista nos moldes soviéticos, e suas tentativas de conquistar o poder pela força haviam fracassado.

As consequências dessa derrota foram várias. 0 KPD ficou proibido de funcionar de 23 de novembro de 1923 a 1° de março de 1924, embora fosse uma interdição relativamente moderada, que não impedia os comunistas de prosseguirem seus debates na ilegalidade. Ao mesmo tempo, as lutas intergrupais tornaram-se mais agudas, sobretudo por serem reflexo do combate pelo poder que se iniciava no Partido Comunista Russo entre os partidários de Stalin e de Trotski. Brandler, responsabilizado pela derrota de 1923, foi substituído na direção em fevereiro de 1924 pelo comitê central do KPD, e o "brandlerismo" passou a ser combatido em associação com o "trotskismo" Nos primeiros meses de 1924, o KPD perdeu metade de seus membros. Os que permaneceram penderam para a esquerda e, com isso, o partido enveredou pelo caminho da radicalização crescente.

As lutas pelo poder no KPD repercutiam na IC, que em seu 5° Congresso, em julho de 1924, obrigou todos os partidos comunistas à "bolchevização", ou seja, a tomar como modelo a experiência do Partido Comunista Russo vitorioso. A nova direção do KPD - Ruth Fischer, Maslow e Thãlmann, entre outros - continuava afirmando que a Alemanha se encontrava numa "situação revolucionária"; que o partido devia preparar-se para a revolução a fim de não fracassar como em 1923, e que o meio para isso era a "bolchevização", doravante executada por eles com grande tenacidade. Com essa orientação subordinaram-se incondicionalmente às diretrizes, mesmo contraditórias, de Moscou. 0 KPD, com a "bolchevização", começou a transformar-se no que em breve seria chamado de partido stalinista.

Mas a dupla Fischer-Maslow não durou muito. Ela foi afastada da direção em agosto de 1925 pelo comitê executivo da IC, numa

ingerência ostensiva dos russos nos assuntos alemães. Essa interferência direta provocou lutas cada vez mais acirradas entre os grupos comunistas alemães, desmoralizando crescentemente o partido, até que por fim este passou a ser comandado diretamente pela IC. Com a stalinização do KPD, consumou-se a submissão do KPD à União Soviética. Pode-se dizer com Hermann Weber que a consequência mais grave do "outubro alemão" foi não apenas o isolamento e a marginalização dos comunistas na República de Weimar, mas sobretudo a total dependência da seção alemã em relação a Stalin. De 1924 a 1930, os comunistas deixaram de ser uma força política importante no movimento operário, sua visibilidade sendo muito superior à sua força.

A partir daí, os militantes comunistas assistiram à imposição do mito da infalibilidade da União Soviética. Embora esse caminho tenha começado a ser trilhado em 1924 com a "bolchevização" do KPD, implementada pela dobradinha Fischer-Maslow, a repressão de um ideário "comunista ocidental" e a cisão definitiva entre comunistas e social-democratas só foram levadas a cabo no final da década.

Por fim, concordamos com Hermann Weber, para quem o "outubro alemão" não passou de uma tentativa de golpe (o que Paul Levi já havia dito da "ação de março" de 1921) a serviço dos interesses da União Soviética. Isso mostra como é equivocada a ideia de que os comunistas tinham na Alemanha chances reais de vitória. E também não passa de lenda que um "outubro alemão" vitorioso teria dado perspectivas democráticas ao comunismo internacional. A hegemonia dos comunistas russos (ou seja, os adeptos de Stalin) na IC tinha se aprofundado de tal modo em 1923 que já não era possível mudar a fatídica evolução do comunismo internacional e, em particular, do KPD.1

Enquanto isso, a extrema direita na Baviera, liderada por um grupo de nacionalistas, que incluía oficiais do Exército, bem como o líder do Partido Nazista (NSDAP), Adolf Hitler, fazia planos para marchar sobre Berlim. Na última hora, nos dias 8 e 9 de novembro de 1923, Hitler perdeu o apoio de seus aliados mais poderosos na hierarquia bávara, o golpe nazista ficou isolado, sendo rapidamente liquidado pelo Exército. Saldo: 14 mortos, vários presos, entre eles Hitler, que recebeu uma pena mínima de cinco anos, da qual só cumpriria alguns meses. O futuro ditador aproveitará essa confortável estada na prisão de Landsberg para redigir o famigerado Mein Kampf (Minha luta).

A República conseguiu finalmente impor-se no outono de 1923, contra a esquerda e a direita. As tentativas de golpe de ambos os lados foram reprimidas, a inflação contida com uma reforma fiscal, os conflitos na política externa começaram a diminuir, a política interna se estabiliza lentamente, é claro que à custa dos trabalhadores: a maior conquista de novembro de 1918, a jornada de trabalho de oito horas, acabou sendo suprimida.

Mas já se podia perceber com clareza que a base de sustentação dos defensores da República era muito precária: as insurreições de esquerda eram mais fortemente combatidas que as de direita, as lideranças das Forças Armadas tinham sempre um comportamento ambíguo, para dizer o mínimo, quando chamadas a agir contra as forças contrarrevolucionárias. E, por fim, a agitação incessante contra a "República de novembro" introduzia já naquela época a suspeita de que o ideário democrático-parlamentar ainda não deitara raízes na Alemanha do pós-guerra.

EPÍLOGO

Os vencedores da crise de 1923 foram o grande capital e seu sustentáculo militar, o Exército. Essa vitória será fortalecida com a ajuda do capital externo, que investiu pesadamente na recuperação da economia alemã: as fábricas foram modernizadas, a produção aumentou, a situação política se estabilizou.

Embora essa estabilização tenha freado passageiramente o crescimento dos movimentos hostis à República, as forças republicanas sofreram um duro golpe em 1925. Nesse ano, após a morte prematura de Ebert, o marechal Hindenburg, fiel defensor da Alemanha imperial, foi eleito presidente da República, num claro sintoma da sobrevivência do antigo regime.

As eleições para o Reichstag em maio de 1928 trouxeram pela última vez resultados favoráveis à República. O SPD obteve uma vitória expressiva, tendo superado a votação de 1919, e formou um governo de "grande coalizão" com os partidos burgueses que durou até março de 1930. Esse curto governo constituiu o último período de democracia parlamentar da República de Weimar.

Apesar da recuperação rápida da economia, com a entrada de capitais norte-americanos, a verdade é que nenhum problema fundamental tinha sido resolvido. 0 desemprego estrutural, oriundo da racionalização dos métodos de trabalho importados dos Estados

Unidos, persistia, bem como a crise agrícola que prejudicava os pequenos produtores. Em consequência, criou-se uma situação contraditória: embora houvesse prosperidade, os salários e o progresso social permaneciam estagnados, precisamente no momento em que o SPD participava do governo de coalizão.

Em outubro de 1929, o crack da bolsa de Nova York teve um efeito fulminante sobre a economia alemã, totalmente dependente dos empréstimos externos e voltada para a exportação. Os capitais norte-americanos deixaram o país, os empréstimos foram renovados a curto prazo, os mercados externos fecharam-se às exportações alemãs. A isso se juntou a dificuldade em importar matérias-primas, o que acarretou demissões em massa e o fechamento de indústrias. Essa nova catástrofe econômica e social culminará no início de 1932 em seis milhões de desempregados, ou seja, 44% da força de trabalho. Nesse ano, 85% dos membros do KPD estavam desempregados.

Não é nosso objetivo, nem seria possível, pintar um quadro detalhado do processo tumultuoso que levou à derrocada da República de Weimar e à ascensão de Hitler ao poder. Vamos apenas acompanhar os últimos suspiros de dois dos personagens principais de nossa história, comunistas e social-democratas, e mostrar sua parte de responsabilidade na catástrofe que abalou a Alemanha e o restante do mundo.

Nessa época, a história do KPD encontrava-se inextricavelmente entrelaçada com o que se passava na União Soviética. Depois da derrota do "outubro alemão", a IC abandonou novamente a política de frente única, passando a criticar abertamente não só as lideranças social-democratas, mas também suas organizações. A reviravolta comunista era em grande parte fruto da crise econômica e social que dominava a Rússia desde o fim da "nova política econômica" (NEP) e que levou à vitória de Stalin. No 6° Congresso da IC (julho/agosto de 1928), num arroubo de voluntarismo, Stalin apegou-se à ideia de que se assistia ao fim do período de "estabilização relativa" do capitalismo e ao começo da ascensão revolucionária das massas no Ocidente, o que permitiria trazer auxílio à complicada situação econômica russa. Nesse contexto, o Congresso também discutiu a suposta iminência da guerra dos países capitalistas contra a URSS, insuflada pela social-democracia. Assim, a defesa da "pátria do socialismo" era a tarefa mais importante. Foi nessa época que teve início a coletivização forçada, ao lado dos projetos de industrialização acelerada que só puderam ser levados a cabo por meio de uma política de repressão draconiana de toda oposição interna na URSS.

Com esse pano de fundo, a reunião da IC realizada em julho de 1929, retomando uma afirmação de Zinoviev no 5° Congresso da IC (julho de 1924) - "A social-democracia transformou-se numa ala do fascismo" -, adotou o conceito de "social-fascismo" para definir a social-democracia. Qualquer aliança com os partidários da social-democracia para lutar contra o fascismo tinha se tornado impossível. Essa foi provavelmente a palavra de ordem mais inepta - uma "idiotice suicida", nas palavras de Hobsbawm - de que se tem notícia em toda a história do movimento operário internacional, e que contribuiu de maneira decisiva para a cisão e o enfraquecimento da esquerda alemã. A sua contraface foi evidentemente o fortalecimento da extrema-direita.

Infelizmente, nem comunistas nem socialdemocratas conseguiram enfrentar a crise que começou em meados de 1929. Essa crise, e o desemprego em massa que daí resultou, abriu as portas para um ataque enérgico dos empresários contra os direitos dos trabalhadores. A social-democracia, que, como sempre, temia ações de massa extraparlamentares e prezava acima de tudo a preservação das instituições republicanas, nada fez para defender os trabalhadores. O Partido Comunista, que com sua política de ataque à social-democracia (inclusive aos sindicatos ligados a ela) havia sido alijado dos sindicatos, torna-se um partido exclusivamente de desempregados. A falta de perspectiva do campo da esquerda levou as classes médias ameaçadas pela crise, empregados e funcionários cada vez mais para a esfera de influência do fascismo.

Hobsbawm, nas suas memórias, lembra que

> Em 1928 a ultradireita fanática parecia virtualmente extinta. Nas eleições daquele ano o partido nazista de Hitler ficou reduzido a 2,5% e a doze assentos no Reichstag, menos do que o cada vez mais débil Partido Democrata, o mais fiel sustentáculo de Weimar. Dois anos mais tarde os nazistas estavam de volta com 107 cadeiras, em segundo lugar atrás dos social-democratas. 0 que restava de Weimar foi governado por decretos de emergência. Entre o verão de 1930 e fevereiro de 1932, o Reichstag esteve reunido por menos de dez semanas no total. E, à medida que crescia o desemprego, também cresciam inelutavelmente as forças de alguma espécie de solução radicalrevolucionária: o nacional-socialismo à direita e o comunismo à esquerda. Era esse o cenário quando cheguei a Berlim, no verão de 1931. (2002, p.65-6)

Quando o jovem Hobsbawm chegou à capital do Reich já não havia governo de coalizão social-democrata. Este acabara melancolicamente em março de 1930, sem conseguir resolver os problemas decorrentes da crise. Sucedera-lhe Bruning, deputado do Zentrum católico. Não tendo maioria no Parlamento, governava por decretos, apoiado no artigo 48 da Constituição, e na dependência direta do presidente Hindenburg. Durante dois anos promoveu uma política feroz contra os direitos dos trabalhadores, do agrado das classes dominantes. Porém, nos últimos meses do seu governo, tocou num ponto particularmente sensível: defendeu a proibição das tropas paramilitares nazistas, as SA, que pela sua violência prejudicavam a boa imagem da República. Com isso perdeu o apoio dos grandes proprietários de terras e do Exército, e acabou demitido por Hindenburg em 30 de maio de 1932. A ele sucederam os curtos governos do barão Von Papen (1° de junho a 17 de novembro de 1932) e do general Schleicher (3 de novembro de 1932 a 28 de janeiro de 1933), cada vez mais autoritários.

Nas numerosas eleições realizadas entre 1930 e 1933, o KPD obteve crescente sucesso. Os trabalhadores desempregados votavam nele. Mas o movimento de massas fascista crescia bem mais rapidamente. Os antigos eleitores dos partidos burgueses passaram a votar no partido nazista, que teve um aumento espetacular. Passou de 12 para 107 deputados nas eleições de setembro de 1930, e para 230 em julho de 1932. Entretanto, essa tendência se inverteu nas eleições legislativas de novembro de 1932, nas quais o partido nazista (embora continuasse com a maior bancada do Reichstag) perdeu mais de dois milhões de votos e 34 deputados, enquanto os outros partidos se mantiveram razoavelmente estáveis. Para muitos autores esta é uma prova de que a catástrofe estava longe de ser inevitável. Uma aliança dos partidos operários talvez tivesse impedido, ou pelo menos adiado, esse desfecho.

Depois do breve interregno do general Schleicher, Adolf Hitler foi nomeado chanceler em 30 de janeiro de 1933. Mesmo assim, os líderes social-democratas não reagiram, pensando que nas próximas eleições dariam o troco. Os comunistas por sua vez também não tinham consciência do que se passava; para eles, todos os governos anteriores já eram fascistas. Nos três últimos anos da República de Weimar, o KPD acreditava ser necessário, em primeiro lugar, destruir a social-democracia, a fim de eliminar as ilusões reformistas do proletariado, papel que poderia caber ao nazismo. O partido nazista era considerado sem importância, apenas um instrumento transitório da burguesia enquanto lhe fosse útil. Ao mesmo tempo, via com

excessivo otimismo o aumento do número de seus militantes (predominantemente recrutados nas camadas de trabalhadores jovens e desempregados) e seu próprio crescimento eleitoral: 54 deputados em 1928, 77 em 1930 e 100 em 1932, enquanto se regozijava com a perda de votos do SPD, que passou de 153 para 143 e, por fim, para 121 deputados nesse mesmo período.

Na noite de 27 de fevereiro, o prédio do Reichstag foi incendiado, o que serviu de pretexto para abolir os direitos fundamentais garantidos pela Constituição de Weimar. A porta estava aberta para a perseguição e prisão dos adversários políticos, que se encontravam sobretudo no campo da esquerda. Acusados pelo incêndio, os comunistas foram o primeiro alvo. Em março o KPD foi posto na ilegalidade. Ernst Thãlmann, o conhecido dirigente stalinista, foi preso e viria a morrer num campo de concentração em 1943. Lembra Hobsbawm que, no final de abril de 1933, somente na Prússia, 25 mil pessoas se encontravam em "prisão cautelar".

Por sua vez, o SPD fez uma série de concessões para manter-se na legalidade, chegando ao ponto de concordar em expulsar os judeus do partido. 0 que não impediu que em fevereiro sua imprensa fosse proibida, em maio, o partido e os sindicatos fechados, seus deputados cassados, os dirigentes presos.

O naufrágio da democracia era inevitável na Alemanha? Uma resposta a essa pergunta não é fácil. Existe uma literatura inesgotável a esse respeito, não é o caso de resumi-la aqui. 0 máximo que podemos sugerir, o leitor encontrará nas páginas seguintes, em que procuramos indicar, com base na interpretação dominante da historiografia alemã contemporânea, que a social-democracia tinha razoável margem de manobra para consolidar a democracia e não soube aproveitá-la.

5. CONCLUSÃO

Talvez seja difícil encontrar algum outro episódio histórico tão controverso na história do século XX quanto a Revolução Alemã, cujo desenrolar acabamos de descrever. As interpretações a seu respeito variaram no decorrer do tempo, conforme o credo político e as linhas de força contemporâneas do historiador.'

Durante a República de Weimar teve início a interpretação liberal-democrática da revolução, de que os social-democratas se apropriaram antes de 1933, segundo a qual os acontecimentos entre novembro de 1918 e o início de 1919 representavam uma luta vitoriosa contra o bolchevismo. Essa foi a interpretação hegemônica na República Federal Alemã depois de 1945: a colaboração da social-democracia majoritária (Ebert) com os oficiais do Exército Imperial e com a antiga burocracia, permitindo a derrota das forças revolucionárias, é que tinha preparado o terreno para a construção da República Parlamentar e impedido que a Alemanha caísse nas mãos do bolchevismo.

Com o fim do nazismo, essa interpretação era bem-vinda, pois ligava o governo da RFA aos democratas de Weimar. O comportamento de Ebert e da social-democracia majoritária era julgado de forma positiva, algo perfeitamente compreensível depois das difamações que haviam sofrido durante o período nazista. Ao mesmo tempo, essa avaliação positiva também tinha implicações políticas atuais: o início da guerra fria oferecia a oportunidade de mostrar o vínculo entre proteção da democracia e rejeição do comunismo - daí o paralelo entre 1918-1919 e 1945.

Essa interpretação dominante após a Segunda Guerra Mundial se baseava na suposição (que as fontes históricas não comprovam) de que a extrema esquerda do movimento operário alemão teria tido a possibilidade de impedir a construção da República Parlamentar e as eleições para a Assembleia Nacional, impondo uma revolução social segundo o modelo bolchevique. Nessa perspectiva enfatizaram-se fortemente o potencial e as possibilidades de ação das forças que propugnavam a ditadura do proletariado.

Paradoxalmente, a interpretação "burguesa" da revolução, vigente nos anos 1950, estava em sintonia com a interpretação da historiografia marxista-leninista da República Democrática Alemã, em que a Liga Spartakus figurava como a força principal. Essa

historiografia analisava a revolução de 1918-1919 em função do presente: seu objetivo era tirar "lições" visando a orientar a luta contra o imperialismo naquele momento. Por isso a direção do Partido Socialista Unificado (SED, nome do KPD na época da RDA) já nos anos 1950 elegeu a revolução de novembro como modelo, para que os historiadores da RDA demonstrassem o papel dirigente do partido naqueles acontecimentos históricos.

Em 1958, o comitê central do SED elaborou "teses" sobre a revolução de novembro. Enquanto anteriormente alguns historiadores comunistas interpretavam essa revolução como uma revolução proletária derrotada, nas "teses" de 1958 ela foi assim definida: "de acordo com seu caráter a revolução de novembro é uma revolução democrático-burguesa, que em certa medida foi conduzida com meios e métodos proletários" Se não houve na Alemanha uma "revolução proletária", embora existissem as condições objetivas para isso, a responsabilidade recai sobre a falta de maturidade do "fator subjetivo": as massas não estavam satisfatoriamente organizadas para a luta pela tomada do poder. Em outras palavras, o que (ainda) faltava naquela época na Alemanha era um "partido marxista-leninista combatente" 0 critério decisivo para avaliar o caráter da Revolução era dado pela existência desse partido, visto como a condição mais importante para a vitória da revolução proletária. A fundação do KPD representava assim a guinada decisiva na história do movimento operário alemão. Rosa Luxemburg e a ala esquerda da social-democracia alemã eram criticadas por não terem rompido antes com o SPD e construído mais cedo o partido-vanguarda do proletariado.

A partir desse critério, os historiadores marxistas-leninistas julgavam os grupos políticos naquela conjuntura. Enquanto a direção do SPD era considerada "traidora" e a direção do USPD culpada por incapacidade e falta de clareza, a luta política dos spartakistas-comunistas era avaliada apenas positivamente. A força da Liga Spartakus e sua influência no decorrer dos acontecimentos eram exageradas, e sua tática equivocada surgia apenas sob uma luz favorável. Os spartakistas-comunistas apareciam como os únicos verdadeiros revolucionários, que mostravam o objetivo e a direção da luta proletária, estabelecendo-se assim a continuidade da "linha justa" desde o início do comunismo alemão.

A interpretação da Revolução Alemã hoje dominante, que começou nos anos 1960 na República Federal (os nomes mais representativos são E. Kolb e H. A. Winkler), começou investigando se a extrema esquerda era de fato uma ameaça e se a bolchevização da

Alemanha era uma possibilidade real. Nessa pesquisa, o objeto central passou a ser os conselhos, na medida em que eles eram, desde os primeiros dias de novembro de 1918, os verdadeiros representantes do movimento revolucionário. Em toda a pesquisa anterior os conselhos tinham sido julgados de maneira problemática, vistos sempre de modo depreciativo, como instrumentos nas mãos da extrema esquerda. Essa era a imagem corriqueira durante a época nazista. O único historiador que se contrapôs a ela foi Arthur Rosenberg, para quem os conselhos eram a base de uma democracia popular (como vimos em nosso relato), mas a sua interpretação só foi levada em conta no final da década de 1950.

As pesquisas das fontes a partir dos anos 1960 levaram a dois resultados importantes, tal como mostrado aqui: os conselhos eram dominados pela social-democracia majoritária e pelos independentes moderados, e a extrema esquerda tinha neles poucos representantes. Nesse sentido, estavam longe de ser instrumentos de uma minoria radical, muito menos precursores de uma revolução nos moldes bolcheviques. Mas ao mesmo tempo, como vimos, os conselhos, seguindo a linha do programa social-democrata, fizeram reivindicações visando a uma reforma radical da sociedade autoritária herdada do império.

O segundo resultado a que essa pesquisa chegou, e que também adotamos aqui, foi que a revolução teve duas fases distintas: a primeira, da queda da monarquia até o final de dezembro (com o fim da coalizão SPD/USPD), ou até a insurreição de janeiro e as eleições para a Assembleia Nacional. Nessa fase, moderada, os conselhos eram representantes de um amplo movimento popular, e seus atores eram operários e soldados que consideravam os conselhos instituições transitórias. A segunda fase vai até maio de 1919 (na nossa exposição ela foi estendida até a greve geral de março de 1920 contra o putsch de Kapp). Assiste-se a uma radicalização crescente de grande parte do operariado que, decepcionado com a falta de mudanças, decide enfrentar o governo. Este, para impor sua autoridade, utiliza o poder militar contra os trabalhadores. Nessa fase, os conselhos perdem influência política; o movimento de massas não se desenvolve mais dentro deles. Só agora se pode falar em "ideologia conselhista", que é formulada por membros da ala esquerda do USPD: os conselhos são vistos como órgãos da luta de classes, sendo defendida a socialização ligada à institucionalização dos conselhos. Em suma, o que fica claro nessas pesquisas é que o movimento de massas não nasceu radical, ele se radicalizou no decorrer da revolução e por conta da falta de ousadia do governo social-democrata.

Assim, a interpretação hoje hegemônica conclui que a Alemanha não estava à beira do bolchevismo, e que os majoritários tinham uma margem de manobra muito maior do que fazia supor a alternativa bolchevização da Alemanha ou construção da democracia parlamentar por meio da aliança entre social-democracia e elites tradicionais. 0 governo oriundo da revolução poderia ter dado os primeiros passos para uma socialização das minas e poderia ter utilizado o potencial dos conselhos a favor de uma reforma política social-democrata.

Porém, a direção do SPD recusou-se a seguir esse caminho, não porque houvesse uma pressão muito forte das velhas elites, mas porque confiava na lealdade delas em relação ao novo poder. E também porque tinha "um pé atrás" em relação ao movimento espontâneo das massas populares - um movimento que, como vimos, não era radical no começo, e que se movia no interior do próprio programa social-democrata. 0 resultado desse comportamento medroso e sem criatividade foi que aquilo que tinha começado em novembro de 1918 como um movimento popular democrático, acabou no primeiro semestre de 1919 em radicalização e resignação. 0 que poderíamos considerar a terceira fase da revolução, que vai de 1921 a 1923, pontuada pelas tentativas de golpe do KPD, é apenas um desdobramento desse percurso: as grandes massas saíram de cena e foram substituídas pelo Partido Comunista, como vimos no Capítulo 4.

O alvo geral dessa interpretação são os dirigentes do SPD (sobretudo Ebert), porém, é uma crítica diferente da dos historiadores marxistas-leninistas: ela não censura os dirigentes social-democratas majoritários por não terem trabalhado para estabelecer a ditadura do proletariado, que eles rejeitavam abertamente, ou por não terem adotado a perspectiva revolucionária de Lênin. A crítica não é externa, mas interna, e mostra que o SPD não quis, com os meios e com a margem de manobra de que dispunha, sequer realizar o seu próprio programa.

É nesse sentido que Sebastian Haffner se refere à Revolução Alemã como uma revolução "traída" A revolução de 1918 era uma revolução social-democrata que foi "sufocada no seu sangue, não pelos príncipes e monarcas que derrubou, e sim pelos seus próprios dirigentes que ela, cheia de confiança, levou ao poder" Até mesmo um aristocrata como o conde Kessler, simpatizante da esquerda radical, revela em seu diário absoluta clareza do que estava em jogo naquele momento:

> 0 mais terrível seria que toda essa devastação e todo esse sofrimento não fossem as dores de parto de um novo tempo, que não existisse nada que quisesse nascer, e que afinal só fosse preciso fazer remendos. 0 sentimento de que isso possa acontecer, o medo desse fim é o que impulsiona os melhores dentre os spartakistas. A velha social-democracia quer mudanças puramente materiais, uma distribuição e uma organização mais justas e melhores, nada de idealmente novo. Em contrapartida os exaltados pendem continuamente para a esquerda, e essa é de fato a única recompensa pelos monstruosos rios de sangue da Guerra Mundial. (apud Dederke, 1984, p.411).

Pelo lado negativo, a Revolução Alemã garantiu a Ebert e a Noske a imortalidade. Eles foram os primeiros numa longa trajetória de partidos de esquerda a terem "esquecido" o programa socialista em nome da lei e da ordem. Franz Mehring, pouco antes de morrer, disse da social-democracia alemã: "Nenhum governo desceu tão baixo". E Gustav Landauer, antes de ser assassinado pelos corpos francos de Noske: "Não conheço em toda a história da natureza nenhum ser mais repugnante que o partido social-democrata".

A política pouco ousada da social-democracia majoritária após a queda do Império, as profundas divergências no campo da esquerda, aliadas a uma série de fatores mencionados no último capítulo, fortaleceram progressivamente a extrema direita. 0 preço pago pelo povo alemão foi muito alto, incluindo a burguesia que se regozijara com a derrota da revolução. Veio o Terceiro Reich, uma nova guerra mundial, uma segunda e maior derrota, a perda da unidade nacional e da soberania.

O historiador H. A. Winkler pensa que, com a queda do Muro de Berlim e a reunificação em 1990, a Alemanha concluiu seu "longo caminho para o Ocidente" Mas isso não significa que a democracia radical defendida pela extrema esquerda e encarnada nos conselhos tenha se realizado, seja na Alemanha, seja em qualquer outra parte do mundo. Por isso mesmo, a "causa perdida" dos revolucionários alemães permaneceu no horizonte da esquerda do século XX, e ainda hoje nos interpela.

Bibliografia

ABENDROTH, W. Histoire du Mouvement Ouvrier en Europe. Paris: Maspero, 1973.

BADIA, G. Les Spartakistes. Paris: Julliard,1966.

. Histoire de l'Allemagne Contemporaine 1917/1933. Paris: Editions Sociales, 1975.

BROUÉ, P. Révolution em Allemagne (1917-1923). Paris: Les Editions de Minuit, 1971.

CLAUDIN, F. La Crise duMouvement Communiste. Paris: Maspero, 1972. v. I.

DEDERKE, K. Sinngebung der Novemberrevolution in den Jahren 1918/1919 und 1928/1929. In: SALEWSKI, M. (Org.). Die Deutschen und DieRevolution. Gõttingen, Zurich: Muster-Schmidt Verlag, 1984.

DOBLIN, A. November 1918. Eine Deutsche Revolution. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1978.

ELIAS, N. Os alemães. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FELDMAN, G.; KOLB, E.; RÜRUP, R. D. Die Massenbewegung in Deutschland am Ende des Ersten Weltkrieges (1917-1920). Politische Vierteljahresschrift, ano 13, ago. 1972.

FULBROOK, M. A Concise History of Germany. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HAFFNER, S. 1918/19: Eine Deutsche Revolution. München: Kindler Verlag, 1988.

HARMAN, C. Die Verlorene Revolution: Deutschland 1918-23. Frankfurt am Main: VGZA e. V., 1998.

HOBSBAWM, E. A era dos impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

. Tempos interessantes: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLLER, R. Der Anfang, der ein Ende war: Die Revolution in Bayern 1918/19. Berlin: Aufbau Taschenbuch Verlag,1999.

HUGUET, M. G. Ia Invención del Marxismo. Madrid: IEPALA Editorial, s/d.

HUNT, R. N. Friedrich Ebert und Die Deutsche Revolution von 1918. In: KOLB, E. (Org.). Vom Kaiserreich zur Weimarer Republik. Kõln: Kiepenheuer & Witsch, 1972.

KOLB, E. Die Arbeiterrãte in Der Deutschen Innenpolitik 1918-1919. Düsseldorf: Droste Verlag, 1962.

.Arbeiter-und Soldatenrãte in der Deutschen Revolution. In: SALEWSKI, M. (Org.). Die Deutschen und die Revolution. Gõttingen, Zurich: Muster-Schmidt Verlag, 1984.

. Die Weimarer Republik. München: R. Oldenburg Verlag, 1988.

LOWY, M. Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács (1909-1929). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURG, R. Die Krise der Sozialdemokratie. In: Gesammelte Werke 4. Berlin: Dietz Verlag,1987.

MAYER, A. J. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MARX, K. Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie Einleitung. In: MARX, K., ENGELS, F. Ausgewahlte Werbe. Berlin: Dietz Verlag, 1975, v. 1.

. 0 capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.l.

MENDES DE ALMEIDA, A. A República de Weimar e a ascensão do nazismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MICHELS, R. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MOORE JR., B. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MULLER, R. Geschichte der DeutschenRevolution: Die Novemberrevolution. Berlin: Olle & Wolter, 1979. v.2.

NETTL, J. P. La vie et 1'oeuvre de Rosa Luxemburg. Paris: Maspero, 1972.

PEUKERT, D. J. K. La République de Weimar. Années de Crise dela Modernité. Paris: Aubier, 1995.

POHL, K. H. Obrigkeitsstaat und Demokratie: Aspekte der "Revolution" von 1918/19. In: HETTLING, M. (Org.). Revolution in Deutschland?: 1789-1989. Góettingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1991.

REIS FILHO, O. A. A revolução alemã: mitos e versões. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RITTER, G. A., MILLER, S. (Org.). Die Deutsche Revolution 1918-1919: Dokumente. Frankfurt: Fischer, 1983.

ROSENBERG, A. Entstehung und Geschichte der Weimarer Republik. Frankfurt: Europãische Verlagsanstalt,1983.

SCHEIDEMANN, P. L'effodrement. Paris: Payot, 1923.

SCHORSKE, C. E. German Social-Democracy: 1905-1917. London, Massachusetts: Harvard University Press, 1983.

SCHWARZ, A. Die Weimarer Republik. In: BRANDT; MEYER; JUST (Orgs.). Handbuch der deutschen Geschichte, v.4/III, Konstanz, 1958, Frankfurt, 1964.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1.

TOLLER, E. Ein Jugend in Deutschland: 1933. München: Rowohlt, 1990.

WEBER, H. Vorwort. In: BAYERLEIN, B. H.; BABICENKO, L. G. et al. (Orgs.). Deutsche Oktober 1923: Ein Revolutionsplan und Sein Scheitern. Berlin: Aufbau Verlag, 2003.

WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WEBER, Marianne. Weber. uma biografia. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.

WINKLER, H. A. Eduard Bernstein und Die Weimarer Republik. In:

BERNSTEIN, E. Die Deutsche Revolution von 1918/19. Bonn: J. H. W. Dietz Nachfolger, 1998.

. Histoire de l'Allemagne XIXe-XXe Siècle: Le Long Chemin vers L'Occident. Paris: Fayard, 2005.

Coleção Revoluções do Século XX

Direção de

EMILIA VIOTTI DA COSTA

A Revolução Alemã [1918-1923] - Isabel Loureiro

A Revolução Boliviana - Everaldo de Oliveira Andrade

A Revolução Chilena - Peter Winn

A Revolução Chinesa - Wladimir Pomar (org.)

A Revolução Colombiana - Forrest Hylton

A Revolução Cubana - Luis Fernando Ayerbe

A Revolução Guatemalteca - Greg Grandin

A Revolução Iraniana - Osvaldo Coggiola

A Revolução Nicaraguense - Matilde Zimmermann

A Revolução Peruana - José Luis Rénique

A Revolução Salvadorenha - Tommie Sue-Montgomery e Christine Wade

A Revolução Venezuelana - Gilberto Maringoni

A Revolução Vietnamita - Paulo Fagundes Visentini

As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético - Daniel Aarão Reis Filho (org.)

SOBRE O LIVRO

Formato: 10,5 x 19 cm

Mancha: 18,8 x 42,5 paicas

Tipologia: Minion 10,5/12,9

Papel: Pólen Soft 80 g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250 g/m² (capa)

1ª edição: 2005

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Sidnei Simonelli

Produção Gráfica

Anderson Nobara

Edição de Texto

Alexandra Costa da Fonseca (Preparação de Original)

Andréia Schweitzer e

Sandra Garcia Cortês (Revisão)

Editoração Eletrônica

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

Luís Carlos Gomes (Diagramação)

Projeto Visual

Ettore Bottini

Ilustração de Capa

Willy Rõmer, janeiro de 1919.

Trabalhadores e soldados armados atrás de barricada de bobinas de papel-jornal da Mossehaus, na Schützenstrasse.

' Judeus e marxistas foram acusados de destruir dentro do país o esforço de guerra, enquanto o Exército, fora, continuava vencendo.

' Documentos dos arquivos russos, publicados pela primeira vez em 2003, comprovam a subordinação do KPD ao comitê executivo da IC. Ver H. Weber, Deutsche Oktober 1923: Ein Revolutionsplan und sem Scheitern.

' Para esta parte, cf. Kolb,1988, p.153-63.